

Relatórios de execução anuais e finais do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego

PARTE A

IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL/FINAL

CCI	2014PT16M3OP001
Título	Programa Operacional da Competitividade e Internacionalização
Versão	2016.1
Data de aprovação do relatório pelo comité de acompanhamento	23/Jun/2017

IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL/FINAL	1
2. PANORÂMICA DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL (ARTIGOS 50.º, N.º 2, E 111.º, N.º 3, ALÍNEA A), DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)	5
2.1. INFORMAÇÕES PRINCIPAIS SOBRE A EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL NO ANO EM CAUSA, INCLUINDO SOBRE OS INSTRUMENTOS FINANCEIROS, COM BASE NOS DADOS FINANCEIROS E INDICADORES.	5
3. EXECUÇÃO DO EIXO PRIORITÁRIO (ARTIGO 50.º, N.º 2, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)8	8
3.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO	8
3.2. INDICADORES COMUNS E INDICADORES ESPECÍFICOS DOS PROGRAMAS (ARTIGO 50.º, N.º 2, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)	16
QUADRO 3A: INDICADORES DE REALIZAÇÕES COMUNS E ESPECÍFICOS DOS PROGRAMAS PARA O FEDER E O FUNDO DE COESÃO (POR EIXO PRIORITÁRIO E PRIORIDADE DE INVESTIMENTO, REPARTIDOS POR CATEGORIA DE REGIÃO PARA O FEDER) - I / 1A	16
QUADRO 3A: INDICADORES DE REALIZAÇÕES COMUNS E ESPECÍFICOS DOS PROGRAMAS PARA O FEDER E O FUNDO DE COESÃO (POR EIXO PRIORITÁRIO E PRIORIDADE DE INVESTIMENTO, REPARTIDOS POR CATEGORIA DE REGIÃO PARA O FEDER) - I / 1B	20
QUADRO 3A: INDICADORES DE REALIZAÇÕES COMUNS E ESPECÍFICOS DOS PROGRAMAS PARA O FEDER E O FUNDO DE COESÃO (POR EIXO PRIORITÁRIO E PRIORIDADE DE INVESTIMENTO, REPARTIDOS POR CATEGORIA DE REGIÃO PARA O FEDER) - II / 2c	33
QUADRO 3A: INDICADORES DE REALIZAÇÕES COMUNS E ESPECÍFICOS DOS PROGRAMAS PARA O FEDER E O FUNDO DE COESÃO (POR EIXO PRIORITÁRIO E PRIORIDADE DE INVESTIMENTO, REPARTIDOS POR CATEGORIA DE REGIÃO PARA O FEDER) - II / 3A	37
QUADRO 3A: INDICADORES DE REALIZAÇÕES COMUNS E ESPECÍFICOS DOS PROGRAMAS PARA O FEDER E O FUNDO DE COESÃO (POR EIXO PRIORITÁRIO E PRIORIDADE DE INVESTIMENTO, REPARTIDOS POR CATEGORIA DE REGIÃO PARA O FEDER) - II / 3B	43
QUADRO 3A: INDICADORES DE REALIZAÇÕES COMUNS E ESPECÍFICOS DOS PROGRAMAS PARA O FEDER E O FUNDO DE COESÃO (POR EIXO PRIORITÁRIO E PRIORIDADE DE INVESTIMENTO, REPARTIDOS POR CATEGORIA DE REGIÃO PARA O FEDER) - II / 3C	48
QUADRO 2A : INDICADORES COMUNS DE RESULTADOS PARA O FSE (POR EIXO PRIORITÁRIO, PRIORIDADE DE INVESTIMENTO E CATEGORIA DE REGIÃO). DEVEM SER FORNECIDOS DADOS RELATIVOS A TODOS OS INDICADORES COMUNS DE RESULTADOS PARA O FSE (COM E SEM METAS), REPARTIDOS POR SEXO. PARA OS EIXOS PRIORITÁRIOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA, SÓ DEVEM SER APRESENTADOS OS INDICADORES COMUNS PARA OS QUAIS TENHAM SIDO FIXADAS METAS - III / 8v	54
QUADRO 4A : INDICADORES COMUNS DE REALIZAÇÕES PARA O FSE E A IEJ - III / 8v	59
QUADRO 4B: INDICADORES DE REALIZAÇÕES ESPECÍFICOS DOS PROGRAMAS PARA O FSE E A IEJ - III.....	63
QUADRO 3A: INDICADORES DE REALIZAÇÕES COMUNS E ESPECÍFICOS DOS PROGRAMAS PARA O FEDER E O FUNDO DE COESÃO (POR EIXO PRIORITÁRIO E PRIORIDADE DE INVESTIMENTO, REPARTIDOS POR CATEGORIA DE REGIÃO PARA O FEDER) - IV / 7d.....	64
QUADRO 3A: INDICADORES DE REALIZAÇÕES COMUNS E ESPECÍFICOS DOS PROGRAMAS PARA O FEDER E O FUNDO DE COESÃO (POR EIXO PRIORITÁRIO E PRIORIDADE DE INVESTIMENTO, REPARTIDOS POR CATEGORIA DE REGIÃO PARA O FEDER) - IV / 7i.....	67
QUADRO 3A: INDICADORES DE REALIZAÇÕES COMUNS E ESPECÍFICOS DOS PROGRAMAS PARA O FEDER E O FUNDO DE COESÃO (POR EIXO PRIORITÁRIO E PRIORIDADE DE INVESTIMENTO, REPARTIDOS POR CATEGORIA DE REGIÃO PARA O FEDER) - IV / 7ii	70
QUADRO 2A : INDICADORES COMUNS DE RESULTADOS PARA O FSE (POR EIXO PRIORITÁRIO, PRIORIDADE DE INVESTIMENTO E CATEGORIA DE REGIÃO). DEVEM SER FORNECIDOS DADOS RELATIVOS A TODOS OS INDICADORES COMUNS DE RESULTADOS PARA O FSE (COM E SEM METAS), REPARTIDOS POR SEXO. PARA OS EIXOS PRIORITÁRIOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA, SÓ DEVEM SER APRESENTADOS OS INDICADORES COMUNS PARA OS QUAIS TENHAM SIDO FIXADAS METAS - V / 11i	73
QUADRO 4A : INDICADORES COMUNS DE REALIZAÇÕES PARA O FSE E A IEJ - V / 11i.....	78
QUADRO 4B: INDICADORES DE REALIZAÇÕES ESPECÍFICOS DOS PROGRAMAS PARA O FSE E A IEJ - V	82
QUADRO 3A: INDICADORES DE REALIZAÇÕES COMUNS E ESPECÍFICOS DOS PROGRAMAS PARA O FEDER E O FUNDO DE COESÃO (POR EIXO PRIORITÁRIO E PRIORIDADE DE INVESTIMENTO, REPARTIDOS POR CATEGORIA DE REGIÃO PARA O FEDER) - VI.....	83
QUADRO 1: INDICADORES DE RESULTADOS PARA O FEDER E O FUNDO DE COESÃO (POR EIXO PRIORITÁRIO E OBJETIVO ESPECÍFICO); APLICA-SE IGUALMENTE AO EIXO PRIORITÁRIO ASSISTÊNCIA TÉCNICA - VI / 1	87
QUADRO 1: INDICADORES DE RESULTADOS PARA O FEDER E O FUNDO DE COESÃO (POR EIXO PRIORITÁRIO E OBJETIVO ESPECÍFICO); APLICA-SE IGUALMENTE AO EIXO PRIORITÁRIO ASSISTÊNCIA TÉCNICA - VI / 2	88
QUADRO 3B: NÚMERO DE EMPRESAS APOIADAS PELO PROGRAMA OPERACIONAL SEM APOIOS MÚLTIPLOS ÀS MESMAS EMPRESAS.....	90
QUADRO 5: INFORMAÇÕES SOBRE OS OBJETIVOS INTERMÉDIOS E METAS FIXADOS NO QUADRO DE DESEMPENHO	91
3.4 DADOS FINANCEIROS (ARTIGO 50.º, N.º 2, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)	97
QUADRO 6: INFORMAÇÕES FINANCEIRAS A NÍVEL DO EIXO PRIORITÁRIO E DO PROGRAMA.....	97
QUADRO 7: REPARTIÇÃO DOS DADOS FINANCEIROS CUMULATIVOS, POR COMBINAÇÃO DA CATEGORIA DE INTERVENÇÃO, PARA O FEDER, O FSE E O FUNDO DE COESÃO (ARTIGO 112.º, N.OS 1 E 2, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013, E ARTIGO 5.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 1304/2013),	99
QUADRO 8: UTILIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO CRUZADO	154
QUADRO 9: CUSTO DAS OPERAÇÕES EXECUTADAS FORA DA ZONA DO PROGRAMA (FEDER E FUNDO DE COESÃO NO ÂMBITO DO OBJETIVO DE INVESTIMENTO NO CRESCIMENTO E NO EMPREGO)	156
QUADRO 10: DESPESA INCORRIDA FORA DA UNIÃO (FSE)	157
4. SÍNTESE DAS AVALIAÇÕES	158

6. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS (ARTIGO 50.º, N.º 2, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013).....	161
7. RESUMO PARA O CIDADÃO	166
8. RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	167
9. FACULTATIVO PARA O RELATÓRIO A APRESENTAR EM 2016, NÃO APLICÁVEL AOS RESTANTES RELATÓRIOS SIMPLIFICADOS: AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE	179
10. PROGRESSOS NA PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DOS GRANDES PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS (ARTIGO 101.º, ALÍNEA H), E 111.º, N.º 3, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013).....	205
10.1. GRANDES PROJETOS	205
10.2. PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS	212
11. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL (ARTIGOS 50.º, N.º 4, E 111.º, N.º 4, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013).....	215
11.1. INFORMAÇÕES DA PARTE A E REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA (ARTIGO 50.º, N.º 4, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)	215
11.2. AÇÕES ESPECÍFICAS REALIZADAS PARA PROMOVER A IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES E PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO, EM PARTICULAR A ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, E MEDIDAS IMPLEMENTADAS PARA ASSEGURAR A INTEGRAÇÃO DA PERSPETIVA DO GÉNERO NOS PROGRAMAS OPERACIONAIS E NAS OPERAÇÕES (ARTIGOS 50.º, N.º 4, E 111.º, N.º 4, ALÍNEA E), SEGUNDO PARÁGRAFO, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013).....	238
11.3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ARTIGOS 50.º, N.º 4, E 111.º, N.º 4, ALÍNEA F), SEGUNDO PARÁGRAFO, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013).....	240
11.4. INFORMAÇÕES SOBRE O APOIO UTILIZADO PARA OS OBJETIVOS RELATIVOS ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (ARTIGO 50.º, N.º 4, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)	241
11.5. CONTRIBUTO DOS PARCEIROS PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA.....	242
12. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E AVALIAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 111.º, N.º 4, ALÍNEAS A) E B), PRIMEIRO PARÁGRAFO, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)	245
12.1. PROGRESSOS REALIZADOS NA EXECUÇÃO DO PLANO DE AVALIAÇÃO E SEGUIMENTO DADO AOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES ..	245
12.2. RESULTADOS DAS MEDIDAS DE DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DOS FUNDOS, ADOTADAS NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	246
13. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE (ARTIGO 50.º, N.º 4, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013) (PODEM SER INCLUÍDAS NO RELATÓRIO A APRESENTAR EM 2016 - VER PONTO 9 SUPRA - OBRIGATÓRIAS NO RELATÓRIO A APRESENTAR EM 2017) OPÇÃO: RELATÓRIO INTERCALAR	249
14. INFORMAÇÕES QUE PODEM SER ADICIONADAS, EM FUNÇÃO DO CONTEÚDO E DOS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS (ARTIGO 111.º, N.º 4, ALÍNEAS A), B), C), D), G) E H), SEGUNDO PARÁGRAFO, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013).....	250
14.1. PROGRESSOS REALIZADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA ABORDAGEM INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, INCLUINDO O DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES AFETADAS POR DESAFIOS DEMOGRÁFICOS E LIMITAÇÕES NATURAIS OU PERMANENTES, O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E O DESENVOLVIMENTO PROMOVIDO PELAS COMUNIDADES LOCAIS, AO ABRIGO DO PROGRAMA OPERACIONAL.....	250
14.2. PROGRESSOS REALIZADOS NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DESTINADAS A REFORÇAR A CAPACIDADE DAS AUTORIDADES DO ESTADO-MEMBRO E DOS BENEFICIÁRIOS PARA GERIR E UTILIZAR OS FUNDOS.	250
14.3. PROGRESSOS REALIZADOS NA EXECUÇÃO DE EVENTUAIS AÇÕES INTER-REGIONAIS E TRANSNACIONAIS.	251
14.4. SE APROPRIADO, A CONTRIBUIÇÃO PARA AS ESTRATÉGIAS MACRORREGIONAIS E PARA AS ESTRATÉGIAS RELATIVAS ÀS BACIAS MARÍTIMAS; 251	
14.5. PROGRESSOS REALIZADOS NA EXECUÇÃO DE AÇÕES NO DOMÍNIO DA INOVAÇÃO SOCIAL, SE FOR CASO DISSO	253
14.6. PROGRESSOS REALIZADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PARA FAZER FACE ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DAS ZONAS GEOGRÁFICAS MAIS AFETADAS PELA POBREZA OU GRUPOS-ALVO EM RISCO MAIS ELEVADO DE POBREZA, DE DISCRIMINAÇÃO OU DE EXCLUSÃO SOCIAL, EM ESPECIAL AS COMUNIDADES MARGINALIZADAS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, OS DESEMPREGADOS DE LONGA DURAÇÃO E OS JOVENS DESEMPREGADOS, E, SE FOR CASO DISSO, OS RECURSOS FINANCEIROS UTILIZADOS.....	253
15. INFORMAÇÃO FINANCEIRA A NÍVEL DO EIXO PRIORITÁRIO E DO PROGRAMA (ARTIGOS 21.º, N.º 2, E 22.º, N.º 7, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)	254

16. CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO (OPÇÃO: RELATÓRIO INTERCALAR)	255
17. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS — QUADRO DE DESEMPENHO (ARTIGO 50.º, N.º 2, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)	256
DOCUMENTOS.....	257
RESULTADOS DA VALIDAÇÃO MAIS RECENTE	258

2. PANORÂMICA DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL (ARTIGOS 50.º, N.º 2, E 111.º, N.º 3, ALÍNEA A), DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

2.1. Informações principais sobre a execução do programa operacional no ano em causa, incluindo sobre os instrumentos financeiros, com base nos dados financeiros e indicadores.

O Programa Operacional Temático Competitividade e Internacionalização, designado por COMPETE 2020, foi aprovado pela Comissão Europeia a 16/12/2014 e estrutura-se ao longo de 6 Eixos, orientados para a melhoria da competitividade e para a promoção da internacionalização da economia portuguesa e, em particular, das regiões menos desenvolvidas do Continente.

Em 2016, a economia portuguesa apresentou um crescimento moderado (1,4%), mais acentuado na segunda metade do ano mas, ainda assim, inferior à média da UE (-0.3 p.p.) e ao verificado antes da crise económico-financeira de 2008. Todas as componentes do Produto (ótica da despesa) registaram evoluções positivas (Consumo privado: 2,3%; Consumo Público: 0,5%; Exportações: 4,4% e Importações: 4,4%), à exceção do Investimento (-0,1%), cuja debilidade continua a condicionar o potencial de crescimento da economia (embora a evolução da componente de “máquinas e equipamentos” tenha sido positiva). No mercado de trabalho, registou-se um aumento do emprego (a um ritmo superior ao do VAB) e uma redução da taxa de desemprego. No setor Público, realça-se a redução do défice (fixado nos 2% do PIB), que permitiu em maio de 2017, a saída do país do “procedimento por Défices Excessivos”. Os rácios de endividamento, apesar de menores, mantiveram-se elevados, tendo melhorado as condições de financiamento, favorecidas pela manutenção da política expansionista do BCE. Apesar da instabilidade internacional, as exportações portuguesas de bens e serviços continuaram a crescer (de realçar o papel do Turismo), representando 40,3% do PIB em 2016, refletindo a progressiva viragem para o exterior e internacionalização das empresas.[1]

Este contexto, presente nos indicadores de resultado do PO, revela que os objetivos do COMPETE2020 se mantêm alinhados com as necessidades do país e das regiões. Em 2016, estimular o investimento, em particular das empresas foi um dos objetivos do PO, que se traduziu no avançado grau de execução dos Sistemas de Incentivos (SI), que representam 77% do total do incentivo aprovado, face aos restantes instrumentos. Com o mesmo objetivo, foi também lançado um Aviso (AAC) para projetos de execução rápida e criada uma majoração para acelerar a execução.

Assim, nos três primeiros anos de operacionalização, foram abertos mais de 90 AAC (43 em 2016), tendo sido rececionadas perto de 5.600 candidaturas, num montante de investimento superior a 9,1 mil M€.

No final de 2016, encontravam-se aprovados 2.571 projetos, com um investimento elegível de 3.849 M€ e um incentivo de 2.097 M€ (FEDER, FC e FSE), correspondendo a uma taxa de compromisso de cerca de metade da dotação do PO de 4,4 mil M€. Destes projetos, 91% apresentavam termo de aceitação assinado. Nestes projetos estão envolvidas mais de 5.000 empresas e de 400 entidades não empresariais (desde associações, a entidades da Administração Pública, a organismos de I&D).

Em 2016, foi notificado à CE o primeiro Grande Projeto aprovado, promovido pela empresa “EMBRAER Portugal Estruturas Metálicas”. Foram identificados mais dois projetos, cujos beneficiários solicitaram ajustamentos e que estão em apreciação, a que acrescem os projetos previstos no âmbito dos Transportes, cujas candidaturas deverão ocorrer a partir de 2017.

Os pagamentos aumentaram, ao longo do ano, dos 9,7 M€ para os 345 M€, cerca de 8% da dotação do PO, muito pelo esforço efetuado no âmbito da Rede Sistema de Incentivos para o cumprimento do Plano 450M€ (que teve, como objetivo, a meta de 450M€ de pagamentos nos SI até ao final de 2016).

A execução (montante fundo) ascendeu a 256 M€, ou seja, a 6% da dotação do PO, na sua maioria respeitantes aos instrumentos financiados pelo FEDER.

Após os dois primeiros anos, marcados pela definição e preparação dos instrumentos, a realização acelerou em 2016, representando o ano em análise, 49% das candidaturas, mais de 70% das aprovações e a quase totalidade de execução e pagamentos verificados.

Existem, no entanto instrumentos, em particular os que dispunham de condicionalidades *ex-ante* não cumpridas (e.g. Transportes e Formação da Administração Pública), os que dependem de processos mais complexos de implementação (e.g. Instrumentos Financeiros) ou aqueles que não têm uma procura tão elevada (e.g. Formação Empresarial), onde a execução é ainda incipiente. De salientar que, à data deste relatório, o PO dispõe de todas as condicionalidades *ex-ante* cumpridas.

Paralelamente, e para além das especificidades de cada Eixo, destacam-se como constrangimentos à operacionalização:

- dificuldades na implementação do Sistema de Informação (Si), designadamente ao nível da interoperabilidade com o Balcão Único e com o Si do FSE e na adaptação deste último ao tipo de instrumentos do PO;
- a coincidência da operacionalização do PO com as exigentes tarefas de encerramento do QREN, que pressionou os recursos, quer da Autoridade de Gestão (AG), quer dos Organismos Intermédios (OI);
- as dificuldades e complexidade na contratação na Administração Pública, que se refletem quer no défice de recursos humanos, na AG e nos OI (agravadas em instrumentos com procuras elevadas), quer em atrasos na aquisição de bens e serviços (a contratação de peritos especializados para os projetos de I&D é um exemplo), o que impede uma maior eficácia e eficiência do PO, com custos para os beneficiários.

No que respeita aos fluxos financeiros com a CE, até ao final de 2016, o COMPETE2020 recebeu da CE os pré-financiamentos relativos a 2014, 2015 e 2016, o pré-financiamento anual de 2016 e os montantes resultantes dos primeiros pedidos de pagamento intercalares apresentados em 2016, num montante global de 442 M€ (379

M€ - FEDER; 29 M€ - FSE e 34 M€ - Fundo Coesão).

Em 2016 foi aprovada a Descrição do Sistema de Gestão e Controlo, cuja elaboração se iniciou em 2015, a par do Manual de Procedimentos, tendo em vista a definição dos procedimentos inerentes às funções a executar quer pela AG quer pelos intervenientes na gestão do PO.

Foram celebrados contratos de delegação de competências com mais 3 OI (AEP, AIP e CEC), no âmbito do instrumento “formação-ação”, e celebrado um aditamento ao contrato de delegação de competências com o IAPMEI, que passou a ser considerado OI para os projetos do SIAC – Empreendedorismo.

Relativamente aos indicadores, nesta fase, são perceptíveis algumas situações que carecem de ajuste aos indicadores ou revisão de metas, o que será objeto de análise e revisão em sede de futuros exercícios de revisão do Programa.

Para tal contribuirão, igualmente, os exercícios de avaliação a lançar em 2017, cuja preparação teve início no ano em análise.

Em matéria de comunicação, apostou-se numa estratégia concentrada na produção de conteúdos editoriais e na sua divulgação nos meios digitais, em particular nas redes sociais, em forte interação com os beneficiários.

[1] COM, Previsões da Primavera, maio 2017; BANCO DE PORTUGAL, Boletim Económico, maio de 2017.

3. EXECUÇÃO DO EIXO PRIORITÁRIO (ARTIGO 50.º, N.º 2, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

3.1. Apresentação geral da execução

ID	Eixo prioritário	Informações principais sobre a execução do eixo prioritário, no que se refere aos principais desenvolvimentos, aos problemas mais significativos e às medidas tomadas para a sua resolução
I	Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação (OT1)	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo: FEDER • N.º de AAC lançados: 32 • Dotação a Concurso: 627 M€ • Candidaturas: 1.516 • Projetos aprovados: 847 • Investimento Elegível: 1.618 M€ (78% da dotação do Eixo) • Incentivo: 742 M€ (53% da dotação do Eixo) • Despesa elegível validada: 119M€ (6% da dotação do Eixo) • Fundo Validado: 56M€ (4% da dotação do Eixo) • Pagamentos (fundo): 90M€ (6% da dotação do Eixo) <p>Durante 2016 foram abertos AAC para novas tipologias de projetos: infraestruturas científicas (OE1) e ações coletivas de transferência de conhecimento (OE2). Relativamente ao “OE4 - Redes e outras formas de parceria e cooperação”, o único OE que ainda não se encontrava operacionalizado neste Eixo, por questões relacionadas com a conclusão do novo ciclo de reconhecimento de clusters, as candidaturas vieram a abrir em maio de 2017.</p> <p>Todos os projetos aprovados estão alinhados com a RIS3 (ENEI), sendo o domínio “Automóvel, Aeronáutica e Espaço” o mais representativo em termos de incentivo (27%). Em n.º de projetos, destaca-se o domínio da “Saúde” (20% dos projetos).</p>

ID	Eixo prioritário	Informações principais sobre a execução do eixo prioritário, no que se refere aos principais desenvolvimentos, aos problemas mais significativos e às medidas tomadas para a sua resolução
		<p>Quanto a principais constrangimentos à operacionalização, refira-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades associadas aos processos de contratação de peritos para apreciação da componente de mérito científico-tecnológico dos projetos; • Complexidade na gestão de projetos apoiados por mais que um PO, tendo sido feitas adaptações ao Si; • Dificuldades de interoperabilidade entre o Si da AG e o Si do OI FCT, o que impediu que fosse registada e validada despesa nos instrumentos da PI 1.1. <p>Relativamente aos indicadores, são de assinalar algumas diferenças do custo-médio atual face ao custo-padrão histórico utilizado para cálculo das metas.</p>
II	Reforço da competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto (OT 3 e OT2)	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo: FEDER • N.º de AAC lançados: 32 • Dotação a Concurso: 1.199M€ • Candidaturas: 2.870 • Projetos aprovados: 1.316 • Investimento Elegível: 2.096M€ (84% da dotação do Eixo) • Incentivo: 1.255M€ (77% da dotação do Eixo) • Despesa elegível validada: 317M€ (13% da dotação do Eixo) • Fundo Validado: 195M€ (12% da dotação do Eixo) • Pagamentos (fundo): 248M€ (15% da dotação do Eixo) <p>Dirigido às empresas (SI) e à redução dos custos públicos de contexto (Sistema de Apoio à Modernização Administrativa), este Eixo é o que apresenta maiores compromisso e execução, graças a uma procura elevada e ao</p>

ID	Eixo prioritário	Informações principais sobre a execução do eixo prioritário, no que se refere aos principais desenvolvimentos, aos problemas mais significativos e às medidas tomadas para a sua resolução
		<p>forte dinamismo do investimento empresarial, em particular no SI Inovação.</p> <p>Pelo menos 68% dos projetos aprovados enquadram-se na ENEI, sendo de destacar o domínio “Tecnologias de Produção e Indústrias de Produto”.</p> <p>É o Eixo que integra os Instrumentos Financeiros, que contam com 1 projeto aprovado.</p> <p>Os principais constrangimentos foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A pressão causada pelo excesso de procura, que provocou atrasos nas análises e decisões, tendo a AG, no âmbito da Rede SI, elaborado um plano de recuperação (operacionalizado em 2017). • A complexidade na montagem dos Concursos Públicos Internacionais para os Instrumentos Financeiros (IF), que justificou a demora no arranque, devendo a experiência entretanto adquirida permitir acelerar o processo no futuro. • A inexistência de uma componente específica do Si relativa aos IF (em desenvolvimento em 2017), devido a questões administrativas de regulamentação de contratação pública, recuperável dada a fase inicial de operacionalização. <p>Em termos de indicadores, apenas os indicadores de realização relativos aos IF não registam evolução, dado que, no final de 2016, não existiam ainda beneficiários finais</p>
III	Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego (OT 8)	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo: FSE • N.º de AAC lançados: 18 (11 integrados com investimento FEDER) • Dotação a Concurso: 142,5 M€ • Candidaturas: 1.010 • Projetos aprovados: 333 • Investimento Elegível: 60,7M€ (12% da dotação do Eixo)

ID	Eixo prioritário	Informações principais sobre a execução do eixo prioritário, no que se refere aos principais desenvolvimentos, aos problemas mais significativos e às medidas tomadas para a sua resolução
		<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo: 36,9 M€ (9% da dotação do Eixo) • Despesa elegível validada: 0 • Fundo Validado: 0 • Pagamentos (fundo): 0 <p>As primeiras decisões relativas aos projetos de formação, quer de formação-ação, quer de formação associada a investimentos FEDER, tiveram lugar em 2016.</p> <p>Esta reduzida realização teve como principais motivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As dificuldades de articulação com o sistema de informação do FSE (SIFSE) que não estando operacional para permitir o lançamento de concursos e respetivos circuitos de aprovação de candidaturas, o que só veio a ocorrer em meados de 2016, resultou no adiamento do lançamento dos avisos de formação-ação, não havendo assim pagamentos nem execução neste ano; • Uma reduzida procura, por parte das empresas, ao nível dos projetos integrados de formação: o compromisso ficou sempre aquém das dotações a concurso. Para fazer face a este constrangimento, prevê-se, em 2017, a publicação de Avisos exclusivos de formação, para estimular o aumento de competências dos recursos humanos das empresas beneficiárias de projetos de investimento já aprovados. <p>Os indicadores refletem o facto de não haver, no final de 2016, projetos com execução física neste Eixo, sendo suscetíveis de ajustamento no âmbito de uma futura revisão, designadamente no caso do indicador “Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial”, para o qual poderá ter que ser revisto o método de cálculo, adequando-o aos objetivos da PI.</p>
IV	Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo: FC e FEDER • N.º de AAC lançados: 5 (3 para apoio a portos: 2 para os Açores e 1 para o Continente; e 2 para ferrovia do Continente).

ID	Eixo prioritário	Informações principais sobre a execução do eixo prioritário, no que se refere aos principais desenvolvimentos, aos problemas mais significativos e às medidas tomadas para a sua resolução
	infraestruturas (OT7)	<ul style="list-style-type: none"> • Dotação a Concurso: 693,5 M€ • Candidaturas: 3 • Projetos aprovados: 2 • Investimento Elegível: 23M€ (3% da dotação do Eixo) • Incentivo: 20 M€ (3% da dotação do Eixo) • Despesa elegível validada: 5,7M€ (1% da dotação do Eixo) • Fundo Validado: 4,8M€ (1% da dotação do Eixo) • Pagamentos (fundo): 4,8M€ (1% da dotação do Eixo) <p>2016 foi marcado pela aceitação pela CE do cumprimento das condicionalidades ex-ante:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 7.1 e 7.3 para a Região Autónoma dos Açores (RA Açores): cumpridas em 15/02/2016 • 7.1, 7.2 e 7.3 para Portugal Continental: cumpridas em 28/07/2016. <p>Após o cumprimento das mesmas, foram lançados os primeiros AAC. Foram aprovados 2 projetos, todos da RA Açores. Prevê-se que as restantes candidaturas sejam apresentadas a partir de 2017, de acordo com o mapeamento aprovado no contexto do cumprimento das condicionalidades ex-ante.</p> <p>Este mapeamento inclui algumas diferenças face à lista de grandes projetos apresentados no texto do PO, que serão devidamente refletidas numa próxima revisão.</p> <p>Destacam-se como constrangimentos à operacionalização:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A necessidade de cumprimento das condicionalidades ex-ante, que atrasou o lançamento de AAC;

ID	Eixo prioritário	Informações principais sobre a execução do eixo prioritário, no que se refere aos principais desenvolvimentos, aos problemas mais significativos e às medidas tomadas para a sua resolução
		<ul style="list-style-type: none"> • A complexidade na interpretação da regulamentação aplicável à elaboração de Análises Custo-Benefício; • As dificuldades ao nível da interoperabilidade entre o SGO 2020 e o Balcão 2020.. <p>Os indicadores de realização espelham a execução, devendo começar a registar valores à medida que os projetos previstos sejam desenvolvidos. Nos indicadores de resultado, há que proceder a precisões relativamente a metas e valores de base.</p>
V	Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública (OT11)	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo: FSE • N.º de AAC lançados: 7 (4 integrados com investimento FEDER) • Dotação a Concurso: 39 M€ • Candidaturas: 183 • Projetos aprovados: 60 • Investimento Elegível: 16M€ (8% da dotação do Eixo) • Incentivo: 13,4 M€ (8% da dotação do Eixo) • Despesa elegível validada: 0 • Fundo Validado: 0 • Pagamentos (fundo): 1,4 M€ (1% da dotação do Eixo) <p>Este Eixo possui dois OE, tendo sido operacionalizado apenas o primeiro que visa a qualificação do serviço público e contempla ações de melhoria da eficiência interna e da capacidade institucional da Administração Pública (AP) (capacitação) e ações de formação (formação), na qual se inclui a formação associada aos projetos financiados pela PI 2.3. e os demais projetos de formação da AP.</p> <p>Os projetos aprovados até ao final de 2016 referem-se a operações de capacitação e de formação associada a</p>

ID	Eixo prioritário	Informações principais sobre a execução do eixo prioritário, no que se refere aos principais desenvolvimentos, aos problemas mais significativos e às medidas tomadas para a sua resolução
		<p>projetos da PI 2.3, operações não abrangidas pela condicionalidade ex ante aplicável.</p> <p>A reduzida execução deste Eixo teve como principais motivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A necessidade de cumprimento das condicionalidades ex ante que incidiam sobre a OT11, que impediu o lançamento de AAC com o objetivo de apoiar operações (autónomas) de formação de entidades da AP (dificuldade ultrapassada em março de 2017). • Constrangimentos ao nível do SIFSE que não permitiram, por dificuldades técnicas, apresentar e analisar reembolsos de despesa, bem como outras funcionalidades relativas à gestão de operações e que justificam a não existência de execução neste Eixo, o que está a ser recuperado já em 2017. <p>Os indicadores refletem o facto de não haver, no final de 2016, projetos com execução física neste Eixo, sendo expetável que, com o cumprimento da condicionalidade ex ante, comecem a registar valores no decorrer de 2017.</p>
VI	Assistência Técnica	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo: FEDER • N.º de AAC lançados: 14 Convites • Dotação a Concurso: 28,9 M€ • Candidaturas: 14 • Projetos aprovados: 13 • Investimento Elegível: 35M€ (26% da dotação do Eixo) • Incentivo: 30 M€ (26% da dotação do Eixo) • Despesa elegível validada: 1M€ (1% da dotação do Eixo) • Fundo Validado: 0,9M€ (1% da dotação do Eixo) • Pagamentos (fundo): 1,7M€ (1% da dotação do Eixo)

ID	Eixo prioritário	Informações principais sobre a execução do eixo prioritário, no que se refere aos principais desenvolvimentos, aos problemas mais significativos e às medidas tomadas para a sua resolução
		<p>Este Eixo contempla as necessidades de assistência técnica do PO, ao nível da gestão, acompanhamento, avaliação e divulgação, que podem ser exercidas diretamente pela AG ou delegadas em OI. Até ao final de 2016, AG do POCI tenha celebrado, acordos escritos, na modalidade de contrato de delegação de competências, com os seguintes OI: IAPMEI, AICEP, TP, ANI, FCT, AMA, DRPFE, CAP, CCP, CTP, AIP, AEP e CEC.</p> <p>As candidaturas apresentadas refletem os projetos de assistência técnica da AG e de cada um dos OI, abrangendo o período de 2015 a 2017. Nos primeiros anos de operacionalização do PO, o financiamento fez-se com recurso a fundos do COMPETE/QREN, no âmbito da transição entre os PO financiadores.</p> <p>Como principais dificuldades associadas à AT, salientam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • os constrangimentos que se colocam à AG e aos OI de natureza pública, tais como o cumprimento das regras de contratação pública, obtenção da contrapartida pública nacional e o défice de recursos e de quadros qualificados; • a complexidade e morosidade na análise destes projetos e do processo de validação da despesa. <p>Relativamente aos indicadores, destaca-se a melhoria do indicador de desmaterialização. Relativamente aos restantes, poderão ter que vir a ser feitos alguns ajustes, designadamente ao método de cálculo, à luz da atual execução.</p>

3.2. Indicadores comuns e indicadores específicos dos programas (artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Eixos prioritários que não a assistência técnica

Eixo prioritário	I - Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação (OT1)
Prioridade de Investimento	1a - Reforço das infraestruturas de investigação e inovação (I&I) e das capacidades destinadas a desenvolver a excelência em matéria de I&I, bem como promoção de centros de competência, em particular os de interesse europeu

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - I / 1a

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	CO25	Investigação, Inovação Número de investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas	Equivalente tempo inteiro	Menos desenvolvidas	365,00						
S	CO25	Investigação, Inovação Número de investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas	Equivalente tempo inteiro	Menos desenvolvidas	365,00			0,00	0,00	0,00	O primeiro AAC para apoio a infraestruturas científicas decorreu de maio a julho de 2016. Deram entrada 12 candidaturas, com um volume de investimento próximo dos 29 M€, encontrando-se as mesmas em análise no final de 2016.
F	O111	Projetos de I&D apoiados	N.º	Menos desenvolvidas	2.000,00						
S	O111	Projetos de I&D apoiados	N.º	Menos desenvolvidas	2.000,00			398,00			Neste indicador estão incluídos apoios a

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
											projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (304 projetos), programas de atividades conjuntas (13 projetos), programas integrados de IC&DT (61 projetos) e a projetos de proteção de direitos de propriedade industrial (20 projetos). O incentivo médio, nestes projetos, é de 367 mil euros, mais do dobro do custo-padrão previsto para este indicador.
F	O112	Infraestruturas de investigação apoiadas	N.º	Menos desenvolvidas	11,00						
S	O112	Infraestruturas de investigação apoiadas	N.º	Menos desenvolvidas	11,00			0,00	0,00	0,00	O primeiro AAC para apoio a infraestruturas científicas decorreu de maio a julho de 2016. Deram entrada 12 candidaturas, com um volume de investimento próximo dos 29 M€, encontrando-se as mesmas em análise no final de 2016.

(1) S=operações Seleccionadas, E=operações completamente Executadas

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO25	Investigação, Inovação Número de investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas				0,00	0,00	0,00

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
S	CO25	Investigação, Inovação Número de investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	O111	Projetos de I&D apoiados						
S	O111	Projetos de I&D apoiados	38,00			0,00	0,00	0,00
F	O112	Infraestruturas de investigação apoiadas						
S	O112	Infraestruturas de investigação apoiadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	I - Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação (OT1)
Prioridade de Investimento	1a - Reforço das infraestruturas de investigação e inovação (I&I) e das capacidades destinadas a desenvolver a excelência em matéria de I&I, bem como promoção de centros de competência, em particular os de interesse europeu
Objetivo específico	1 - Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R111	Patentes EPO por PIB em PPC	por mil M€ PIB em PPC	Menos desenvolvidas	0,444	2010	0,6-0,8			O ano de 2012 é o último ano disponível no EUROSTAT.

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R111	Patentes EPO por PIB em PPC				

Eixo prioritário	I - Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação (OT1)
Prioridade de Investimento	1b - Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - I / 1b

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	CO01	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio	Empresas	Menos desenvolvidas	700,00						
S	CO01	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio	Empresas	Menos desenvolvidas	700,00			369,00			Do total das empresas apoiadas, mais de metade respeita a projetos em copromoção. O incentivo médio é de 449 mil euros por empresa, no caso dos projetos de I&DT, e de 3,9 M€ por empresa, nos projetos de Inovação.
F	CO02	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções	Empresas	Menos desenvolvidas	700,00						
S	CO02	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções	Empresas	Menos desenvolvidas	700,00			369,00			Do total das empresas apoiadas, mais de metade respeita a projetos em copromoção. O

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
											incentivo médio é de 449 mil euros por empresa, no caso dos projetos de I&DT, e de 3,9 M€ por empresa, nos projetos de Inovação.
F	CO06	Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)	EUR	Menos desenvolvidas	780.000.000,00						
S	CO06	Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)	EUR	Menos desenvolvidas	780.000.000,00			644.496.642,14			Estes 644 M€, acrescidos a 462 M€ de despesa pública, perfazem um valor de investimento total próximo dos 1.107 M€.
F	CO08	Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas	Equivalente tempo inteiro	Menos desenvolvidas	5.200,00						
S	CO08	Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas	Equivalente tempo inteiro	Menos desenvolvidas	5.200,00			3.976,00			O valor apresentado refere-se à estimativa de criação líquida e emprego para as empresas beneficiárias entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto.
F	CO26	Investigação, Inovação Número de empresas em cooperação com instituições de investigação	Empresas	Menos desenvolvidas	450,00						
S	CO26	Investigação, Inovação Número de empresas em cooperação com instituições de investigação	Empresas	Menos desenvolvidas	450,00			191,00			
F	CO28	Investigação, Inovação Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado	Empresas	Menos desenvolvidas	65,00						
S	CO28	Investigação, Inovação Número de empresas apoiadas para	Empresas	Menos desenvolvidas	65,00			64,00			Correspondem a 82 projetos com Termo de

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
		introduzirem produtos novos no mercado									Aceitação (TA) no âmbito do apoio à inovação a Não PME. Perto de 80% das empresas apoiadas, nesta PI e no SI Inovação Empresarial, visa a introdução de um produto novo no mercado.
F	O121	Projetos de transferência e utilização de conhecimento	N.º	Menos desenvolvidas	60,00						
S	O121	Projetos de transferência e utilização de conhecimento	N.º	Menos desenvolvidas	60,00			0,00	0,00	0,00	Dada a necessidade de reflexão adicional sobre o tipo de projetos a apoiar nesta tipologia, o primeiro AAC terminou apenas no final de novembro de 2016, razão pela qual ainda não existem decisões no final do ano. De salientar que se trata de uma tipologia nova, ainda sem histórico junto dos beneficiários.

(1) S=operações Seleccionadas, E=operações completamente Executadas

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO01	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio						
S	CO01	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio	32,00					
F	CO02	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções						

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
S	CO02	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções	32,00					
F	CO06	Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)						
S	CO06	Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)	99.434.009,17					
F	CO08	Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas						
S	CO08	Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas	531,00					
F	CO26	Investigação, Inovação Número de empresas em cooperação com instituições de investigação						
S	CO26	Investigação, Inovação Número de empresas em cooperação com instituições de investigação	0,00					
F	CO28	Investigação, Inovação Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado						
S	CO28	Investigação, Inovação Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado	9,00					
F	O121	Projetos de transferência e utilização de conhecimento						
S	O121	Projetos de transferência e utilização de conhecimento						

Eixo prioritário	I - Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação (OT1)
Prioridade de Investimento	1b - Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral
Objetivo específico	2 - Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo uma maior eficácia no Sistema de I&I e a criação de valor.

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R121	Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do setor empresas)	%	Menos desenvolvidas	1,80%	2011	3%-4%			Indicador ainda não disponível para os anos de 2015 e 2016.

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R121	Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do setor empresas)				2%

Eixo prioritário	I - Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação (OT1)
Prioridade de Investimento	1b - Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral
Objetivo específico	3 - Aumentar o investimento empresarial em I&I para promover o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseada na inovação, reforçando a ligação entre as empresas e as restantes entidades do Sistema de I&I

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R122	Despesa das empresas em I&D no VAB	%	Menos desenvolvidas	1,20%	2012	1,8% - 2,0%			De acordo com o INE, com a publicação "Empresas em Portugal 2013" em maio de 2015, foram atualizados os principais indicadores estatísticos caracterizadores da estrutura e evolução do setor empresarial português, para o período 2010 a 2013, obtidos a partir do SCIE, pela necessidade de delimitação do setor empresarial de acordo com o SEC 2010, trata-se assim de uma quebra de série que implicará uma futura revisão da situação de partida. O valor base para 2012 deverá descer de 1,2% para 1,04%.

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R122	Despesa das empresas em I&D no VAB		1,38%		1,07%

Eixo prioritário	I - Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação (OT1)
Prioridade de Investimento	1b - Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral
Objetivo específico	4 - Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação, que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor (clusterização)

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R123	Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com cooperação para a inovação no total de empresas do inquérito comunitário à inovação	%	Menos desenvolvidas	13,60%	2010	20% - 30%			Indicador ainda não disponível.

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R123	Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com cooperação para a inovação no total de empresas do inquérito comunitário à inovação				

Eixo prioritário	I - Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação (OT1)
Prioridade de Investimento	1b - Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral
Objetivo específico	5 - Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras (produto, processo, métodos organizacionais e marketing), promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a alteração do perfil produtivo do tecido económico

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R124	Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações de produto (Não PME do inquérito comunitário à inovação)	%	Menos desenvolvidas	8,40%	2010	10% - 15%			Indicador ainda não disponível.

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R124	Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações de produto (Não PME do inquérito comunitário à inovação)				20,6

Eixo prioritário	II - Reforço da competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto (OT 3 e OT2)
Prioridade de Investimento	2c - Reforço das aplicações no domínio das TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a ciberinclusão, a cultura eletrónica e a saúde em linha

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - II / 2c

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	O231	Projetos apoiados de disponibilização online de serviços públicos	N.º	Menos desenvolvidas	90,00						
S	O231	Projetos apoiados de disponibilização online de serviços públicos	N.º	Menos desenvolvidas	90,00			72,00			Dos projetos contratados até ao final de 2016, 72 preveem disponibilizar serviços públicos on-line no pós-projeto. No final do ano, encontrava-se em análise o AAC 02/SAMA2020/2016, que obteve 112 candidaturas, muitas das quais com disponibilização de serviços públicos on-line no final do projeto.
F	O232	Serviços da Administração Pública apoiados	N.º	Menos desenvolvidas	100,00						
S	O232	Serviços da Administração Pública apoiados	N.º	Menos desenvolvidas	100,00			102,00			No final de 2016 estavam contratados 141 projetos, nos quais intervêm 102 entidades. O valor de contratação ultrapassa

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	de	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
												<p>a meta estabelecida para 2023, o que se pretende, designadamente, com a existência de custos médios inferiores ao custo-padrão de referência.</p> <p>O Ministério da Educação e Ciência e o Ministério da Saúde são os mais representativos.</p>

(1) S=operações Seleccionadas, E=operações completamente Executadas

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	O231	Projetos apoiados de disponibilização online de serviços públicos						
S	O231	Projetos apoiados de disponibilização online de serviços públicos						
F	O232	Serviços da Administração Pública apoiados						
S	O232	Serviços da Administração Pública apoiados						

Eixo prioritário	II - Reforço da competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto (OT 3 e OT2)
Prioridade de Investimento	2c - Reforço das aplicações no domínio das TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a ciberinclusão, a cultura eletrónica e a saúde em linha
Objetivo específico	4 - Reduzir custos de contexto através do reforço da disponibilidade e fomento da utilização de serviços em rede da administração pública e melhorar a eficiência da Administração

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R231	Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos	%	Menos desenvolvidas	26,80%	2013	50%-60%		29,4%	Os valores base e alvo deste indicador têm âmbito nacional e não se referem apenas às regiões menos desenvolvidas. Nestas, o valor base corresponde a 22,8% e o valor para 2016 é de 24,8%. A meta proposta é exigente: de 2011 a 2016 este indicador aumentou apenas 1,7 p.p..
R233	Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço que utilizaram a Internet para interagir com organismos, entidades e autoridades públicas no total de empresas com 10 e mais pessoas	%	Menos desenvolvidas	92,1%	2013	95% - 100%		96,2%	Em 2014 verificou-se uma alteração da metodologia de cálculo do indicador (quebra de série em 2014). O resultado em 2016 enquadra-se no valor alvo previsto, com cerca de 96,2% das empresas com mais de 10 trabalhadores a utilizar a internet para interagir com os organismos ou entidades públicas.

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R231	Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos		28,4%		28,6%

	ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos				
R233	Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço que utilizaram a Internet para interagir com organismos, entidades e autoridades públicas no total de empresas com 10 e mais pessoas		86,5%		85,2%

Eixo prioritário	II - Reforço da competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto (OT 3 e OT2)
Prioridade de Investimento	3a - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras de empresas

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - II / 3a

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	CO01	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio	Empresas	Menos desenvolvidas	550,00						
S	CO01	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio	Empresas	Menos desenvolvidas	550,00			0,00			Ainda não há valores a registar nos indicadores relativos aos Instrumentos Financeiros (IF), dado que em 2016 foi apenas concluído o concurso para seleção dos intermediários financeiros dos business angels, com a celebração dos respetivos acordos de financiamento no mês de dezembro.
F	CO03	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio financeiro, que não sob forma de subvenções	Empresas	Menos desenvolvidas	550,00						
S	CO03	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio financeiro, que não sob forma de subvenções	Empresas	Menos desenvolvidas	550,00			0,00			Ainda não há valores a registar nos indicadores relativos aos Instrumentos Financeiros (IF), dado que em 2016 foi

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
											apenas concluído o concurso para seleção dos intermediários financeiros dos business angels, com a celebração dos respectivos acordos de financiamento no mês de dezembro.
F	CO05	Investimento Produtivo: Número de novas empresas apoiadas	Empresas	Menos desenvolvidas	550,00						
S	CO05	Investimento Produtivo: Número de novas empresas apoiadas	Empresas	Menos desenvolvidas	550,00			0,00			Ainda não há valores a registrar nos indicadores relativos aos Instrumentos Financeiros (IF), dado que em 2016 foi apenas concluído o concurso para seleção dos intermediários financeiros dos business angels, com a celebração dos respectivos acordos de financiamento no mês de dezembro.
F	CO08	Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas	Equivalente tempo inteiro	Menos desenvolvidas	1.150,00						
S	CO08	Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas	Equivalente tempo inteiro	Menos desenvolvidas	1.150,00			0,00			Ainda não há valores a registrar nos indicadores relativos aos Instrumentos Financeiros (IF), dado que em 2016 foi apenas concluído o concurso para seleção dos intermediários financeiros dos business angels, com a celebração dos respectivos acordos de financiamento no mês de dezembro.

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	O312	Projetos de ações de capacitação para o empreendedorismo	N.º	Menos desenvolvidas	60,00						
S	O312	Projetos de ações de capacitação para o empreendedorismo	N.º	Menos desenvolvidas	60,00			12,00			Os projetos contratados referem-se ao primeiro AAC, que decorreu em 2015. Em 2016, decorreram dois AAC, o último dos quais ainda aberto no final do ano, tendo sido rececionadas 53 candidaturas, a maioria das quais ainda em análise.

(1) S=operações Seleccionadas, E=operações completamente Executadas

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO01	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio						
S	CO01	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio						
F	CO03	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio financeiro, que não sob forma de subvenções						
S	CO03	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio financeiro, que não sob forma de subvenções						
F	CO05	Investimento Produtivo: Número de novas empresas apoiadas						
S	CO05	Investimento Produtivo: Número de novas empresas apoiadas						

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO08	Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas						
S	CO08	Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas						
F	O312	Projetos de ações de capacitação para o empreendedorismo						
S	O312	Projetos de ações de capacitação para o empreendedorismo						

Eixo prioritário	II - Reforço da competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto (OT 3 e OT2)
Prioridade de Investimento	3a - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras de empresas
Objetivo específico	1 - Promover o empreendedorismo qualificado e criativo

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R311	Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento no total de nascimentos	%	Menos desenvolvidas	2,80%	2011	3,2% - 4,2%			Indicador ainda não disponível para 2016. De acordo com o INE, a situação de partida deste indicador foi mal calculada em sede de programação na medida em que houve uma dupla contagem do número de nascimentos de empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no numerador. Trata-se assim de um erro no cálculo do valor de partida que os novos dados vêm colmatar e que exigirá uma futura revisão da situação de partida.

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R311	Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento no total de nascimentos		1,3%		1,3%

Eixo prioritário	II - Reforço da competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto (OT 3 e OT2)
Prioridade de Investimento	3b - Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - II / 3b

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	CO01	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio	Empresas	Menos desenvolvidas	3.600,00						
S	CO01	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio	Empresas	Menos desenvolvidas	3.600,00			1.635,00			Neste número estão contempladas as empresas participantes (com contrato de adesão assinado) nos projetos conjuntos (1.351 empresas). Note-se que o número definitivo de empresas participantes apenas é conhecido em sede de encerramento dos projetos. Acresce a este número os projetos individuais, que envolvem 403 empresas. No final do ano, encerraram as candidaturas ao AAC 21/SI/2016 (projetos conjuntos), tendo sido rececionados mais 43 projetos, com um investimento superior a 100 M€.
F	CO02	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem	Empresas	Menos desenvolvidas	3.600,00						

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
		subvenções									
S	CO02	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções	Empresas	Menos desenvolvidas	3.600,00			1.635,00			Neste número estão contempladas as empresas participantes (com contrato de adesão assinado) nos projetos conjuntos (1.351 empresas). Note-se que o número definitivo de empresas participantes apenas é conhecido em sede de encerramento dos projetos. Acresce a este número os projetos individuais, que envolvem 403 empresas. No final do ano, encerraram as candidaturas ao AAC 21/SI/2016 (projetos conjuntos), tendo sido rececionados mais 43 projetos, com um investimento superior a 100 M€.
F	CO06	Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)	EUR	Menos desenvolvidas	320.000.000,00						
S	CO06	Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)	EUR	Menos desenvolvidas	320.000.000,00			198.222.305,37			
F	CO08	Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas	Equivalente tempo inteiro	Menos desenvolvidas	750,00						
S	CO08	Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas	Equivalente tempo inteiro	Menos desenvolvidas	750,00			530,00			Este valor respeita à criação direta de emprego (contratação de técnicos) prevista nos 390 projetos individuais contratados

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	de	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
												até 31 de dezembro.

(1) S=operações Seleccionadas, E=operações completamente Executadas

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO01	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio						
S	CO01	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio	1.080,00					
F	CO02	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções						
S	CO02	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções	1.080,00					
F	CO06	Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)						
S	CO06	Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)	48.835.388,17					
F	CO08	Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas						
S	CO08	Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas	4,00					

Eixo prioritário	II - Reforço da competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto (OT 3 e OT2)
Prioridade de Investimento	3b - Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização
Objetivo específico	2 - Reforçar a capacitação empresarial para a Internacionalização, com vista a promover o aumento das exportações e da visibilidade internacional de Portugal

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R321	Valor das exportações no volume de negócios das PME	%	Menos desenvolvidas	18,80%	2012	22% - 27%			De acordo com o INE, com a publicação "Empresas em Portugal 2013" em maio de 2015, foram atualizados os principais indicadores estatísticos caracterizadores da estrutura e evolução do setor empresarial português, para o período 2010 a 2013, obtidos a partir do SCIE, pela necessidade de delimitação do setor empresarial de acordo com o SEC 2010, trata-se assim de uma quebra de série que implicará uma futura revisão da situação de partida. Último ano disponível: 2015.

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R321	Valor das exportações no volume de negócios das PME		19,9%		20,0%

Eixo prioritário	II - Reforço da competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto (OT 3 e OT2)
Prioridade de Investimento	3c - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - II / 3c

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	CO01	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio	Empresas	Menos desenvolvidas	1.000,00						
S	CO01	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio	Empresas	Menos desenvolvidas	1.000,00			1.119,00			<p>Para o indicador contribuem 216 empresas com apoios no SI Inovação e 923 empresas no SI Qualificação PME, incluindo 642 participantes em projetos conjuntos com contrato de adesão (o número definitivo de empresas participantes nestes projetos apenas é conhecido em sede de encerramento) e 167 empresas beneficiárias de projetos simplificados.</p> <p>No final de 2016, considerando dados de contratação, a meta encontrava-se superada, o que se justifica, designadamente, pela existência de um número mais elevado de projetos conjuntos</p>

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
											face ao QREN (35 vs. 16 projetos), que envolvem muitas empresas (642 em 2016 face a 409 no QREN). Acresce ainda que, no SI Qualificação PME, os custos médios verificados atualmente são ligeiramente inferiores aos custos-padrão de referência.
F	CO02	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções	Empresas	Menos desenvolvidas	1.000,00						
S	CO02	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções	Empresas	Menos desenvolvidas	1.000,00			1.119,00			<p>Para o indicador contribuem 216 empresas com apoios no SI Inovação e 923 empresas no SI Qualificação PME, incluindo 642 participantes em projetos conjuntos com contrato de adesão (o número definitivo de empresas participantes nestes projetos apenas é conhecido em sede de encerramento) e 167 empresas beneficiárias de projetos simplificados.</p> <p>No final de 2016, considerando dados de contratação, a meta encontrava-se superada, o que se justifica, designadamente, pela existência de um número mais elevado de projetos conjuntos face ao QREN (35 vs. 16 projetos), que</p>

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
											envolvem muitas empresas (642 em 2016 face a 409 no QREN). Acresce ainda que, no SI Qualificação PME, os custos médios verificados atualmente são ligeiramente inferiores aos custos-padrão de referência.
F	CO06	Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)	EUR	Menos desenvolvidas	765.000.000,00						
S	CO06	Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)	EUR	Menos desenvolvidas	765.000.000,00			687.540.312,00			
F	CO08	Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas	Equivalente tempo inteiro	Menos desenvolvidas	5.900,00						
S	CO08	Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas	Equivalente tempo inteiro	Menos desenvolvidas	5.900,00			5.276,00			Dos postos de trabalho contabilizados, mais de 5000 correspondem a estimativas das empresas com apoios no SI Inovação.
F	CO29	Investigação, Inovação Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa	Empresas	Menos desenvolvidas	125,00						
S	CO29	Investigação, Inovação Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa	Empresas	Menos desenvolvidas	125,00			151,00			Nos projetos contratados do SI Inovação, existem 151 PME que visam a introdução de inovações de produto, o que significa que, ao nível da contratação, foi superada a meta prevista para 2023.

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
											Note-se que, para além de se verificar um aumento da incidência deste tipo de inovação nos projetos, o cumprimento da meta de 2023 tem associada a absorção da totalidade da respetiva dotação indicativa (e já algumas contratações em overbooking). Em termos de custos-padrão, estes projetos apresentam, também, um custo médio ligeiramente inferior ao custo-padrão de referência.

(1) S=operações Seleccionadas, E=operações completamente Executadas

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO01	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio						
S	CO01	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio	557,00					
F	CO02	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções						
S	CO02	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções	557,00					
F	CO06	Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)						
S	CO06	Investimento Produtivo:	153.725.906,07					

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
		Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)						
F	CO08	Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas						
S	CO08	Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas	1.574,00					
F	CO29	Investigação, Inovação Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa						
S	CO29	Investigação, Inovação Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa	32,00					

Eixo prioritário	II - Reforço da competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto (OT 3 e OT2)
Prioridade de Investimento	3c - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços
Objetivo específico	3 - Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R331	PME com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME do Inquérito Comunitário à Inovação	%	Menos desenvolvidas	56,50%	2010	62% -67%			Indicador ainda não disponível.

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R331	PME com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME do Inquérito Comunitário à Inovação				

Eixo prioritário	III - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego (OT 8)
Prioridade de Investimento	8v - Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários

Quadro 2A : Indicadores comuns de resultados para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região). Devem ser fornecidos dados relativos a todos os indicadores comuns de resultados para o FSE (com e sem metas), repartidos por sexo. Para os eixos prioritários da Assistência Técnica, só devem ser apresentados os indicadores comuns para os quais tenham sido fixadas metas - III / 8v

ID	Indicador	Categoria de região	Indicador de realizações comum usado como base para a definição das metas	Unidade de Medida de Base e das Metas	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2016	
					Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CR01	Pessoas inativas que procuram emprego uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas						0,00	0,00	0,00				0,00	0,00
CR02	Pessoas que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas						0,00	0,00	0,00				0,00	0,00
CR03	Pessoas que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas						0,00	0,00	0,00				0,00	0,00
CR04	peessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas						0,00	0,00	0,00				0,00	0,00
CR05	peessoas desfavorecidas que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas						0,00	0,00	0,00				0,00	0,00
CR06	Pessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação,	Menos desenvolvidas						0,00	0,00	0,00				0,00	0,00

ID	Indicador	Categoria de região	Indicador de realizações comum usado como base para a definição das metas	Unidade de Medida de Base e das Metas	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2016	
					Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CR07	Pessoas com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	
CR08	Pessoas com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	
CR09	Pessoas desfavorecidas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	

ID	Indicador	Categoria de região	2015		2014	
			Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CR01	Pessoas inativas que procuram emprego uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00
CR02	Pessoas que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00
CR03	Pessoas que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00
CR04	peessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00
CR05	peessoas desfavorecidas que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00
CR06	Pessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00

ID	Indicador	Categoria de região	2015		2014	
			Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	depois de terminada a participação,					
CR07	Pessoas com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00
CR08	Pessoas com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00
CR09	Pessoas desfavorecidas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	III - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego (OT 8)
Prioridade de Investimento	8v - Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários

Quadro 2C : Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE e a IEJ

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de Medida para o Indicador	Indicador de realizações utilizado como base para a fixação de metas	Unidade de Medida de Base e das Metas	Valor-alvo (2023)			Rácio de execução			2016						
						Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Cumulativo			Total anual			Qualitativos
												Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
R852	Trabalhadores que se consideram mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação	Menos desenvolvidas				75%-85%												0
R853	Empresas que implementam planos de mudança organizacional associados à formação no total de empresas	Menos desenvolvidas				80% - 90%												0

ID	Indicador	Categoria de região	2015						2014									
			Cumulativo			Total anual			Qualitativos	Cumulativo			Total anual			Qualitativos		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres			
R852	Trabalhadores que se consideram mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação	Menos desenvolvidas							0									0
R853	Empresas que implementam planos de mudança organizacional associados à formação no total de empresas	Menos desenvolvidas							0									0

Eixo prioritário	III - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego (OT 8)
Prioridade de Investimento	8v - Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários

Quadro 4A : Indicadores comuns de realizações para o FSE e a IEJ - III / 8v

ID	Indicador	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2016		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
CO01	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO02	desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO03	inativos	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO04	inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação*	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO05	indivíduos com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO06	com menos de 25 anos	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO07	com mais de 54 anos	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO08	com mais de 54 anos, que estejam desempregados, incluindo desempregados de longa duração, ou inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO09	indivíduos que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino secundário inferior (CITE 2)	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO10	indivíduos que completaram o ensino secundário superior (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4)	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO11	indivíduos com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8)	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO12	participantes que vivem em agregados familiares sem emprego	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO13	participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00

ID	Indicador	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2016		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	emprego													
CO14	participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO15	migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas, como os ciganas)	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO16	participantes com deficiência	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO17	outros grupos desfavorecidos	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO18	peças sem abrigo ou atingidas pela exclusão na habitação	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO19	zonas rurais	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou por organizações não governamentais	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução sustentáveis das mulheres no emprego,	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
CO22	Número de projetos consagrados às administrações públicas ou aos serviços públicos a nível nacional, regional e local,	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo empresas cooperativas e empresas da economia social).	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
	Total global de participantes					0,00						0,00		

ID	Indicador	Categoria de região	2015			2014		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
CO01	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO02	desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO03	inativos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CO04	inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação*	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO05	indivíduos com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO06	com menos de 25 anos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO07	com mais de 54 anos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO08	com mais de 54 anos, que estejam desempregados, incluindo desempregados de longa duração, ou inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO09	indivíduos que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino secundário inferior (CITE 2)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO10	indivíduos que completaram o ensino secundário superior (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO11	indivíduos com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO12	participantes que vivem em agregados familiares sem emprego	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO13	participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO14	participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO15	migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas, como os ciganas)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO16	participantes com deficiência	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO17	outros grupos desfavorecidos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO18	peessoas sem abrigo ou atingidas pela exclusão na habitação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO19	zonas rurais	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou por organizações não governamentais	Menos desenvolvidas	0,00			0,00		
CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução sustentáveis das mulheres no emprego,	Menos desenvolvidas	0,00			0,00		
CO22	Número de projetos consagrados às administrações públicas ou aos serviços públicos a nível nacional, regional e local,	Menos desenvolvidas	0,00			0,00		
CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo empresas cooperativas e empresas da economia social).	Menos desenvolvidas	0,00			0,00		

	Total global de participantes		0,00			0,00		
--	-------------------------------	--	------	--	--	------	--	--

Eixo prioritário	III - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego (OT 8)
Prioridade de Investimento	8v - Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários

Quadro 4B: Indicadores de realizações específicos dos programas para o FSE e a IEJ - III

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de medida	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2016		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
O852	Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial	Menos desenvolvidas	N.º	150.000,00			0,00			0,00			0,00		
O853	PME apoiadas em programas de formação-ação	Menos desenvolvidas	N.º	22.000,00			0,00			0,00			0,00		

ID	Indicador	Categoria de região	2015			2014		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
O852	Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial	Menos desenvolvidas	0,00			0,00		
O853	PME apoiadas em programas de formação-ação	Menos desenvolvidas	0,00			0,00		

Eixo prioritário	IV - Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas (OT7)
Prioridade de Investimento	7d - Desenvolvimento e reabilitação de sistemas ferroviários abrangentes, interoperáveis e de alta qualidade e promoção de medidas de redução do ruído

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - IV / 7d

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	O741	Linhas férreas não RTE-T intervencionadas	Km	Menos desenvolvidas	145,00						
S	O741	Linhas férreas não RTE-T intervencionadas	Km	Menos desenvolvidas	145,00			0,00			O lançamento dos AAC teve lugar apenas em 2016, após verificado o cumprimento das condicionalidades ex-ante, principal constrangimento à operacionalização do instrumento. Destacase, ainda, a necessidade de estabilizar o entendimento em torno da elaboração de Análises Custo-Benefício, de acordo a regulamentação aplicável, em particular junto da Infraestruturas de Portugal, entidade beneficiária das infraestruturas ferroviárias a apoiar, entre as quais se incluem, nomeadamente,

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
											Grandes Projetos e projetos faseados apoiados no anterior ciclo de programação, o que foi alcançado graças à colaboração entre a AG, a AD&C e a Comissão Europeia. Assim, estão reunidas as condições para avançar com os processos de candidatura das operações, o que deverá acontecer em 2017.

(1) S=operações Seleccionadas, E=operações completamente Executadas

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	O741	Linhas férreas não RTE-T intervencionadas						
S	O741	Linhas férreas não RTE-T intervencionadas						

Eixo prioritário	IV - Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas (OT7)
Prioridade de Investimento	7d - Desenvolvimento e reabilitação de sistemas ferroviários abrangentes, interoperáveis e de alta qualidade e promoção de medidas de redução do ruído
Objetivo específico	3 - Promover a competitividade do sistema ferroviário para que se assuma como uma alavanca de desenvolvimento das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis e um meio privilegiado de movimentação de pessoas e bens.

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R741	Comboios circulados nas linhas do Douro e Oeste	Comboios*km	Menos desenvolvidas	3.393.066	2013	3.550.000 a 3.750.000		3.013.543	Os valores considerados para efeitos de valor base e meta incluem o Ramal de Alfarelos que faz parte da Rede Global da RTE-T, pelo que terão que ser revistos numa próxima reprogramação (excluindo este Ramal, o valor base passa para 3.172.104 Comboios*Km) . Os valores agora apresentados (que corrigem os do relatório de Execução anterior) excluem o referido Ramal.

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R741	Comboios circulados nas linhas do Douro e Oeste		3.027.617		3.068.046

Eixo prioritário	IV - Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas (OT7)
Prioridade de Investimento	7i - Apoio ao espaço único europeu de transportes multimodais, mediante o investimento na RTE-T

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - IV / 7i

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	CO12a	Caminho de ferro: Quilometragem total das linhas férreas reconstruídas ou modernizadas da qual: RTE-T	Km		262,00						
S	CO12a	Caminho de ferro: Quilometragem total das linhas férreas reconstruídas ou modernizadas da qual: RTE-T	Km		262,00			0,00			O lançamento dos AAC teve lugar apenas em 2016, após verificado o cumprimento das condicionalidades ex-ante, principal constrangimento à operacionalização do instrumento. Destaca-se, ainda, a necessidade de estabilizar o entendimento em torno da elaboração de Análises Custo-Benefício, de acordo a regulamentação aplicável, em particular junto da Infraestruturas de Portugal, entidade beneficiária das infraestruturas ferroviárias a apoiar, entre as quais se incluem,

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
											nomeadamente, Grandes Projetos e projetos faseados apoiados no anterior ciclo de programação, o que foi alcançado graças à colaboração entre a AG, a AD&C e a Comissão Europeia. Assim, estão reunidas as condições para avançar com os processos de candidatura das operações, o que deverá acontecer em 2017.

(1) S=operações Seleccionadas, E=operações completamente Executadas

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO12a	Caminho de ferro: Quilometragem total das linhas férreas reconstruídas ou modernizadas da qual: RTE-T						
S	CO12a	Caminho de ferro: Quilometragem total das linhas férreas reconstruídas ou modernizadas da qual: RTE-T						

Eixo prioritário	IV - Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas (OT7)
Prioridade de Investimento	7i - Apoio ao espaço único europeu de transportes multimodais, mediante o investimento na RTE-T
Objetivo específico	1 - Desenvolvimento dos sistemas, equipamentos e infraestruturas de transportes e logística inseridas nas Redes Transeuropeias de Transportes, por forma a aumentar a competitividade das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis e a movimentação de pessoas e bens.

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R711	Quota modal de transporte ferroviário de mercadorias	%		6,30%	2012	7%-9%			O indicador corresponde à média dos 3 últimos anos. Último ano disponível: 2015.

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R711	Quota modal de transporte ferroviário de mercadorias		6,7%		6,4%

Eixo prioritário	IV - Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas (OT7)
Prioridade de Investimento	7ii - Desenvolvimento e melhoria de sistemas de transportes ecológicos (incluindo de baixo ruído) e de baixo teor de carbono, incluindo vias navegáveis e transportes marítimos interiores, portos, ligações multimodais e infraestruturas aeroportuárias, a fim de promover a mobilidade regional e local sustentável

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - IV / 7ii

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	O731	Portos não intervencionados RTE-T	N.º		6,00						
S	O731	Portos não intervencionados RTE-T	N.º		6,00			2,00			Foram contratualizados projetos para a Construção de Rampa RO-RO e Dragagem do Porto da Calheta, Ilha de São Jorge e para o prolongamento do porto de Velas, ilha de São Jorge.

(1) S=operações Seleccionadas, E=operações completamente Executadas

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	O731	Portos não intervencionados RTE-T						
S	O731	Portos não intervencionados RTE-T						

Eixo prioritário	IV - Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas (OT7)
Prioridade de Investimento	7ii - Desenvolvimento e melhoria de sistemas de transportes ecológicos (incluindo de baixo ruído) e de baixo teor de carbono, incluindo vias navegáveis e transportes marítimos interiores, portos, ligações multimodais e infraestruturas aeroportuárias, a fim de promover a mobilidade regional e local sustentável
Objetivo específico	2 - Desenvolvimento dos sistemas, equipamentos e infraestruturas de transporte e logística com baixas emissões de carbono, por forma a aumentar a sua sustentabilidade económica e ambiental e a competitividade das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e a movimentação de pessoas e bens.

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R731	Volume de mercadorias movimentadas nos portos da Região Autónoma dos Açores	Mil Ton.		2.169	2013	2.300 - 2.400		2.327	Este indicador refere-se à totalidade de mercadorias movimentadas nos portos dos Açores. Foi atualizado o valor de 2015.

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R731	Volume de mercadorias movimentadas nos portos da Região Autónoma dos Açores		2.131		2.084

Eixo prioritário	V - Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública (OT11)
Prioridade de Investimento	11i - Investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, tendo em vista a realização de reformas, uma melhor regulamentação e uma boa governação

Quadro 2A : Indicadores comuns de resultados para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região). Devem ser fornecidos dados relativos a todos os indicadores comuns de resultados para o FSE (com e sem metas), repartidos por sexo. Para os eixos prioritários da Assistência Técnica, só devem ser apresentados os indicadores comuns para os quais tenham sido fixadas metas - V / 11i

ID	Indicador	Categoria de região	Indicador de realizações comum usado como base para a definição das metas	Unidade de Medida de Base e das Metas	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2016	
					Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CR01	Pessoas inativas que procuram emprego uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas						0,00	0,00	0,00				0,00	0,00
CR02	Pessoas que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas						0,00	0,00	0,00				0,00	0,00
CR03	Pessoas que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas						0,00	0,00	0,00				0,00	0,00
CR04	peessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas						0,00	0,00	0,00				0,00	0,00
CR05	peessoas desfavorecidas que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas						0,00	0,00	0,00				0,00	0,00
CR06	Pessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação,	Menos desenvolvidas						0,00	0,00	0,00				0,00	0,00

ID	Indicador	Categoria de região	Indicador de realizações comum usado como base para a definição das metas	Unidade de Medida de Base e das Metas	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2016	
					Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CR07	Pessoas com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	
CR08	Pessoas com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	
CR09	Pessoas desfavorecidas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas					0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	

ID	Indicador	Categoria de região	2015		2014	
			Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
CR01	Pessoas inativas que procuram emprego uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00
CR02	Pessoas que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00
CR03	Pessoas que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00
CR04	peessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00
CR05	peessoas desfavorecidas que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00
CR06	Pessoas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00

ID	Indicador	Categoria de região	2015		2014	
			Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	depois de terminada a participação,					
CR07	Pessoas com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00
CR08	Pessoas com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00
CR09	Pessoas desfavorecidas com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	V - Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública (OT11)
Prioridade de Investimento	11i - Investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, tendo em vista a realização de reformas, uma melhor regulamentação e uma boa governação

Quadro 2C : Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE e a IEJ

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de Medida para o Indicador	Indicador de realizações utilizado como base para a fixação de metas	Unidade de Medida de Base e das Metas	Valor-alvo (2023)			Rácio de execução			2016							
						Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Cumulativo			Total anual			Qualitativos	
												Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		Total
R1111	Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação	Menos desenvolvidas				75% - 85%													0
R1112	Trabalhadores que reiniciam funções na administração pública até 24 meses após a entrada no Sistema de Requalificação, no total de trabalhadores ¹	Menos desenvolvidas				60% - 80%													0

ID	Indicador	Categoria de região	2015						2014										
			Cumulativo			Total anual			Qualitativos	Cumulativo			Total anual			Qualitativos			
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres				
R1111	Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação	Menos desenvolvidas								0									0
R1112	Trabalhadores que reiniciam funções na administração pública até 24 meses após a entrada no Sistema de	Menos desenvolvidas								0									0

ID	Indicador	Categoria de região	2015						2014								
			Cumulativo			Total anual			Qualitativos	Cumulativo			Total anual			Qualitativos	
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		
	Requalificação, no total de trabalhadores1																

Eixo prioritário	V - Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública (OT11)
Prioridade de Investimento	11i - Investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, tendo em vista a realização de reformas, uma melhor regulamentação e uma boa governação

Quadro 4A : Indicadores comuns de realizações para o FSE e a IEJ - V / 11i

ID	Indicador	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2016		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
CO01	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO02	desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO03	inativos	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO04	inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação*	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO05	indivíduos com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO06	com menos de 25 anos	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO07	com mais de 54 anos	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO08	com mais de 54 anos, que estejam desempregados, incluindo desempregados de longa duração, ou inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO09	indivíduos que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino secundário inferior (CITE 2)	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO10	indivíduos que completaram o ensino secundário superior (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4)	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO11	indivíduos com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8)	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO12	participantes que vivem em agregados familiares sem emprego	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00

ID	Indicador	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2016		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
CO13	participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO14	participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO15	migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas, como os ciganas)	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO16	participantes com deficiência	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO17	outros grupos desfavorecidos	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO18	pessoas sem abrigo ou atingidas pela exclusão na habitação	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO19	zonas rurais	Menos desenvolvidas				0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou por organizações não governamentais	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução sustentáveis das mulheres no emprego,	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
CO22	Número de projetos consagrados às administrações públicas ou aos serviços públicos a nível nacional, regional e local,	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo empresas cooperativas e empresas da economia social).	Menos desenvolvidas				0,00						0,00		
	Total global de participantes					0,00						0,00		

ID	Indicador	Categoria de região	2015			2014		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
CO01	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CO02	desempregados de longa duração	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO03	inativos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO04	inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação*	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO05	indivíduos com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO06	com menos de 25 anos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO07	com mais de 54 anos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO08	com mais de 54 anos, que estejam desempregados, incluindo desempregados de longa duração, ou inativos que não prosseguem estudos nem ações de formação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO09	indivíduos que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino secundário inferior (CITE 2)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO10	indivíduos que completaram o ensino secundário superior (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO11	indivíduos com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO12	participantes que vivem em agregados familiares sem emprego	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO13	participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO14	participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO15	migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas, como os ciganas)	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO16	participantes com deficiência	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO17	outros grupos desfavorecidos	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO18	peças sem abrigo ou atingidas pela exclusão na habitação	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO19	zonas rurais	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou por organizações não governamentais	Menos desenvolvidas	0,00				0,00	
CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução sustentáveis das mulheres no emprego,	Menos desenvolvidas	0,00				0,00	
CO22	Número de projetos consagrados às administrações públicas ou aos serviços	Menos desenvolvidas	0,00				0,00	

	públicos a nível nacional, regional e local.						
CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo empresas cooperativas e empresas da economia social).	Menos desenvolvidas	0,00			0,00	
	Total global de participantes		0,00			0,00	

Eixo prioritário	V - Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública (OT11)
Prioridade de Investimento	11i - Investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, tendo em vista a realização de reformas, uma melhor regulamentação e uma boa governação

Quadro 4B: Indicadores de realizações específicos dos programas para o FSE e a IEJ - V

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de medida	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2016		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
O1111	Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização	Menos desenvolvidas	N.º	110.000,00			0,00			0,00			0,00		
O1112	Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação no âmbito do Sistema de Requalificação	Menos desenvolvidas	N.º	7.000,00			0,00			0,00			0,00		
O1113	Projetos de capacitação das entidades e dos serviços da Administração Pública	Menos desenvolvidas	N.º	150,00			0,00			0,00			0,00		

ID	Indicador	Categoria de região	2015			2014		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
O1111	Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização	Menos desenvolvidas	0,00			0,00		
O1112	Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação no âmbito do Sistema de Requalificação	Menos desenvolvidas	0,00			0,00		
O1113	Projetos de capacitação das entidades e dos serviços da Administração Pública	Menos desenvolvidas	0,00			0,00		

Eixos prioritários para assistência técnica

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - VI

Eixo prioritário	VI - Assistência Técnica
------------------	--------------------------

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	OAT10	N.º de visitas ao website	N.º		4.000.000,00			3.388.425,00			Este valor considera o total do alcance dos canais digitais do COMPETE 2020 (site, FB e IN), sendo que o site só representa 13% do total deste indicador. O Facebook representa 77%, o que mostra a alteração de paradigma da comunicação alicerçada numa aposta em vários meios digitais para públicos diferentes. O modelo de governação do Portugal 2020 ao determinar a existência de um portal único onde se concentra a informação institucional sobre os instrumentos de apoio coloca um desafio às Autoridades de Gestão que alimentam a visibilidade desse portal e apostam noutros meios digitais para fazer a disseminação da

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
											informação. A aposta em estratégias de marketing inbound tem apresentado resultados muito significativos ao nível do reconhecimento do Programa com custos muito reduzidos.
S	OAT10	N.º de visitas ao website	N.º		4.000.000,00						
F	OAT12	Nível de desmaterialização de processos de frontoffice (interação com os promotores) e backoffice (integração da plataforma documental no sistema de informação)	%		100,00						
S	OAT12	Nível de desmaterialização de processos de frontoffice (interação com os promotores) e backoffice (integração da plataforma documental no sistema de informação)	%		100,00			72,00			A melhoria do indicador de desmaterialização resultou, designadamente, da introdução do módulo de pedidos no Balcão 2020, a partir do qual os beneficiários puderam passar a fazer/iniciar diretamente operações como desistências, anulações, reprogramações, alterações de NIB/IBAN, entre outras. Internamente aumentou o nível de desmaterialização da documentação de apoio a reuniões e o recurso à assinatura eletrónica.
F	OAT23	Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT	ETI		90,00						
S	OAT23	Trabalhadores com salários	ETI		90,00			280,70			O valor apresentado inclui os trabalhadores

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
		cofinanciados pela AT									da Autoridade de Gestão, bem como os trabalhadores integrados nos Organismos Intermédios com salários cofinanciados pela AT. Esta meta foi subavaliada, sendo que, no texto do Programa, estava já prevista a sua revisão, na medida em que, aquando da aprovação do texto do PO, o secretariado técnico de apoio à Autoridade de Gestão ainda não estava constituído, nem reconhecidas as entidades que deveriam atuar como Organismos Intermédios.

(1) S=operações Seleccionadas, E=operações completamente Executadas

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	OAT10	N.º de visitas ao website	1.165.844,00					
S	OAT10	N.º de visitas ao website						
F	OAT12	Nível de desmaterialização de processos de frontoffice (interação com os promotores) e backoffice (integração da plataforma documental no sistema de informação)						
S	OAT12	Nível de desmaterialização de processos de frontoffice (interação com os promotores) e backoffice (integração da plataforma documental no	64,00					

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
		sistema de informação)						
F	OAT23	Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT						
S	OAT23	Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT	58,80			0,00		

Eixo prioritário	VI - Assistência Técnica
Objetivo específico	1 - Gerir e implementar o Programa de forma eficaz e eficiente

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica - VI / 1

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
RAT7	Grau de satisfação dos beneficiários do Programa: promotores com apreciação de bom e muito bom sobre a gestão do Programa (formulários, pagamentos, tempos de análise)	%		38,9%	2010	50% - 60%			Prevê-se que a obtenção deste indicador se faça em 2017, após a operacionalização da totalidade dos instrumentos.

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
RAT7	Grau de satisfação dos beneficiários do Programa: promotores com apreciação de bom e muito bom sobre a gestão do Programa (formulários, pagamentos, tempos de análise)				

Eixo prioritário	VI - Assistência Técnica
Objetivo específico	2 - Divulgar o Programa e disseminar os seus resultados, através da prossecução de um Plano de Comunicação, que abranja as vertentes externa e interna e que mobilize os diferentes meios de comunicação disponíveis, de acordo com os diferentes grupos-alvo.

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica - VI / 2

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
RAT5	Grau de reconhecimento dos Fundos: público-alvo com apreciação positiva sobre o impacto dos projetos apoiados pelos fundos estruturais na sua região	%		63%	2013	70% - 80%			Indicador recolhido a partir do Flash Eurobarometer 423, de setembro de 2015. Inquérito efetuado a 1000 entrevistados em Portugal, entre 24 e 26 de junho de 2015. Comparativamente com os outros EM, Portugal ocupa agora a 17.ª posição em termos de opiniões favoráveis sobre o impacto dos projetos, numa subida significativa face ao inquérito de 2013, em que se encontrava em penúltimo lugar. Dos inquiridos, 5% atribuem um impacto negativo e 8% julgam não existir qualquer impacto. Nos últimos anos, este inquérito tem sido bianual, pelo que não estão disponíveis dados para 2014 e 2016.

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
RAT5	Grau de reconhecimento dos		80%		

	Fundos: público-alvo com apreciação positiva sobre o impacto dos projetos apoiados pelos fundos estruturais na sua região				
--	---	--	--	--	--

Quadro 3B: Número de empresas apoiadas pelo programa operacional sem apoios múltiplos às mesmas empresas

Indicador	Número de empresas apoiadas pelo PO sem apoios múltiplos
CO01 - Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio	0
CO02 - Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções	0
CO03 - Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio financeiro, que não sob forma de subvenções	0
CO05 - Investimento Produtivo: Número de novas empresas apoiadas	0

Quadro 5: Informações sobre os objetivos intermédios e metas fixados no quadro de desempenho

Eixo prioritário	Tipo de Indicador	ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	2016 Número total cumulativo	2016 Número de homens cumulativo	2016 Número de mulheres cumulativo	2016 Total anual	2016 Total anual de homens	2016 Total anual de mulheres
I	F	F12	Despesa certificada	€	FEDE R	Menos desenvolvidas	85.026.426,00					
I	I	K124	Número de empresas que recebem subvenções (operações contratadas)	Empresas	FEDE R	Menos desenvolvidas	369,00					
I	O	CO02	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções	Enterprises	FEDE R	Menos desenvolvidas	0,00					
I	O	O111	Projetos de I&D apoiados	N.º	FEDE R	Menos desenvolvidas	0,00					
II	F	F22	Despesa certificada	€	FEDE R	Menos desenvolvidas	271.464.294,42					
II	I	K3991	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções (operações contratadas)	N.º	FEDE R	Menos desenvolvidas	2.350,00					
II	O	CO02	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções	Enterprises	FEDE R	Menos desenvolvidas	0,00					
II	O	O231	Projetos apoiados de disponibilização online de serviços públicos	N.º	FEDE R	Menos desenvolvidas	0,00					
III	F	F31	Despesa certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	0,00					
III	O	O852	Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	0,00			0,00		
III	O	O853	PME apoiadas em programas de formação-ação	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	0,00			0,00		
IV	F	F42	Despesa certificada	€	FEDE	Menos desenvolvidas	0,00					

Eixo prioritário	Tipo de Indicador	ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	2016 Número total cumulativo	2016 Número de homens cumulativo	2016 Número de mulheres cumulativo	2016 Total anual	2016 Total anual de homens	2016 Total anual de mulheres
						R						
IV	F	F43	Despesa certificada	€	CF		3.358.085,47					
IV	I	K741	Linhas férreas não RTE-T intervencionadas previstos nos projetos contratados	Km	FEDE R	Menos desenvolvidas	0,00					
IV	I	K711	Caminho de ferro: Quilometragem total das linhas férreas reconstruídas ou modernizadas da qual: RTE-T (operações contratadas)	Km	CF		0,00					
IV	O	O741	Linhas férreas não RTE-T intervencionadas	Km	FEDE R	Menos desenvolvidas	0,00					
IV	O	CO12a	Caminho de ferro: Quilometragem total das linhas férreas reconstruídas ou modernizadas da qual: RTE-T	km	CF		0,00					
V	F	F51	Despesa certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	0,00					
V	O	O1111	Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	0,00			0,00		
V	O	O1113	Projetos de capacitação das entidades e dos serviços da Administração Pública	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	0,00			0,00		

Eixo prioritário	Tipo de Indicador	ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	2015 Número total cumulativo	2014 Número total cumulativo	Observações
I	F	F12	Despesa certificada	€	FEDE R	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	

Eixo prioritário	Tipo de Indicador	ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	2015 Número total cumulativo	2014 Número total cumulativo	Observações
I	I	K124	Número de empresas que recebem subvenções (operações contratadas)	Empresas	FEDE R	Menos desenvolvidas	32,00	0,00	
I	O	CO02	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções	Enterprises	FEDE R	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	
I	O	O111	Projetos de I&D apoiados	N.º	FEDE R	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	
II	F	F22	Despesa certificada	€	FEDE R	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	
II	I	K3991	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções (operações contratadas)	N.º	FEDE R	Menos desenvolvidas	1.440,00	0,00	
II	O	CO02	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções	Enterprises	FEDE R	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	
II	O	O231	Projetos apoiados de disponibilização online de serviços públicos	N.º	FEDE R	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	
III	F	F31	Despesa certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	
III	O	O852	Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	
III	O	O853	PME apoiadas em programas de formação-ação	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	
IV	F	F42	Despesa certificada	€	FEDE R	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	
IV	F	F43	Despesa certificada	€	CF		0,00	0,00	
IV	I	K741	Linhas férreas não RTE-T intervencionadas previstos nos projetos contratados	Km	FEDE R	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	

Eixo prioritário	Tipo de Indicador	ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	2015 Número total cumulativo	2014 Número total cumulativo	Observações
IV	I	K711	Caminho de ferro: Quilometragem total das linhas férreas reconstruídas ou modernizadas da qual: RTE-T (operações contratadas)	Km	CF		0,00	0,00	
IV	O	O741	Linhas férreas não RTE-T intervencionadas	Km	FEDE R	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	
IV	O	CO12a	Caminho de ferro: Quilometragem total das linhas férreas reconstruídas ou modernizadas da qual: RTE-T	km	CF		0,00	0,00	
V	F	F51	Despesa certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	
V	O	O1111	Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	
V	O	O1113	Projetos de capacitação das entidades e dos serviços da Administração Pública	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	0,00	0,00	

Eixo prioritário	Tipo de Indicador	ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Objetivo intermédio para 2018 total	Objetivo intermédio para 2018 homens	Objetivo intermédio para 2018 mulheres	Objetivo final (2023) total	Objetivo final (2023) homens	Objetivo final (2023) mulheres
I	F	F12	Despesa certificada	€	FEDE R	Menos desenvolvidas	519.668.567			2.078.674.266,00		
I	I	K124	Número de empresas que recebem subvenções (operações contratadas)	Empresas	FEDE R	Menos desenvolvidas	420					
I	O	CO02	Investimento Produtivo: Número de empresas que	Enterprises	FEDE R	Menos desenvolvidas	140			700,00		

Eixo prioritário	Tipo de Indicador	ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Objetivo intermédio para 2018 total	Objetivo intermédio para 2018 homens	Objetivo intermédio para 2018 mulheres	Objetivo final (2023) total	Objetivo final (2023) homens	Objetivo final (2023) mulheres
			recebem subvenções									
I	O	O111	Projetos de I&D apoiados	N.º	FEDE R	Menos desenvolvidas	500			2.000,00		
II	F	F22	Despesa certificada	€	FEDE R	Menos desenvolvidas	625.035.512			2.500.142.046,00		
II	I	K3991	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções (operações contratadas)	N.º	FEDE R	Menos desenvolvidas	2400					
II	O	CO02	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções	Enterprises	FEDE R	Menos desenvolvidas	800			4.000,00		
II	O	O231	Projetos apoiados de disponibilização online de serviços públicos	N.º	FEDE R	Menos desenvolvidas	23			90,00		
III	F	F31	Despesa certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	123.615.699			494.462.796,00		
III	O	O852	Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	60.000			150.000,00		
III	O	O853	PME apoiadas em programas de formação-ação	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	8.800			22.000,00		
IV	F	F42	Despesa certificada	€	FEDE R	Menos desenvolvidas	38.058.775			117.647.059,00		
IV	F	F43	Despesa certificada	€	CF		179.117.647			716.470.589,00		
IV	I	K741	Linhas férreas não RTE-T intervencionadas previstos nos projetos contratados	Km	FEDE R	Menos desenvolvidas	87					
IV	I	K711	Caminho de ferro: Quilometragem total das linhas férreas reconstruídas ou modernizadas da qual: RTE-T (operações contratadas)	Km	CF		157					

Eixo prioritário	Tipo de Indicador	ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Objetivo intermédio para 2018 total	Objetivo intermédio para 2018 homens	Objetivo intermédio para 2018 mulheres	Objetivo final (2023) total	Objetivo final (2023) homens	Objetivo final (2023) mulheres
IV	O	O741	Linhas férreas não RTE-T intervencionadas	Km	FEDE R	Menos desenvolvidas	32			145,00		
IV	O	CO12a	Caminho de ferro: Quilometragem total das linhas férreas reconstruídas ou modernizadas da qual: RTE-T	km	CF		69			262,00		
V	F	F51	Despesa certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	47.739.992			190.959.969,00		
V	O	O1111	Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	44.000			110.000,00		
V	O	O1113	Projetos de capacitação das entidades e dos serviços da Administração Pública	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	90			150,00		

3.4 Dados financeiros (artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Quadro 6: Informações financeiras a nível do eixo prioritário e do programa

(como estabelecido no quadro 1 do anexo II do Regulamento de Execução (UE) n.º 1011/2014 da Comissão [Modelo para a apresentação de dados financeiros])

Eixo prioritário	Fundo	Categoria de região	Base de cálculo	Financiamento total	Taxa de cofinanciamento	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Parte da dotação total coberta com as operações selecionadas	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Parte da dotação total coberta pelas despesas elegíveis declaradas pelos beneficiários	Número de operações selecionadas
I	FEDE R	Menos desenvolvidas	Total	2.078.674.266,00	67,36	1.618.168.895,73	77,85%	782.835.006,24	118.899.681,74	5,72%	847
II	FEDE R	Menos desenvolvidas	Total	2.500.142.046,00	65,29	2.096.094.785,42	83,84%	1.310.286.105,00	316.925.713,10	12,68%	1.316
III	FSE	Menos desenvolvidas	Total	494.462.796,00	80,00	60.714.151,23	12,28%	36.891.596,14	0,00	0,00%	333
IV	FEDE R	Menos desenvolvidas	Total	117.647.059,00	85,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0
IV	CF		Total	716.470.589,00	85,00	23.335.617,51	3,26%	23.335.617,51	5.663.601,93	0,79%	2
V	FSE	Menos desenvolvidas	Total	190.959.969,00	85,00	15.861.813,09	8,31%	15.861.813,09	0,00	0,00%	60
VI	FEDE R	Menos desenvolvidas	Total	134.705.883,00	85,00	35.082.731,27	26,04%	34.278.832,22	1.032.933,64	0,77%	13
Total	FEDE R	Menos desenvolvidas		4.831.169.254,00	67,21	3.749.346.412,42	77,61%	2.127.399.943,46	436.858.328,48	9,04%	2.176

Total	FSE	Menos desenvolvidas		685.422.765,00	81,39	76.575.964,32	11,17%	52.753.409,23	0,00	0,00%	393
Total	CF			716.470.589,00	85,00	23.335.617,51	3,26%	23.335.617,51	5.663.601,93	0,79%	2
Total geral				6.233.062.608,00	70,81	3.849.257.994,25	61,76%	2.203.488.970,20	442.521.930,41	7,10%	2.571

Quadro 7: Repartição dos dados financeiros cumulativos, por combinação da categoria de intervenção, para o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão (artigo 112.º, n.os 1 e 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, e artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 1304/2013),

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
I	FEDER	Menos desenvolvidas												
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	01	07	01		03	PT114	3.372.075,98	1.854.641,79	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	01	07	01		04	PT113	10.512.736,21	5.043.231,29	1.152.662,06	3
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	01	07	01		05	PT111	33.995.475,38	11.898.416,38	0,00	3
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	01	07	01		05	PT114	10.578.981,92	3.702.643,67	3.147.773,50	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	01	07	01		07	PT111	1.356.678,60	474.837,51	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	01	07	01		07	PT112	11.255.215,50	3.939.325,43	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	01	07	01		07	PT113	4.426.599,65	1.549.309,88	4.204.806,86	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	01	07	01		07	PT115	6.927.255,29	2.424.539,35	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	01	07	01		07	PT161	146.976.003,80	49.384.111,33	0,00	3
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	01	07	01		07	PT162	3.650.666,00	2.007.866,30	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	01	07	01		15	PT114	9.942.068,15	4.305.135,67	2.004.029,04	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	01	07	01		21	PT114	12.933.698,00	4.526.794,30	11.563.539,00	1
I	FEDER	Menos	002	02	02	07	01		03	PT116	35.209.044,63	10.562.713,39	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	02	07	01		04	PT113	24.265.842,90	10.639.748,37	5.559.044,21	3
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	02	07	01		04	PT115	3.048.735,38	1.371.930,92	284.713,37	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	02	07	01		05	PT113	15.889.774,18	5.561.420,96	3.391.947,12	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	02	07	01		05	PT116	29.130.397,81	11.813.263,93	5.063.728,73	4
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	02	07	01		05	PT118	46.214.541,87	16.795.691,95	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	02	07	01		05	PT161	41.151.661,29	12.642.219,99	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	02	07	01		05	PT183	127.455.133,00	48.140.494,19	1.434.747,59	4
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	02	07	01		06	PT117	3.996.807,00	2.198.243,85	3.291.648,16	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	02	07	01		06	PT161	6.787.225,02	3.054.251,26	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	02	07	01		07	PT112	13.940.626,00	5.828.261,70	7.286.699,75	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	02	07	01		07	PT113	58.251.881,48	16.922.956,52	0,00	3
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	02	07	01		07	PT114	2.603.200,00	911.120,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	02	07	01		07	PT116	43.412.486,00	17.962.204,90	6.900.948,08	8
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	02	07	01		07	PT161	26.029.696,18	11.624.723,74	2.011.355,67	6
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	02	07	01		07	PT163	15.746.142,84	8.284.662,86	6.191.805,82	3
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	02	07	01		07	PT164	8.615.763,04	3.877.093,37	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	02	07	01		07	PT168	7.053.294,00	4.584.641,10	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	02	07	01		07	PT16B	3.563.615,38	1.603.626,92	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	02	07	01		07	PT182	5.862.500,00	2.638.125,00	1.042.978,53	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	02	07	01		07	PT183	4.781.146,00	2.629.630,30	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	02	07	01		07	PT185	2.583.683,61	1.162.657,62	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	03	07	01		03	PT185	12.869.855,10	5.791.434,80	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	03	07	01		05	PT111	18.867.189,54	10.376.954,25	0,00	3
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	03	07	01		05	PT183	4.844.619,59	2.180.078,82	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	03	07	01		07	PT111	27.512.500,00	12.380.625,00	8.699.213,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	03	07	01		07	PT162	42.625.408,78	5.167.433,95	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	03	07	01		07	PT163	3.865.300,00	1.739.385,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	03	07	01		07	PT165	27.733.932,50	12.480.269,63	671.950,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	03	07	01		07	PT169	85.040.000,00	21.260.000,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	03	07	01		07	PT16C	36.018.500,00	7.203.700,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	03	07	01		21	PT117	25.861.500,00	9.051.525,00	17.145.221,88	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	07	07	01		05	PT11	5.320.268,50	2.207.147,98	3.611.565,51	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	07	07	01		07	PT1	29.500.049,83	14.436.787,82	2.466.563,47	3
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	07	07	01		07	PT11	14.345.349,08	6.455.407,09	2.320.079,67	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	07	07	01		07	PT16	8.552.000,00	2.993.200,00	3.577.683,15	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	07	07	01		07	PT18	5.247.000,00	2.885.850,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	002	02	07	07	01		13	PT1	11.200.133,72	2.576.030,76	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	056	01	01	07	01		06	PT114	922.075,79	602.965,52	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	056	01	01	07	01		13	PT112	580.796,36	337.944,37	108.142,20	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	056	01	01	07	01		13	PT114	2.634.785,65	1.739.434,31	793.157,33	4
I	FEDER	Menos desenvolvidas	056	01	01	07	01		17	PT114	653.959,21	276.381,82	65.395,92	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	056	01	01	07	01		17	PT161	832.268,06	465.927,41	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	056	01	01	07	01		23	PT161	464.452,75	289.491,75	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	056	01	02	07	01		04	PT116	575.971,12	254.073,36	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	056	01	02	07	01		07	PT113	856.203,25	393.549,02	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	056	01	02	07	01		07	PT114	1.621.016,31	828.113,56	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	056	01	02	07	01		07	PT116	261.348,03	130.581,72	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	056	01	02	07	01		07	PT117	256.646,26	145.551,29	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
I	FEDER	Menos desenvolvidas	056	01	02	07	01		13	PT114	677.442,86	417.360,05	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	056	01	02	07	01		13	PT163	618.980,71	408.645,22	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	056	01	02	07	01		13	PT16A	948.995,38	649.680,97	94.899,55	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	056	01	03	07	01		07	PT113	479.596,88	344.848,72	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	056	01	03	07	01		07	PT161	374.319,74	251.619,95	35.229,50	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	056	01	07	07	01		13	PT1	578.361,97	286.044,24	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	056	01	07	07	01		14	PT1	31.972,50	15.986,25	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	057	01	01	07	01		03	PT114	117.641,01	62.936,86	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	057	01	01	07	01		04	PT113	460.095,13	268.797,57	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	057	01	02	07	01		03	PT114	261.171,71	169.761,61	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	057	01	02	07	01		03	PT182	622.465,37	401.219,50	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	057	01	02	07	01		04	PT113	1.460.717,67	874.133,33	268.414,84	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	057	01	02	07	01		04	PT161	461.063,66	279.365,29	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	057	01	02	07	01		06	PT113	902.767,25	292.626,68	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	057	01	02	07	01		07	PT161	384.539,30	169.224,60	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	057	01	02	07	01		07	PT163	360.380,41	167.519,59	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
I	FEDER	Menos desenvolvidas	057	01	02	07	01		17	PT114	4.321.477,21	2.367.206,49	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	057	01	03	07	01		05	PT16B	707.840,01	371.697,16	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	057	01	03	07	01		07	PT162	1.548.851,23	857.027,45	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	057	01	03	07	01		07	PT163	3.246.077,06	1.863.026,92	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	057	01	03	07	01		07	PT16B	1.925.749,76	1.141.263,14	209.304,73	3
I	FEDER	Menos desenvolvidas	057	01	03	07	01		07	PT16C	401.595,42	236.046,24	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	057	01	03	07	01		13	PT16B	843.840,67	453.611,52	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	057	01	07	07	01		01	PT16	1.236.519,36	583.809,42	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	060	01	01	07	01		17	PT112	55.859,37	55.859,37	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	060	01	01	07	01		17	PT114	41.320,00	41.320,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	060	01	01	07	01		19	PT114	711.985,65	711.985,65	0,00	16
I	FEDER	Menos desenvolvidas	060	01	01	07	01		21	PT114	50.000,00	50.000,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	060	01	02	07	01		17	PT118	14.758,50	14.758,50	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	060	01	07	07	01		01	PT1	374.899,00	374.899,00	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	060	01	07	07	01		01	PT16	199.998,00	199.998,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	060	01	07	07	01		01	PT18	141.762,00	141.762,00	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
I	FEDER	Menos desenvolvidas	060	01	07	07	01		07	PT1	4.113.224,78	4.113.224,79	0,00	8
I	FEDER	Menos desenvolvidas	060	01	07	07	01		07	PT11	186.258,00	186.258,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	060	01	07	07	01		13	PT1	520.659,00	520.659,00	0,00	4
I	FEDER	Menos desenvolvidas	060	01	07	07	01		13	PT11	350.084,00	350.084,00	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	060	01	07	07	01		13	PT16	789.745,00	789.745,00	0,00	5
I	FEDER	Menos desenvolvidas	060	01	07	07	01		17	PT1	37.438.282,74	37.332.998,74	0,00	95
I	FEDER	Menos desenvolvidas	060	01	07	07	01		17	PT11	63.248.999,00	63.241.811,50	0,00	105
I	FEDER	Menos desenvolvidas	060	01	07	07	01		17	PT16	35.822.342,24	35.794.145,44	0,00	68
I	FEDER	Menos desenvolvidas	060	01	07	07	01		17	PT18	1.138.458,00	1.138.458,00	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	060	01	07	07	01		19	PT1	1.204.041,00	1.204.041,00	0,00	7
I	FEDER	Menos desenvolvidas	060	01	07	07	01		19	PT11	1.668.578,00	1.668.578,00	0,00	10
I	FEDER	Menos desenvolvidas	060	01	07	07	01		19	PT16	373.831,00	373.831,00	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	060	01	07	07	01		21	PT1	123.618,00	123.618,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	01	07	01		03	PT114	882.076,91	724.249,02	157.441,62	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	01	07	01		05	PT114	1.073.821,00	656.416,33	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	01	07	01		07	PT112	31.863,00	15.931,50	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	01	07	01		07	PT114	1.933.228,76	1.362.421,93	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	01	07	01		07	PT162	49.900,00	24.950,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	01	07	01		13	PT114	1.732.110,20	1.003.370,64	0,00	3
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	01	07	01		13	PT161	2.448.649,33	1.471.597,63	79.275,94	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	01	07	01		17	PT114	765.020,28	478.398,61	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	02	07	01		04	PT112	262.439,73	131.219,87	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	02	07	01		04	PT116	359.900,71	184.951,93	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	02	07	01		04	PT161	50.000,00	25.000,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	02	07	01		05	PT116	1.365.534,21	995.231,98	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	02	07	01		07	PT115	11.999,90	5.999,95	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	03	07	01		03	PT16B	1.005.896,84	428.104,50	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	03	07	01		07	PT162	145.390,00	72.695,00	14.518,62	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		01	PT1	1.439.798,42	853.815,82	47.929,24	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		03	PT1	7.329.367,17	5.900.639,47	144.550,11	12
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		03	PT11	366.653,34	271.074,61	29.125,84	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		03	PT114	775.659,74	550.247,54	0,00	2

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		03	PT16	1.201.766,81	909.880,29	72.308,80	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		04	PT1	1.111.134,71	782.199,40	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		04	PT11	1.454.206,28	966.297,62	75.140,03	3
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		05	PT1	9.574.587,78	6.690.078,72	372.639,51	6
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		05	PT11	1.290.193,74	857.065,41	79.457,99	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		05	PT16	819.609,13	547.542,69	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		06	PT1	3.265.750,94	2.364.433,27	366.364,02	5
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		06	PT11	49.828.986,88	34.255.666,79	3.213.651,04	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		06	PT114	668.536,92	377.157,61	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		07	PT1	41.671.877,75	28.845.163,30	1.533.254,05	45
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		07	PT11	6.366.253,95	4.393.740,27	503.280,55	8
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		07	PT16	20.764.924,36	14.709.434,16	810.685,58	24
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		07	PT18	1.008.123,86	621.665,68	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		08	PT1	756.678,69	440.295,24	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		13	PT1	11.738.414,51	8.221.305,97	144.885,23	14
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		14	PT1	1.138.946,36	823.562,90	0,00	2

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		14	PT16	1.331.916,37	878.121,13	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		17	PT1	9.977.979,66	7.615.383,92	493.129,54	16
I	FEDER	Menos desenvolvidas	062	01	07	07	01		17	PT11	564.660,74	322.423,36	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	01		03	PT114	20.000,00	15.000,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	01		04	PT111	20.100,00	15.000,00	17.085,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	01		04	PT113	20.000,00	15.000,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	01		07	PT112	20.000,00	15.000,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	01		07	PT113	40.000,00	30.000,00	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	01		07	PT114	40.000,00	30.000,00	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	01		07	PT115	20.000,00	15.000,00	19.000,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	01		07	PT161	35.085,50	26.314,13	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	01		13	PT114	19.850,00	14.887,50	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	01		01	PT114	19.050,00	14.287,50	18.097,51	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	01		01	PT163	20.000,00	15.000,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	01		01	PT183	20.000,00	15.000,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	01		03	PT115	57.893,48	43.420,11	20.000,00	3

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	01		04	PT112	60.000,00	45.000,00	38.000,00	3
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	01		04	PT116	40.000,00	30.000,00	17.000,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	01		04	PT161	20.000,00	15.000,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	01		05	PT161	34.800,00	26.100,00	19.000,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	01		07	PT112	20.000,00	15.000,00	16.000,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	01		07	PT113	47.600,00	35.700,00	19.000,00	3
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	01		07	PT114	20.000,00	15.000,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	01		07	PT115	100.000,00	75.000,00	19.000,00	5
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	01		07	PT116	119.450,00	89.587,50	18.477,50	6
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	01		07	PT161	94.485,00	70.863,75	19.000,00	5
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	01		07	PT163	114.900,00	86.175,00	34.000,00	6
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	01		17	PT117	20.000,00	15.000,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	01		03	PT111	15.000,00	11.250,00	14.250,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	01		03	PT16B	10.646,00	7.984,50	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	01		03	PT16C	20.000,00	15.000,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	01		03	PT182	19.950,00	14.962,50	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	01		05	PT115	20.000,00	15.000,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	01		07	PT111	40.000,00	30.000,00	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	01		07	PT162	60.000,00	45.000,00	10.000,00	3
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	01		07	PT163	40.000,00	30.000,00	8.000,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	01		07	PT165	40.000,00	30.000,00	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	01		07	PT16C	198.650,00	148.987,50	0,00	10
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	01		07	PT182	20.000,00	15.000,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	01		07	PT185	40.000,00	30.000,00	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	01		09	PT163	20.000,00	15.000,00	19.000,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	01		14	PT16C	19.900,00	14.925,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	01	07	01		07	PT112	19.900,00	14.925,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	01	07	01		07	PT114	2.599.008,80	1.483.548,73	0,00	3
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	01	07	01		07	PT161	18.832.858,07	13.863.637,24	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	01	07	01		14	PT162	20.000,00	15.000,00	10.000,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	01	07	01		17	PT114	7.015.975,98	4.201.077,48	0,00	4
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	01	07	01		19	PT114	79.046,00	79.046,00	0,00	2

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	02	07	01		01	PT112	19.500,00	14.625,00	18.525,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	02	07	01		03	PT184	20.000,00	15.000,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	02	07	01		07	PT116	27.811,00	20.858,25	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	02	07	01		07	PT161	20.000,00	15.000,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	02	07	01		07	PT185	6.800,00	5.100,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	02	07	01		11	PT114	19.950,00	14.962,50	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	02	07	01		14	PT114	20.000,00	15.000,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	02	07	01		17	PT113	92.560,00	92.560,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	02	07	01		17	PT161	844.342,86	605.230,65	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	02	07	01		22	PT114	19.800,00	14.850,00	18.810,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	03	07	01		07	PT165	20.000,00	15.000,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	03	07	01		22	PT16C	19.959,00	14.969,25	11.972,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	07	07	01		01	PT16	199.836,00	199.836,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	07	07	01		05	PT1	761.610,59	438.077,35	87.641,16	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	07	07	01		07	PT1	3.645.697,01	2.363.735,03	183.955,68	5
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	07	07	01		07	PT11	3.271.070,95	2.203.701,31	0,00	3

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	07	07	01		07	PT16	911.138,46	707.275,85	0,00	3
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	07	07	01		10	PT16	185.000,00	185.000,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	07	07	01		11	PT11	447.242,75	346.744,26	0,00	2
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	07	07	01		13	PT11	726.255,81	480.731,12	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	07	07	01		13	PT114	772.084,30	635.759,96	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	07	07	01		14	PT11	341.279,78	243.283,30	169.564,15	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	07	07	01		17	PT1	14.818.286,86	13.267.694,81	225.830,16	32
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	07	07	01		17	PT11	7.567.244,18	6.661.039,98	0,00	19
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	07	07	01		17	PT16	7.514.766,00	7.514.766,00	0,00	13
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	07	07	01		19	PT1	1.336.249,21	1.336.249,21	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	07	07	01		19	PT11	194.412,00	194.412,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	07	07	01		22	PT1	728.493,56	562.202,89	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	01	07	07	01		23	PT1	143.921,00	143.921,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	02	01	07	01		07	PT112	10.139.097,71	4.562.593,97	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	02	02	07	01		04	PT114	3.603.500,00	1.981.925,00	0,00	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	02	02	07	01		07	PT113	8.754.243,82	3.939.409,72	2.408.080,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	02	02	07	01		07	PT161	3.427.500,00	1.542.375,00	2.703.507,63	1
I	FEDER	Menos desenvolvidas	065	02	02	07	01		08	PT113	8.686.288,00	3.908.829,60	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	01	07	03		03	PT114	1.911.758,90	1.147.055,34	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	01	07	03		04	PT112	25.817.536,70	13.888.579,72	4.184.460,78	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	01	07	03		04	PT113	30.143.208,89	17.898.858,63	8.519.345,73	8
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	01	07	03		07	PT111	63.598.400,00	31.799.200,00	8.336.726,85	4
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	01	07	03		07	PT112	25.599.638,73	16.774.415,12	4.757.738,97	5
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	01	07	03		07	PT113	29.875.132,45	17.141.745,73	990.634,29	5
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	01	07	03		07	PT114	107.742.121,03	52.504.920,38	15.102.262,79	14
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	01	07	03		07	PT115	38.289.888,85	25.370.723,74	3.369.246,46	5
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	01	07	03		07	PT162	3.088.000,00	1.852.800,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	01	07	03		07	PT165	18.469.842,67	11.394.613,74	2.130.502,90	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	01	07	03		08	PT114	11.968.975,08	7.181.385,05	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	01	07	03		15	PT111	4.955.608,16	3.468.925,71	3.410.651,94	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	01	07	03		15	PT114	43.246.522,39	25.267.809,69	0,00	4

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		03	PT113	4.344.571,72	2.172.285,86	4.030.497,73	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		03	PT116	9.825.502,09	5.895.301,25	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		03	PT163	12.526.430,23	7.515.858,14	2.340.185,89	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		03	PT169	6.710.636,90	4.026.382,14	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		03	PT183	12.182.451,51	8.527.716,06	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		04	PT112	7.800.090,09	4.680.054,05	573.029,93	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		04	PT113	15.983.417,02	9.278.865,79	0,00	4
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		04	PT161	3.599.617,23	1.799.808,62	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		05	PT116	18.191.788,00	9.604.578,50	2.739.312,17	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		05	PT161	30.397.992,77	18.766.807,14	11.785.908,31	4
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		05	PT169	4.492.189,50	3.369.142,13	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		05	PT183	4.728.000,00	3.309.600,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		06	PT185	2.588.650,00	1.812.055,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		07	PT112	12.192.110,78	7.041.633,39	2.034.801,41	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		07	PT113	48.953.680,98	29.474.024,34	7.004.984,19	10
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		07	PT115	6.444.102,00	4.163.240,90	0,00	2

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		07	PT116	13.404.957,28	7.673.779,36	1.702.462,62	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		07	PT117	2.947.216,00	2.210.412,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		07	PT118	2.739.000,00	2.054.250,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		07	PT161	98.891.500,75	60.950.195,50	13.345.876,59	15
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		07	PT163	43.449.754,00	27.398.834,80	12.664.391,91	11
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		07	PT16B	28.285.618,90	16.421.074,67	0,00	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		07	PT184	5.636.411,00	3.381.846,60	563.641,10	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		15	PT118	4.386.829,63	3.070.780,74	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		15	PT181	3.885.798,02	2.331.478,81	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		21	PT183	3.142.039,00	2.199.427,30	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	02	07	03		22	PT112	3.096.861,00	2.167.802,70	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		03	PT165	10.138.181,25	7.096.726,88	1.080.470,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		03	PT16B	4.213.243,90	2.527.946,34	1.035.451,30	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		03	PT16C	3.611.670,47	2.167.002,28	361.167,05	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		05	PT161	3.653.603,00	1.826.801,50	2.879.703,75	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		05	PT16B	6.466.691,77	3.880.015,06	3.325.659,91	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		06	PT185	6.363.814,67	3.818.288,80	2.153.925,41	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		07	PT111	10.483.227,64	7.028.691,85	0,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		07	PT113	3.552.206,82	2.664.155,12	1.664.369,37	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		07	PT116	4.959.160,00	3.471.412,00	896.134,64	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		07	PT117	4.105.880,70	3.079.410,53	923.827,32	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		07	PT161	15.022.607,07	9.013.564,24	1.939.963,40	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		07	PT162	4.843.380,25	3.390.366,18	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		07	PT163	20.772.100,00	12.215.192,90	765.317,90	4
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		07	PT165	19.924.624,30	13.406.413,71	6.540.529,26	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		07	PT166	4.774.000,00	3.580.500,00	1.560.000,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		07	PT169	21.643.529,00	15.150.470,30	14.489.390,49	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		07	PT16B	21.457.030,22	11.384.042,63	9.883.958,14	4
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		07	PT16C	20.006.339,20	11.359.164,57	4.347.327,88	4
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		07	PT181	25.367.496,73	15.715.338,23	0,00	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		07	PT183	5.569.777,00	3.341.866,20	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		09	PT115	4.744.674,59	3.558.505,94	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		15	PT113	3.471.291,67	2.603.468,75	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		15	PT117	4.997.625,00	3.748.218,75	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		15	PT118	3.278.274,10	2.294.791,87	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		15	PT16A	3.844.280,07	2.883.210,05	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		15	PT16B	3.422.605,00	2.053.563,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		15	PT16C	6.494.977,73	4.698.920,75	1.829.153,45	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		15	PT181	6.325.615,90	4.744.211,93	2.124.283,87	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	03	07	03		21	PT16B	8.440.975,09	5.546.207,35	1.670.053,35	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	07	07	03		03	PT11	4.376.267,00	3.074.036,90	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	07	07	03		07	PT1	1.034.111,61	731.178,13	234.004,78	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	07	07	03		07	PT16	6.639.148,26	3.983.488,96	2.137.286,18	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	07	07	03		12	PT11	4.540.167,00	2.724.100,20	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	07	07	03		13	PT1	765.588,00	544.009,35	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	001	02	07	07	03		17	PT1	1.082.610,24	766.346,97	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		04	PT112	127.942,90	63.574,31	33.460,22	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		04	PT113	1.774.753,81	804.639,21	633.079,66	7

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		04	PT114	117.565,38	58.904,42	89.844,10	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		04	PT115	277.034,49	136.470,52	76.607,21	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		05	PT112	19.820,00	14.865,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		05	PT114	83.571,01	37.606,95	35.192,10	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		06	PT114	20.000,00	15.000,00	12.300,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		07	PT112	440.874,52	224.934,53	113.352,24	7
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		07	PT113	618.992,35	300.536,56	285.457,40	6
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		07	PT114	2.023.856,22	940.525,30	809.341,36	12
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		07	PT115	529.971,42	238.487,14	79.676,11	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		07	PT161	521.383,32	234.622,49	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		08	PT111	18.500,00	13.875,00	15.725,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		08	PT112	194.609,96	93.568,48	18.981,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		08	PT113	40.000,00	30.000,00	15.000,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		12	PT112	11.800,00	8.850,00	10.030,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		12	PT114	678.034,00	317.115,30	146.981,00	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		13	PT114	186.690,02	90.010,51	0,00	2

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		14	PT112	427.913,17	198.260,93	28.418,04	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		14	PT113	80.000,00	60.000,00	67.364,33	4
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		14	PT114	887.232,94	417.104,82	302.178,08	6
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		14	PT161	20.000,00	15.000,00	8.000,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		15	PT113	20.000,00	15.000,00	18.981,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		17	PT114	1.139.934,87	518.970,70	122.082,50	6
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		17	PT161	52.837,11	23.776,70	5.639,54	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		20	PT162	776.413,92	349.386,26	111.803,60	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		23	PT114	520.300,00	234.135,00	37.873,89	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	01	07	03		23	PT161	243.378,01	109.520,10	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		01	PT114	19.250,00	14.437,50	18.287,51	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		01	PT185	14.932,00	11.199,00	7.542,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		03	PT113	154.409,90	73.009,46	0,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		03	PT116	12.800,00	9.600,00	11.000,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		03	PT16C	18.500,00	13.875,00	13.875,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		04	PT112	2.304.163,49	1.054.711,58	752.098,42	11

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		04	PT113	491.695,63	239.263,03	110.566,11	6
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		04	PT115	382.460,31	182.337,14	47.819,69	5
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		04	PT116	316.776,00	142.549,20	30.811,21	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		04	PT16A	217.674,23	97.953,40	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		04	PT185	16.000,00	12.000,00	15.200,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		05	PT116	688.811,50	309.965,18	191.651,08	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		05	PT118	203.406,25	91.532,81	73.009,50	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		05	PT161	1.112.708,97	500.719,04	134.620,86	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		06	PT163	481.016,96	216.457,63	288.677,59	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		07	PT112	296.667,23	147.531,26	24.126,74	5
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		07	PT113	785.731,68	372.077,26	235.861,02	8
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		07	PT114	1.235.752,43	579.218,59	225.917,78	9
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		07	PT115	660.688,91	335.692,01	115.336,02	11
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		07	PT116	1.271.704,87	651.951,69	484.964,94	20
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		07	PT117	10.000,00	7.500,00	9.500,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		07	PT161	1.159.351,73	538.256,29	32.860,00	8

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		07	PT163	1.786.275,09	824.595,79	570.957,85	10
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		07	PT168	17.792,00	13.344,00	16.902,40	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		07	PT16B	161.613,39	72.726,03	92.241,98	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		07	PT16C	12.000,00	9.000,00	4.800,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		07	PT181	156.000,00	70.200,00	58.276,60	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		08	PT112	325.290,01	150.316,51	119.952,00	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		08	PT113	165.602,89	80.371,30	110.711,22	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		08	PT114	195.012,00	93.755,40	19.000,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		08	PT115	30.421,46	22.816,10	10.000,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		08	PT161	20.000,00	15.000,00	19.000,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		08	PT163	20.000,00	15.000,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		12	PT113	111.029,00	61.843,05	37.620,00	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		13	PT163	20.000,00	15.000,00	19.000,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		13	PT183	1.369.019,20	500.000,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		14	PT112	113.535,00	62.640,75	69.199,19	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		14	PT113	38.950,00	29.212,50	16.532,50	2

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		14	PT114	286.240,70	134.710,81	99.642,02	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		14	PT115	59.300,00	32.520,00	15.560,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		14	PT116	19.650,00	14.737,50	18.667,51	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		14	PT161	20.000,00	15.000,00	12.000,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		14	PT163	288.610,00	129.874,50	41.662,66	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		14	PT16B	12.120,00	9.090,00	6.060,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		14	PT16C	16.000,00	12.000,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		14	PT182	95.836,02	43.126,21	22.792,15	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		14	PT185	19.800,00	14.850,00	18.810,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		15	PT115	19.500,00	14.625,00	18.525,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		17	PT114	44.000,00	19.800,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		17	PT115	235.956,76	106.180,54	23.595,67	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		17	PT161	19.000,00	14.250,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	02	07	03		23	PT163	25.000,00	11.250,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		01	PT16B	20.000,00	15.000,00	19.000,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		01	PT184	19.750,00	14.812,50	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		01	PT185	20.000,00	15.000,00	19.000,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		03	PT111	19.450,00	14.587,50	18.477,51	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		03	PT112	462.798,18	208.259,18	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		03	PT118	19.600,00	14.700,00	16.660,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		03	PT162	416.867,08	187.590,19	79.612,90	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		03	PT163	20.000,00	15.000,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		03	PT181	117.972,50	53.087,62	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		03	PT184	11.016,00	8.262,00	10.465,20	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		03	PT185	721.181,25	336.524,06	376.358,97	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		04	PT111	280.920,00	126.414,00	77.307,93	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		04	PT165	13.750,00	10.312,50	13.062,50	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		05	PT161	20.000,00	15.000,00	5.325,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		05	PT16C	947.075,00	426.183,75	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		07	PT111	102.998,94	57.749,53	0,00	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		07	PT115	15.000,00	11.250,00	14.250,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		07	PT116	186.576,55	83.959,45	30.782,31	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		07	PT161	866.024,00	399.370,79	100.648,56	6
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		07	PT162	1.151.205,00	530.000,00	27.000,00	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		07	PT163	38.900,00	29.175,00	0,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		07	PT165	154.915,78	69.712,10	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		07	PT16B	691.959,46	327.731,76	137.313,77	6
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		07	PT16C	415.788,48	223.059,81	160.372,00	8
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		07	PT185	625.690,60	287.560,77	102.422,83	4
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		08	PT115	5.820,00	4.365,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		08	PT16B	350.604,34	157.771,95	44.291,56	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		08	PT16C	51.900,00	38.925,00	41.905,00	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		09	PT163	20.000,00	15.000,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		12	PT111	59.000,00	44.250,00	53.100,00	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		12	PT113	13.970,00	10.477,50	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		12	PT163	20.000,00	15.000,00	19.000,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		12	PT185	19.500,00	14.625,00	17.550,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		14	PT161	130.643,75	58.789,69	16.223,27	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		14	PT162	40.000,00	30.000,00	19.000,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		14	PT163	20.000,00	15.000,00	10.000,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		14	PT167	19.825,00	14.868,75	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		14	PT16B	19.500,00	14.625,00	18.525,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		14	PT16C	579.413,31	266.690,99	0,00	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		14	PT185	19.500,00	14.625,00	16.575,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		15	PT16C	18.500,00	13.875,00	13.875,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		17	PT162	20.000,00	15.000,00	19.000,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		17	PT16B	241.356,45	108.610,40	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		17	PT185	158.700,00	71.415,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	03	07	03		19	PT182	446.547,72	200.946,47	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	07	07	03		03	PT1	3.047.081,34	1.671.831,16	0,00	5
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	07	07	03		03	PT11	2.798.575,09	1.461.207,98	300.229,30	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	07	07	03		04	PT11	578.762,96	286.780,92	0,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	07	07	03		07	PT1	11.631.943,41	6.316.267,68	797.043,62	10
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	07	07	03		07	PT11	1.513.543,50	821.862,48	105.798,02	2

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	07	07	03		07	PT16	3.607.135,29	1.988.906,94	496.343,38	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	07	07	03		08	PT1	30.350,00	13.657,50	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	07	07	03		13	PT1	5.010.978,66	2.548.117,01	810.647,94	5
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	07	07	03		14	PT1	1.216.758,20	667.565,22	57.483,09	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	07	07	03		14	PT11	3.801.995,81	2.097.578,31	361.370,42	4
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	07	07	03		14	PT16	302.273,08	153.450,20	97.618,60	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	07	07	03		15	PT11	355.058,82	196.170,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	064	01	07	07	03		21	PT1	121.470,59	67.112,50	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		03	PT114	333.591,47	150.116,16	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		04	PT112	103.570,00	46.606,50	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		04	PT113	4.996.064,28	2.248.228,93	699.322,42	16
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		04	PT114	129.679,70	58.355,87	72.508,91	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		04	PT115	432.950,00	194.827,50	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		04	PT165	259.105,15	116.597,32	67.072,44	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		05	PT114	1.295.652,97	583.043,84	184.005,57	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		06	PT112	885.128,00	398.307,60	119.121,65	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão econômica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		07	PT111	1.388.810,92	624.964,92	0,00	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		07	PT112	1.385.074,69	623.283,62	357.110,95	4
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		07	PT113	2.027.248,65	918.141,89	54.792,03	5
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		07	PT114	8.515.219,53	3.831.848,78	885.712,91	18
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		07	PT115	8.951.221,75	4.028.049,82	2.007.324,52	17
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		07	PT161	1.386.993,75	624.147,19	53.924,17	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		08	PT111	326.602,50	146.971,13	32.660,24	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		08	PT112	1.763.672,49	793.652,62	60.432,27	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		12	PT114	892.505,00	401.627,25	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		13	PT112	770.929,28	346.918,18	251.053,02	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		13	PT114	4.130.970,03	1.858.936,53	720.447,38	10
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		13	PT161	1.278.113,17	575.150,93	17.554,60	4
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		13	PT162	205.820,00	98.559,00	155.829,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		14	PT113	412.905,00	185.807,25	0,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		14	PT114	3.988.229,76	1.794.703,40	389.143,86	9
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		14	PT161	530.697,58	238.813,92	30.868,41	2

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão econômica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		14	PT165	746.025,04	335.711,27	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		17	PT111	469.905,00	211.457,25	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		17	PT114	2.424.356,05	1.090.960,22	405.852,37	7
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		17	PT115	20.000,00	15.000,00	19.000,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		17	PT161	320.900,58	144.405,26	53.262,05	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		17	PT162	363.363,32	163.513,49	52.324,22	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		20	PT114	318.894,90	143.502,71	59.628,14	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		22	PT115	613.762,50	276.193,13	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		23	PT114	975.600,00	439.020,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		23	PT161	510.864,02	229.888,81	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	01	07	03		23	PT162	93.195,94	41.938,17	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		01	PT185	19.600,00	8.820,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		03	PT112	159.484,25	71.767,91	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		03	PT113	2.068.793,02	930.956,86	231.246,55	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		03	PT116	672.682,22	302.707,00	41.203,95	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		03	PT161	350.153,63	157.569,13	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		03	PT163	652.000,00	293.400,00	151.959,08	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		03	PT164	1.095.564,00	493.003,80	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		03	PT16B	342.140,19	153.963,09	33.785,43	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		03	PT183	1.550.217,91	697.598,06	485.013,68	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		03	PT184	473.381,93	213.021,87	116.306,86	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		03	PT185	676.157,50	304.270,88	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		04	PT112	3.642.993,00	1.639.346,85	439.864,18	12
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		04	PT113	2.161.046,27	978.470,83	328.862,77	7
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		04	PT114	844.112,50	379.850,63	80.796,31	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		04	PT115	930.329,09	418.648,09	180.775,84	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		04	PT116	324.694,00	146.112,30	0,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		04	PT169	75.195,00	33.837,75	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		04	PT16A	354.463,52	159.508,58	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		05	PT114	336.911,35	151.610,11	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		05	PT116	1.267.116,84	563.270,00	559.085,51	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		05	PT161	2.713.305,16	1.220.987,32	327.507,36	9

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		05	PT185	303.312,50	136.490,63	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		06	PT161	1.440.979,69	648.440,86	150.681,11	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		07	PT112	20.000,00	15.000,00	10.000,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		07	PT113	3.093.192,21	1.391.936,51	944.078,71	7
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		07	PT114	1.745.899,75	785.654,89	341.356,29	5
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		07	PT115	4.237.126,43	1.906.706,91	464.438,58	9
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		07	PT116	4.657.754,08	2.095.989,33	492.253,14	17
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		07	PT161	18.021.171,96	8.102.339,59	2.838.695,15	45
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		07	PT163	3.863.229,65	1.738.453,34	648.368,49	12
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		07	PT164	107.996,13	48.598,26	66.288,13	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		07	PT16A	972.800,00	437.760,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		07	PT16B	571.386,48	257.123,92	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		07	PT183	641.476,88	288.664,60	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		08	PT112	477.391,27	214.826,07	110.502,55	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		08	PT114	238.705,00	107.417,25	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		08	PT115	20.000,00	15.000,00	18.000,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		12	PT114	192.015,64	86.407,04	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		12	PT161	167.731,25	75.479,06	16.773,14	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		13	PT114	443.149,50	199.417,28	110.879,18	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		13	PT161	299.455,00	134.754,75	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		13	PT163	20.000,00	15.000,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		13	PT183	272.985,00	122.843,25	105.598,64	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		14	PT112	155.500,48	69.975,22	92.846,37	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		14	PT113	335.825,14	151.121,31	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		14	PT114	1.579.798,22	710.909,21	70.863,97	4
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		14	PT116	627.987,50	282.594,37	89.859,66	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		14	PT161	320.652,88	144.293,80	41.532,96	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		14	PT163	474.548,03	213.546,61	42.812,68	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		14	PT182	137.030,00	61.663,50	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		14	PT185	701.325,00	315.596,25	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		15	PT163	152.741,82	68.733,82	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		17	PT161	1.171.467,44	527.160,35	0,00	2

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		17	PT163	419.887,00	188.949,15	50.676,07	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		17	PT185	505.405,00	227.432,25	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	02	07	03		23	PT163	192.717,50	86.722,88	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		03	PT112	204.808,12	92.163,65	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		03	PT161	232.363,14	104.563,41	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		03	PT162	314.951,25	141.728,06	30.434,04	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		03	PT165	1.542.338,06	694.052,13	0,00	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		03	PT168	784.587,66	353.064,45	154.583,20	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		03	PT16B	906.283,06	407.827,38	303.927,66	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		03	PT181	265.949,53	125.227,29	47.130,18	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		03	PT183	389.055,00	175.074,75	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		03	PT184	274.411,02	123.484,96	0,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		03	PT185	750.256,26	337.615,32	173.750,04	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		04	PT111	282.691,90	127.211,36	35.425,93	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		04	PT165	188.050,00	84.622,50	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		04	PT168	90.706,16	40.817,77	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		04	PT16A	59.100,00	26.595,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		05	PT16C	913.322,50	410.995,13	112.094,76	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		06	PT16B	133.449,85	60.052,43	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		07	PT113	514.705,00	231.617,25	71.592,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		07	PT115	358.632,50	161.384,63	118.803,80	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		07	PT161	4.475.350,31	2.013.907,65	595.098,59	7
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		07	PT162	2.867.245,38	1.276.037,07	112.894,39	5
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		07	PT163	1.214.636,03	546.586,21	84.718,17	4
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		07	PT165	1.194.189,75	537.385,39	0,00	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		07	PT16A	125.910,00	56.659,50	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		07	PT16B	3.490.215,95	1.570.597,17	339.369,97	11
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		07	PT16C	2.962.151,89	1.332.968,35	72.349,23	9
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		07	PT182	1.037.639,63	466.937,83	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		07	PT185	727.266,50	327.269,93	140.290,53	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		08	PT162	90.787,11	40.854,20	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		08	PT16C	394.105,00	182.147,25	0,00	2

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão econômica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		08	PT185	313.359,68	141.011,86	27.304,02	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		09	PT16C	16.000,00	12.000,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		13	PT16B	277.454,00	124.854,30	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		14	PT161	239.993,75	107.997,19	6.447,52	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		14	PT162	655.208,32	294.843,74	75.686,01	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		14	PT165	1.872.147,06	839.053,85	0,00	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		14	PT168	1.051.270,00	473.071,50	203.885,58	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		14	PT16B	2.925.027,71	1.322.262,47	292.023,33	9
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		14	PT16C	1.347.252,62	606.263,68	598.694,91	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		14	PT183	570.705,00	256.817,25	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		14	PT185	745.426,88	340.242,10	0,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		17	PT162	20.000,00	15.000,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		19	PT182	820.355,00	369.159,75	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		20	PT16B	149.444,58	67.250,06	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		21	PT16B	803.055,00	361.374,75	0,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		22	PT163	223.540,00	100.593,00	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		22	PT165	18.500,00	13.875,00	17.500,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	03	07	03		23	PT16B	587.129,38	264.208,22	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		03	PT1	13.786.729,59	9.953.982,12	2.378.263,77	15
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		03	PT11	1.295.806,88	715.899,93	107.568,09	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		04	PT1	40.080.651,53	25.839.737,13	10.167.289,36	7
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		04	PT11	3.145.260,47	1.732.356,40	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		05	PT1	1.134.351,97	964.199,17	79.619,67	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		05	PT16	517.473,41	285.904,06	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		07	PT1	112.603.051,84	68.809.920,34	35.032.610,08	47
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		07	PT11	1.323.536,52	719.717,59	216.055,82	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		07	PT16	897.361,45	479.537,53	0,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		08	PT1	416.735,13	354.224,86	78.203,96	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		09	PT1	217.740,00	185.079,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		13	PT1	4.551.469,14	2.857.219,23	939.132,19	6
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		14	PT1	14.628.196,83	8.527.681,72	3.644.889,96	13
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		14	PT11	444.588,23	245.635,00	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		15	PT1	7.166.926,91	6.091.887,88	418.324,86	8
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		15	PT16	160.858,26	88.791,48	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		15	PT18	403.803,75	221.406,94	80.672,57	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		17	PT1	6.031.296,15	5.268.337,67	1.337.835,71	5
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		19	PT1	609.129,82	609.129,82	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		20	PT1	1.214.028,46	1.031.924,19	62.177,43	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		21	PT1	4.197.171,39	3.567.595,68	370.197,04	5
II	FEDER	Menos desenvolvidas	066	01	07	07	03		22	PT1	198.804,22	168.983,59	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	067	01	07	07	03		06	PT1	1.831.817,74	1.557.045,08	0,00	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	067	01	07	07	03		07	PT1	1.977.988,59	1.681.290,29	86.129,93	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	067	01	07	07	03		17	PT1	5.296.275,23	5.240.450,18	0,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	067	01	07	07	03		19	PT1	1.111.022,76	1.093.166,76	0,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	067	01	07	07	03		21	PT1	470.623,33	400.029,83	65.062,60	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	067	01	07	07	03		23	PT1	308.388,05	262.129,84	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	067	03	01	07	03		16	PT114	88.159.978,61	50.000.000,00	12.500.000,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	01	01	07	03		07	PT114	246.342,39	110.854,08	108.933,57	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	01	01	07	03		14	PT111	389.576,94	175.309,62	44.993,55	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	01	02	07	03		04	PT112	57.085,00	25.688,25	11.725,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	01	02	07	03		05	PT161	529.975,00	238.488,75	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	01	02	07	03		07	PT161	397.979,52	179.090,79	123.764,85	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	01	02	07	03		07	PT163	153.139,23	68.912,65	15.313,93	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	01	02	07	03		10	PT16C	20.000,00	15.000,00	19.000,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	01	02	07	03		11	PT112	17.500,00	13.125,00	14.875,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	01	02	07	03		12	PT113	322.539,60	145.142,82	125.680,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	01	02	07	03		12	PT161	253.500,00	114.075,00	22.000,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	01	02	07	03		17	PT16A	335.256,26	150.865,32	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	01	03	07	03		07	PT162	147.102,50	66.196,12	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	01	03	07	03		07	PT165	279.959,86	125.981,94	32.240,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	01	03	07	03		22	PT16C	20.000,00	15.000,00	15.000,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	01	07	07	03		07	PT1	905.695,03	560.805,02	0,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	01	07	07	03		07	PT16	406.764,70	224.737,50	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	01	07	07	03		10	PT1	269.363,26	235.292,49	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	01	07	07	03		17	PT1	366.219,48	311.286,56	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	01	07	03		07	PT112	3.639.910,00	2.547.937,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	01	07	03		07	PT114	2.937.101,00	2.055.970,70	204.918,65	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	01	07	03		15	PT114	4.056.062,82	2.433.637,69	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	02	07	03		04	PT112	28.010.319,59	17.888.316,71	6.310.215,44	6
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	02	07	03		04	PT113	19.612.461,37	12.861.467,64	6.022.010,76	4
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	02	07	03		04	PT114	8.239.872,00	4.943.923,20	899.440,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	02	07	03		04	PT116	4.127.518,10	2.889.262,67	451.699,31	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	02	07	03		07	PT113	29.138.855,74	17.483.313,44	4.153.095,92	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	02	07	03		07	PT116	4.052.886,27	2.026.443,14	3.030.073,16	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	02	07	03		07	PT161	40.654.617,52	22.810.227,84	10.614.179,39	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	02	07	03		07	PT185	3.117.112,10	2.181.978,47	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	02	07	03		15	PT115	6.932.693,17	3.466.346,59	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	02	07	03		22	PT163	3.412.000,00	2.388.400,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	03	07	03		03	PT16B	8.013.120,88	5.609.184,62	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	03	07	03		04	PT111	3.642.070,00	2.185.242,00	364.207,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	03	07	03		07	PT113	27.441.335,80	17.142.330,60	725.883,07	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	03	07	03		07	PT161	7.313.788,28	5.269.744,43	1.260.176,48	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	03	07	03		07	PT162	13.138.648,83	8.539.048,97	876.625,10	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	03	07	03		07	PT16B	3.057.384,53	1.834.430,72	2.450.371,70	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	03	07	03		07	PT16C	12.824.135,70	7.861.467,85	0,00	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	03	07	03		07	PT181	3.813.338,00	2.860.003,50	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	03	07	03		07	PT185	3.205.256,36	2.243.679,45	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	03	07	03		15	PT181	5.686.517,50	3.980.562,25	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	03	07	03		22	PT163	4.985.992,83	2.991.595,70	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	03	07	03		22	PT165	9.409.832,00	6.586.882,40	0,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	03	07	03		22	PT184	1.989.324,00	1.491.993,00	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	07	07	03		04	PT11	3.790.062,09	2.274.037,25	2.229.320,32	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	07	07	03		07	PT1	2.087.326,00	1.514.158,75	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	07	07	03		07	PT11	4.885.709,90	3.419.996,93	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	069	02	07	07	03		15	PT1	909.395,84	650.812,14	0,00	1
II	FEDER	Menos	071	02	03	07	03		17	PT184	9.131.547,32	6.848.660,49	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	01	07	02		18	PT162	685.522,70	685.522,70	92.784,56	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	01	07	02		19	PT111	48.486,19	48.486,19	4.921,84	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	01	07	02		19	PT114	914.218,73	914.218,73	180.904,06	4
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	01	07	02		19	PT161	1.174.084,87	1.174.084,87	131.856,45	5
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	01	07	02		19	PT162	2.049.696,03	2.049.696,03	235.096,16	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	01	07	02		20	PT111	2.481.200,46	2.481.200,46	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	01	07	02		20	PT113	321.860,40	321.860,40	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	01	07	02		20	PT114	6.781.457,66	6.781.457,66	51.854,73	10
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	01	07	02		20	PT162	2.964.270,92	2.964.270,92	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	01	07	02		20	PT165	55.746,60	55.746,60	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	02	07	02		19	PT117	746.129,40	746.129,40	161.171,59	4
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	02	07	02		19	PT118	1.082.166,16	1.082.166,16	84.204,38	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	02	07	02		19	PT168	152.728,38	152.728,38	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	02	07	02		19	PT16A	356.574,86	356.574,86	0,00	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	02	07	02		19	PT182	73.238,40	73.238,40	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	02	07	02		19	PT183	409.887,20	409.887,20	40.307,39	3

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	02	07	02		20	PT115	102.691,62	102.691,62	98.497,22	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	02	07	02		20	PT116	835.274,88	835.274,88	0,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	02	07	02		20	PT168	1.200.913,12	1.200.913,12	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	02	07	02		20	PT16A	789.658,44	789.658,44	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	02	07	02		20	PT16B	1.393.127,14	1.393.127,14	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	03	07	02		20	PT181	2.645.925,45	2.645.925,45	143.933,00	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	07	07	02		07	PT1	2.588.828,40	2.588.828,40	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	07	07	02		16	PT1	1.197.809,54	1.197.809,54	86.088,82	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	07	07	02		17	PT1	3.719.605,68	3.719.605,68	43.205,05	8
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	07	07	02		18	PT1	98.331.371,49	98.331.371,49	2.390.147,45	67
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	07	07	02		19	PT1	3.582.194,67	3.582.194,67	201.270,48	3
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	07	07	02		19	PT11	4.425.413,59	4.425.413,59	379.723,94	2
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	07	07	02		19	PT16	1.065.272,67	1.065.272,67	132.012,19	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	07	07	02		20	PT1	5.443.108,57	5.443.108,57	93.700,00	9
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	07	07	02		20	PT11	179.445,83	179.445,83	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	078	01	07	07	02		21	PT1	644.658,21	644.658,21	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
II	FEDER	Menos desenvolvidas	079	01	07	07	02		13	PT1	2.425.845,49	2.425.845,49	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	079	01	07	07	02		18	PT1	3.506.497,09	3.506.497,09	0,00	5
II	FEDER	Menos desenvolvidas	079	01	07	07	02		21	PT1	204.184,62	204.184,62	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	081	01	01	07	02		20	PT114	2.291.315,67	2.291.315,67	0,00	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	081	01	03	07	02		20	PT185	799.002,99	799.002,99	67.020,24	1
II	FEDER	Menos desenvolvidas	081	01	07	07	02		20	PT1	4.946.237,69	4.946.237,69	1.276.489,69	2
III	FSE	Menos desenvolvidas												
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	01	07	08	03	04	PT112	15.125,00	9.075,00	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	01	07	08	03	04	PT113	117.906,50	70.743,91	0,00	3
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	01	07	08	03	04	PT115	145.536,72	87.322,03	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	01	07	08	03	04	PT165	2.400,00	1.440,00	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	01	07	08	03	05	PT114	25.419,98	15.251,99	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	01	07	08	03	07	PT111	8.000,00	4.800,00	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	01	07	08	03	07	PT112	71.791,68	43.075,01	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	01	07	08	03	07	PT113	63.132,13	37.879,28	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	01	07	08	03	07	PT114	1.125,00	675,00	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão econômica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	01	07	08	03	07	PT115	35.957,11	21.574,27	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	01	07	08	03	07	PT161	27.509,25	16.505,55	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	01	07	08	03	08	PT112	25.081,18	15.048,71	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	01	07	08	03	12	PT114	24.364,12	14.618,47	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	01	07	08	03	13	PT114	69.554,15	41.732,49	0,00	3
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	01	07	08	01	13	PT161	35.113,64	21.068,18	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	01	07	08	01	14	PT114	11.008,00	6.604,80	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	01	07	08	03	14	PT114	35.040,58	21.024,35	0,00	3
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	01	07	08	03	14	PT161	14.237,09	8.542,25	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	01	07	08	03	17	PT114	155.431,64	93.258,98	0,00	4
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	01	07	08	03	17	PT161	4.639,20	2.783,52	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	03	PT112	8.813,36	5.288,02	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	03	PT113	24.757,18	14.854,31	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	01	04	PT112	6.899,10	4.139,46	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	04	PT112	40.262,91	24.157,75	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	04	PT116	52.002,63	31.201,58	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	05	PT116	2.186,24	1.311,74	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	05	PT161	9.769,98	5.861,99	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	07	PT112	15.372,47	9.223,48	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	07	PT114	18.423,87	11.054,32	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	07	PT115	94.915,30	56.949,18	0,00	8
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	07	PT116	252.864,53	151.718,72	0,00	10
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	01	07	PT161	157.734,07	94.640,44	0,00	3
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	07	PT161	51.979,44	31.187,66	0,00	8
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	07	PT163	41.993,82	25.196,29	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	08	PT112	12.048,72	7.229,23	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	08	PT114	22.200,00	13.320,00	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	12	PT113	22.586,21	13.551,73	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	01	12	PT161	5.803,25	3.481,95	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	12	PT161	10.305,25	6.183,15	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	14	PT112	54.044,00	32.426,40	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	14	PT114	95.231,16	57.138,70	0,00	3

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	14	PT116	30.180,78	18.108,47	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	14	PT163	3.547,22	2.128,33	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	14	PT185	9.220,00	5.532,00	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	02	07	08	03	17	PT161	20.009,70	12.005,82	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	03	07	08	03	03	PT165	39.400,00	23.640,00	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	03	07	08	03	03	PT168	40.539,52	24.323,71	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	03	07	08	03	03	PT181	7.154,46	4.292,68	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	03	07	08	03	04	PT168	41.864,22	25.118,53	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	03	07	08	03	07	PT111	29.553,42	17.732,05	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	03	07	08	03	07	PT161	257.000,53	154.200,32	0,00	5
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	03	07	08	01	07	PT162	15.382,68	9.229,61	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	03	07	08	03	07	PT16A	1.812,40	1.087,44	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	03	07	08	03	07	PT16B	39.768,15	23.860,89	0,00	3
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	03	07	08	03	07	PT16C	78.606,54	47.163,92	0,00	4
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	03	07	08	03	07	PT185	168.642,94	101.185,77	0,00	3
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	03	07	08	03	08	PT16C	29.368,50	17.621,10	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	03	07	08	03	14	PT162	4.938,00	2.962,80	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	03	07	08	03	14	PT168	41.415,90	24.849,54	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	03	07	08	03	14	PT16B	21.227,75	12.736,65	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	03	07	08	03	20	PT16B	25.648,00	15.388,80	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	01	PT16	227.535,38	146.226,94	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	01	PT18	353.300,80	229.183,90	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	03	PT11	194.864,48	144.111,83	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	03	PT16	586.969,68	393.646,41	0,00	3
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	04	PT11	2.521.307,02	1.640.991,91	0,00	5
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	04	PT16	203.641,16	106.456,50	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	07	PT1	73.557,73	44.134,64	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	07	PT11	2.426.374,98	1.475.097,77	0,00	8
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	07	PT16	10.274.001,61	6.091.249,67	0,00	27
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	07	PT18	2.107.751,31	1.313.417,44	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	08	PT11	141.925,00	106.456,48	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	08	PT16	411.586,77	282.429,69	0,00	2

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	09	PT16	484.299,08	239.237,17	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	09	PT18	215.151,52	131.567,18	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	12	PT16	179.544,34	134.871,52	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	13	PT18	197.130,76	140.789,27	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	14	PT11	9.423.034,40	6.297.547,09	0,00	27
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	14	PT16	6.656.933,77	4.433.728,91	0,00	21
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	14	PT18	4.781.066,91	3.006.919,48	0,00	7
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	15	PT11	1.448.570,12	593.005,53	0,00	4
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	15	PT16	1.028.337,40	700.500,30	0,00	5
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	17	PT16	939.086,41	626.951,71	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	01	07	07	08	03	21	PT18	244.600,15	168.918,76	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	01	07	08	03	03	PT114	20.687,51	14.481,26	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	01	07	08	03	04	PT112	64.374,34	45.062,04	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	01	07	08	03	04	PT113	27.057,80	18.940,46	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	01	07	08	04	05	PT111	579.816,68	289.908,34	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	01	07	08	04	05	PT114	272.201,73	136.100,87	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão econômica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	01	07	08	03	07	PT111	5.850,00	3.510,00	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	01	07	08	04	07	PT111	139.078,26	69.539,13	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	01	07	08	01	07	PT112	160.070,00	80.035,00	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	01	07	08	03	07	PT112	11.308,17	7.915,72	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	01	07	08	04	07	PT112	1.275,00	637,50	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	01	07	08	03	07	PT113	72.009,56	43.660,84	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	01	07	08	03	07	PT114	243.946,20	163.119,64	0,00	4
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	01	07	08	03	07	PT115	161.900,57	97.140,34	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	01	07	08	04	07	PT161	2.067.726,80	1.033.863,41	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	01	07	08	03	07	PT162	53.915,60	37.740,92	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	04	03	PT116	2.199.724,90	1.099.862,45	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	01	04	PT112	20.631,42	13.541,99	0,00	3
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	03	04	PT112	169.355,98	101.613,59	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	01	04	PT113	14.685,25	8.811,15	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	03	04	PT113	49.500,00	29.700,00	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	01	04	PT114	7.267,24	5.087,07	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	03	05	PT116	25.189,34	15.113,60	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	04	05	PT118	871.180,22	435.590,11	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	03	05	PT161	32.479,00	19.487,40	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	04	06	PT161	23.167,91	11.583,96	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	03	07	PT112	24.049,14	16.834,40	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	04	07	PT112	59.569,83	29.784,92	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	01	07	PT113	5.600,00	3.360,00	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	03	07	PT113	120.908,65	77.772,32	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	04	07	PT113	915.970,31	457.985,16	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	03	07	PT115	92.424,90	64.697,43	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	03	07	PT116	10.352,68	6.211,61	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	04	07	PT116	85.834,47	42.917,24	0,00	3
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	03	07	PT117	39.483,24	27.638,27	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	01	07	PT161	114.178,00	68.506,80	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	03	07	PT161	289.072,14	192.401,38	0,00	8
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	04	07	PT161	15.271,26	7.635,63	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	03	07	PT163	24.853,30	16.886,71	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	04	07	PT168	49.749,17	24.874,59	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	04	07	PT185	18.104,75	9.052,38	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	01	08	PT113	377.285,42	188.642,71	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	02	07	08	03	22	PT112	32.374,54	22.662,18	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	03	07	08	04	03	PT185	6.434,00	3.217,00	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	03	07	08	03	07	PT111	34.138,46	23.896,92	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	03	07	08	01	07	PT113	273.567,29	164.140,37	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	03	07	08	01	07	PT161	56.904,00	34.142,40	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	03	07	08	03	07	PT161	92.359,48	56.351,11	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	03	07	08	01	07	PT162	25.890,17	18.123,12	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	03	07	08	03	07	PT162	10.000,00	7.000,00	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	03	07	08	04	07	PT162	50.590,28	25.295,14	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	03	07	08	03	07	PT163	2.690,00	1.614,00	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	03	07	08	03	07	PT165	16.704,68	10.022,81	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	03	07	08	04	07	PT165	132.223,93	66.111,97	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
		desenvolvidas												
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	03	07	08	04	07	PT169	237.464,72	118.732,36	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	03	07	08	03	07	PT16B	196.219,39	117.731,63	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	03	07	08	03	07	PT16C	110.357,31	68.340,53	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	03	07	08	04	07	PT16C	299.600,00	149.800,00	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	03	07	08	01	07	PT181	2.593,75	1.815,63	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	03	07	08	03	07	PT181	17.222,70	12.055,89	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	03	07	08	03	15	PT16C	24.344,09	17.040,86	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	03	07	08	01	22	PT165	46.072,83	29.768,87	0,00	2
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	07	07	08	04	07	PT1	51.605,10	25.802,55	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	07	07	08	01	07	PT11	26.495,61	18.546,93	0,00	1
III	FSE	Menos desenvolvidas	106	02	07	07	08	04	13	PT1	1.516.774,21	758.387,11	0,00	1
IV	FEDER	Menos desenvolvidas												
IV	CF													
IV	CF		040	01	03	07	07		12	PT200	23.335.617,51	23.335.617,51	5.663.601,93	2
V	FSE	Menos desenvolvidas												
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	01	07	11	05	18	PT162	6.150,00	6.150,00	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	01	07	11	05	19	PT114	2.170,60	2.170,60	0,00	3
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	01	07	11	05	19	PT161	60.308,23	60.308,23	0,00	2
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	01	07	11	05	19	PT162	18.362,00	18.362,00	0,00	2
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	01	07	11	05	20	PT111	12.300,00	12.300,00	0,00	1
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	01	07	11	05	20	PT114	71.549,00	71.549,00	0,00	2
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	01	07	11	05	20	PT162	35.729,08	35.729,08	0,00	1
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	02	07	11	05	19	PT168	2.848,47	2.848,47	0,00	1
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	02	07	11	05	19	PT16A	13.958,04	13.958,04	0,00	1
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	02	07	11	05	20	PT116	29.551,06	29.551,06	0,00	1
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	02	07	11	05	20	PT168	4.565,63	4.565,63	0,00	1
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	02	07	11	05	20	PT16A	32.252,56	32.252,56	0,00	1
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	03	07	11	05	20	PT181	9.200,00	9.200,00	0,00	1
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	07	07	11	05	17	PT1	150.720,53	150.720,53	0,00	5
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	07	07	11	05	18	PT1	6.371.117,95	6.371.117,95	0,00	22
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	07	07	11	05, 03	18	PT1	3.922.531,38	3.922.531,38	0,00	4
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	07	07	11	05	18	PT11	4.698.922,63	4.698.922,63	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	07	07	11	05	19	PT11	6.945,88	6.945,88	0,00	1
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	07	07	11	05	19	PT16	5.684,39	5.684,39	0,00	1
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	07	07	11	05	20	PT1	386.442,53	386.442,53	0,00	6
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	07	07	11	05	20	PT11	9.200,00	9.200,00	0,00	1
V	FSE	Menos desenvolvidas	119	01	07	07	11	05	21	PT1	11.303,13	11.303,13	0,00	1
VI	FEDER	Menos desenvolvidas												
VI	FEDER	Menos desenvolvidas	121	01	07	07			17	PT1	7.058.778,92	7.058.778,92	0,00	2
VI	FEDER	Menos desenvolvidas	121	01	07	07			18	PT1	22.664.625,52	22.664.625,52	261.569,79	5
VI	FEDER	Menos desenvolvidas	121	01	07	07			21	PT1	5.359.326,83	4.555.427,78	771.363,85	6

Quadro 8: Utilização de financiamento cruzado

1	2	3	4	5	6
Utilização de financiamento cruzado	Eixo prioritário	Montante previsto do apoio da UE para utilização como financiamento cruzado, com base nas operações selecionadas (EUR)	Parte do total da dotação financeira destinada ao eixo prioritário (%) (3/total da dotação financeira destinada ao eixo prioritário*100)	Despesas elegíveis utilizadas no financiamento cruzado, declaradas pelo beneficiário à autoridade de gestão (EUR)	Parte do total da dotação financeira destinada ao eixo prioritário (%) (5/total da dotação financeira destinada ao eixo prioritário*100)
Custos elegíveis para apoio a título do FSE, mas apoiados pelo FEDER	I	0,00		0,00	
Custos elegíveis para apoio a título do FSE, mas apoiados pelo FEDER	II	0,00		0,00	
Custos elegíveis para apoio a título do FEDER, mas apoiados pelo FSE	III	0,00		0,00	
Custos elegíveis para apoio a título do FSE, mas apoiados pelo FEDER	IV	0,00		0,00	
Custos elegíveis para apoio a título do FEDER, mas apoiados pelo FSE	V	0,00		0,00	
Custos elegíveis para apoio a título do FSE, mas apoiados	VI	0,00		0,00	

pelo FEDER					
------------	--	--	--	--	--

Quadro 9: Custo das operações executadas fora da zona do programa (FEDER e Fundo de Coesão no âmbito do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego)

1	2	3	4	5
Eixo prioritário	Montante do apoio previsto para utilização em operações realizadas fora da zona do programa, com base nas operações selecionadas (EUR)	Parte do total da dotação financeira destinada ao eixo prioritário (%) (3/total da dotação financeira destinada ao eixo prioritário*100)	Despesas elegíveis incorridas em operações realizadas fora da zona abrangida pelo programa, declaradas pelo beneficiário à autoridade de gestão (EUR)	Parte do total da dotação financeira destinada ao eixo prioritário (%) (5/total da dotação financeira destinada ao eixo prioritário*100)
II	62.130.318,19	4,06%	2.596.927,27	0,17%

Quadro 10: Despesa incorrida fora da União (FSE)

Montante de despesa prevista a incorrer fora da União, no quadro dos objetivos temáticos 8 e 10, com base nas operações selecionadas (EUR)	Parte do total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos (%) (1/total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos * 100)	Despesas elegíveis incorridas fora da União, declaradas pelo beneficiário à autoridade de gestão (EUR)	Parte do total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos (%) (3/total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos * 100)
0,00		0,00	

4. SÍNTESE DAS AVALIAÇÕES

Síntese das conclusões de todas as avaliações do programa que foram disponibilizadas no ano financeiro anterior, com indicação do nome e do período de referência dos relatórios de avaliação utilizados

T

O Plano de Avaliação do COMPETE2020 (PA COMPETE 2020) foi aprovado, pelo Comité de Acompanhamento, em novembro de 2015 e reúne o conjunto de exercícios de avaliação previstos para o período 2014-2020, com vista a melhorar a operacionalização e avaliar a eficácia, eficiência e impacto do Programa. Foi elaborado a partir do Plano Global de Avaliação do Portugal 2020 (PGA PT2020), cuja primeira versão foi aprovada em agosto de 2015.

O PGA PT2020 foi desenvolvido no seio da Rede de Monitorização e Avaliação (Rede M&A), que inclui a Agência para o Desenvolvimento e Coesão (que coordena), a Comissão de Coordenação Nacional para o FEADER, a Comissão de Coordenação do FEAMP e os Programas Operacionais do Continente e das Regiões Autónomas, e constitui o documento orientador da avaliação do Portugal 2020. **O PGA PT2020 foi revisto**, durante 2016 (revisão aprovada pela Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020 em 11 de janeiro de 2017), de forma a responder à necessidade de:

- Atualizar o calendário das avaliações a realizar;
- Densificar as Fichas de avaliação, sobretudo das avaliações a realizar em 2017 (revisão das questões de avaliação, aprofundamento das fontes de informação);
- Integrar os comentários da consulta escrita aos Planos de Avaliação dos PO (p.e. inclusão do critério Valor Acrescentado Europeu);
- Incluir as avaliações de impacto em 2021/2022 referentes à atualização das avaliações de impacto QREN a realizar em 2017;
- Incluir a Avaliação do PO AT;
- Incluir as Avaliações previstas no Plano de Avaliação do PO MAR, entretanto elaborado.

Na sequência desta revisão, foi igualmente atualizado o Plano de Avaliação do COMPETE 2020 (PA COMPETE 2020), a submeter a aprovação do Comité de Acompanhamento em junho de 2017. O PA COMPETE 2020 prevê a participação do

Programa em 20 exercícios de avaliação ao longo do ciclo de programação, calendarizados de acordo com a incidência dos impactos, as necessidades de aprofundamento temáticas para a melhoria da programação/implementação dos programas atuais e/ou futuros e as exigências de reporte.

Durante o ano de 2016, a atividade de avaliação da AG COMPETE 2020 e das demais entidades de governação dos FEEI integrantes da Rede M&A, centrou-se nas seguintes realizações:

- Revisão anual do Plano Global de Avaliação do Portugal 2020 (PGA PT2020);

- Elaboração de dois guias autónomos mas complementares do PGA PT2020, fundamentais para assegurar a transparência do processo avaliativo e a qualidade e utilidade dos exercícios de avaliação:

Guia “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações”, aprovado em Maio de 2016 e revisto em dezembro de 2016, assume-se como um guia orientador do processo de avaliação, desde a tomada de decisão da sua realização até à aprovação dos produtos finais. Salienta-se neste documento o modelo de programa de concurso e de caderno de encargos para ser adaptado a cada estudo pelas diversas entidades responsáveis pelas avaliações, e duas ferramentas: uma onde se comparam as principais características-chave das principais abordagens de avaliação contrafactual e de avaliação baseada na teoria; outra sobre a gestão das avaliações na qual se apresentam instrumentos úteis ao lançamento dos concursos e ao acompanhamento dos estudos, nomeadamente, características dos procedimentos de contratação pública, *checklists* do processo de avaliação e de aferição da qualidade dos relatórios de avaliação.

Guia “Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do Portugal 2020 (follow up)”, aprovado em julho de 2016, pretende potenciar o uso e utilidade das avaliações e apresenta ferramentas de apoio à operacionalização do processo de *follow-up* com o objetivo de responsabilizar, planear, monitorizar e prestar contas sobre o uso das conclusões e recomendações das avaliações.

- Preparação de cadernos de encargos, lançamento de concursos e acompanhamento das avaliações previstas no PGA PT2020;

- Reuniões da Rede M&A: em 2016, realizaram-se três reuniões (6 de abril; 28 de junho; 14 de novembro) nas quais se refletiu e se consensualizaram os conteúdos dos dois documentos autónomos e complementares ao PGA PT2020 e do documento de revisão do PGA PT2020. No contexto destas reuniões foram ainda efetuados pontos de situação relativos às avaliações *Ex Post* promovidas pela Comissão Europeia.

- Ações de capacitação em avaliação, com destaque para a apresentação, para os participantes na Rede M&A, das principais características e aspetos críticos de algumas abordagens do método de Avaliação Baseada na Teoria (14 de novembro) e para o *workshop* de apresentação e debate sobre as conclusões do estudo “ESF Supporting Youth in Portugal – CIE of Vocational Training and Traineeships, no seguimento do workshop realizado em 2015 sobre o método de Avaliação Contrafactual (28 de junho).

Em 2016, a AG COMPETE 2020 desempenhou um papel ativo na elaboração do caderno de encargos e na apreciação das propostas relativas à “Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização de conhecimento” e na elaboração do caderno de encargos da “Avaliação da implementação dos Sistemas de Incentivos”.

Mais informação sobre a implementação do Plano de Avaliação disponível no ponto específico do presente Relatório.

6. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS (ARTIGO 50.º, N.º 2, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

a) Questões que afetam o desempenho do programa e medidas adotadas

Em 2016, destacam-se como pontos críticos/concretizações:

Condicionalidades ex-ante

Em 2016 foram aceites pela CE as condicionalidades relativas aos Transportes (7.1; 7.2 e 7.3) aplicáveis ao Continente, possibilitando a operacionalização de todos os instrumentos do RAIT e a abertura de AAC.

No final do ano, encontravam-se por cumprir:

- a condicionalidade 11.1, referente à Administração Pública(AP) (11.1), aceite pela CE em março de 2017;

- a condicionalidade 2.1 relativa à economia digital, aceite pela CE em abril de 2017.

O cumprimento das condicionalidades condicionou o lançamento de alguns instrumentos, adiando a abertura de AAC e justificando a ausência de resultados nalgumas PI (e.g. nas Infraestruturas de Transportes e projetos de formação da AP).

Contexto legislativo

Em 2016 foram publicadas as normas de pagamento (procedimentos associados aos pagamentos aos beneficiários) dos instrumentos SAICT (Despacho n.º 1122/2016), SAMA2020 e SIAC (Despacho n.º 3565-A/2016), permitindo concretizar os primeiros pagamentos, e publicada a 2.ª alteração à norma de pagamentos dos SI (Despacho n.º 12618-A/2016).

A 2/08/2016, foi publicada a 3.ª alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Competitividade (RECI), (Portaria n.º 57-A/2015, alterada pelas Portarias n.º 181-B/2015 e 328-A/2015), com vista a impulsionar a execução e a antecipação do investimento empresarial através da atribuição de uma majoração da taxa de incentivo reembolsável (aplicável ao SI Inovação).

Descrição do Sistema de Gestão e Controlo (DSGC)

Após avaliação das versões da DSGC do COMPETE 2020 (1.ª de setembro de 2015 e 2.ª de novembro de 2015), a IGF veio considerar, em janeiro de 2016, que a mesma não se encontrava em conformidade com o previsto no anexo XIII do Regulamento (UE) n.º 1303/2013. Assim, a DSGC foi revista no sentido de ultrapassar as insuficiências e limitações nos elementos chave identificados, tendo sido apresentada uma nova versão a 11/05/2016, aprovada a 7/6/2016 pela Comissão Diretiva (CD) do PO, homologada pelo Ministro das Finanças a 20/06/2016 e transmitida à CE a 22/06/2016.

A IGF considerou que a DSGC estava em conformidade com os critérios relativos às modalidades de controlo interno, à gestão dos riscos, às atividades de gestão e controlo, e à monitorização, estabelecidos no anexo XIII do Regulamento (UE) n.º 1303/2013. Não obstante, identificou insuficiências em elementos secundários que, não afetando a sua opinião, deverão ser objeto de medidas corretivas, a acompanhar.

Avaliação do Risco de Fraude:

A DSGC prevê um conjunto de ações a desenvolver pela AG, para prevenir, detetar e corrigir irregularidades e fraudes (cf. Regulamento (UE) n.º 1303/2013). Neste âmbito, salienta-se o Manual de Avaliação do Risco de Fraude, que identifica, em linha com as orientações da CE constantes do “*Guidance for Member States and Programme Authorities on fraud risk assessment and effective and proportionate anti-fraud measures*”, a metodologia e ferramenta para a avaliação de risco bem como as atividades com maior vulnerabilidade à incidência de risco de fraude. A 1.ª avaliação de risco de fraude foi realizada no segundo semestre de 2016, tendo culminado com a aprovação do Relatório de Avaliação a 20/12/2016.

Manual de Procedimentos (MP) do PO

Em 2016 foi aprovada a 3.ª versão do Manual de Procedimentos, que visou integrar as observações identificadas pela IGF em sede de avaliação da conformidade da DSGC.

Planos Anuais de Verificações no Local (VL):

O MP estabelece um conjunto de procedimentos associados às verificações de gestão a adotar pela AG e/ou OI. Prevê que as VL decorram de acordo com um plano anual, a aprovar pela CD, para cada exercício contabilístico (cf. Regulamento (UE) n.º 1303/2013) e que estabelecerá quais as operações a integrar e os prazos para a respetiva conclusão. Em outubro de 2016 foi aprovado o 1.º Plano Anual de Verificações no Local para o exercício contabilístico 2016/2017. Estabelece a realização de verificações

no local a 33 operações, de diferentes tipologias e OI.

Modelo de governação

A 11/05/2016, na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2016, foram designados novos membros para a Comissão Diretiva (CD) do PO, que passou a ser presidida por Jaime Andrez, tendo como vogais executivos Fernando Alfaiate e Alexandra Vilela.

A mesma resolução determinou, ainda, que o apoio logístico e administrativo à AG passaria a ser assegurado pela Secretaria-Geral do Ministério da Economia, transição que veio a ter lugar em janeiro de 2017 e que causou alguns constrangimentos à atividade corrente da AG (e.g. ao nível de procedimentos de adjudicação).

Relativamente aos OI, em fevereiro de 2016 foram celebrados contratos de delegação de competências com a AEP, AIP e CEC, no âmbito do instrumento “formação-ação”, aprovados pela CIC Portugal através da deliberação n.º 2/2016, de 18 de janeiro.

Ainda no decurso de 2016 foi celebrado um aditamento ao contrato de delegação de competências com o IAPMEI, que passou a ser considerado OI para os projetos do SIAC – Empreendedorismo (PI 3.1).

Sistema de Informação (Si)

O Si constitui um elemento decisivo para dar respostas eficazes aos requisitos das várias fases do ciclo de vida do projeto, às necessidades de monitorização, certificação, avaliação e controlo e para facilitar e simplificar a relação com os beneficiários.

Com a criação do Balcão 2020, porta única na relação com o beneficiário, e com a centralização neste de todos os processos relacionados com os projetos, houve que proceder à adaptação do Si COMPETE2020 (SGO2020), o que gerou constrangimentos que resultaram em alguns atrasos e no recurso a soluções de contingência.

A implementação pela AG da Plataforma de Acesso Simplificado (PAS), bem como a criação do balcão de projeto, alojado nessa plataforma, permitiu dar resposta à gestão dos processos de aprovação das primeiras candidaturas, respetivos termos de aceitação e pagamentos, revelando-se uma solução eficaz e simplificada para as empresas, e que se reflete no desempenho do PO ao nível do Sistema de Incentivos. A AG contribuiu igualmente para colmatar o atraso na operacionalização dos formulários de candidatura de outras tipologias, permitindo a abertura de AAC.

Um dos principais constrangimentos à operacionalização do PO, que se reflete, designadamente, em atrasos na execução na componente FSE, prende-se com as dificuldades na utilização do Si FSE (Si para os projetos financiados pelo FSE), que têm vindo a obrigar a uma interação e esforço contínuos da AG com a AD&C, entidade responsável pela implementação do referido Sistema, no sentido da sua adaptação e disponibilização de formulários e ferramentas adequadas à tipologia de operações e requisitos de análise e de gestão dos instrumentos do COMPETE2020.

Constituem desafios ao Si a integração da informação dos vários Fundos no SGO2020 e o desenvolvimento de módulos transversais (monitorização, controlo e auditoria, sistema de dívidas e recuperações,...).

b) Queira avaliar se os progressos realizados são suficientes para atingir as metas fixadas, indicando as medidas corretivas eventualmente tomadas ou previstas, se for caso disso.

--

7. RESUMO PARA O CIDADÃO

Publicação de um resumo para os cidadãos sobre o conteúdo dos relatórios de execução anuais e final, e carregamento, utilizando um ficheiro separado, sob a forma de anexo a esses relatórios.

Pode carregar/encontrar o Resumo para o cidadão em Geral > Documentos na aplicação SFC2014

8. RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

I. Identificação do programa e prioridade ou medida ao abrigo das quais é concedido o apoio dos FEEI [artigo 46.º, n.º 2, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
1. Eixos prioritários ou medidas de apoio ao instrumento financeiro, incluindo fundos de fundos, no âmbito do programa dos FEEI	
1.1. Eixo prioritário de apoio ao instrumento financeiro no âmbito do programa dos FEEI	II - Reforço da competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto (OT 3 e OT2)
2. Designação dos FEEI que apoiam o instrumento financeiro ao abrigo do eixo prioritário ou medida	FEDER
3. Objetivo(s) temático(s) referido(s) no artigo 9.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 apoiado pelo instrumento financeiro	03 - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (em relação ao FEADER), das pescas e da aquicultura (em relação ao FEAMP)
3.1. Verbas dos FEEI autorizadas em acordos de financiamento para o objetivo temático individual selecionado no campo 3 (facultativo)	50.000.000,00
4. Outros programas dos FEEI que efetuam contribuições para o instrumento financeiro	
4.1. Número de CCI de todos os outros programas dos FEEI que efetuam contribuições para o instrumento financeiro	2014PT16M2OP002, 2014PT16M2OP001, 2014PT16M2OP007, 2014PT16M2OP003, 2014PT16M2OP005
30. Data do fim da avaliação ex ante	6/Mai/2015
31. Seleção dos organismos que executam o instrumento financeiro	
31.1. Se o procedimento de seleção ou designação já foi lançado	Sim

II. Descrição do instrumento financeiro e disposições de execução [artigo 46.º, n.º 2, alínea b), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
5. Designação do instrumento financeiro	Fundo de Capital e Quase-Capital_3.1
6. Endereço oficial/local de atividade do instrumento financeiro (nome do país e cidade)	Portugal / NUTS II: Norte, Centro e Alentejo
7. Modalidades de execução	
7.1. Instrumentos financeiros instituídos a nível da União, geridos, direta ou indiretamente, pela Comissão referidos no artigo 38.º, n.º 1, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, com apoio de contribuições do programa dos FEEI	Não
7.1.1. Designação do instrumento financeiro a nível da União	
7.2. Instrumento financeiro estabelecido a nível nacional, regional, transnacional ou transfronteiras, gerido por ou sob a responsabilidade da autoridade de gestão a que se refere o artigo 38.º, n.º 1, alínea b), com o apoio de contribuições dos programas dos FEEI, nos termos do artigo 38.º, n.º 4, alíneas a), b) e c) do Regulamento (UE) n.º 1303/2013	Atribuição de execução
8. Tipo de instrumento financeiro	Fundos de fundos
10. Estatuto jurídico do instrumento financeiro, em conformidade com o artigo 38.º, n.º 6, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 [apenas para os instrumentos financeiros referidos no artigo 38.º, n.º 4, alínea b)]: conta fiduciária aberta em nome do organismo de execução e em benefício da autoridade de gestão ou financiamento separado no seio de uma instituição financeira.	Bloco financeiro separado
III. Identificação do organismo de execução do instrumento financeiro, conforme referido no artigo 38.º, n.º 1, alínea a), n.º 4, alíneas a), b) e c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, e dos intermediários financeiros a que se refere o artigo 38.º, n.º 5, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 [artigo 46.º, n.º 2, alínea c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
11. Organismo de execução do instrumento financeiro	
11.1. Tipo de organismo de execução nos termos do artigo 38.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 a)	Instituições financeiras destinadas a promover

entidades legais existentes ou recentemente criadas dedicadas à execução dos instrumentos financeiros; b) um organismo encarregado da ação de execução, ou c) autoridade de gestão a realizar diretamente as ações de execução (apenas empréstimos ou garantias)	determinado interesse público sob o controlo de uma autoridade pública
11.1.1. Nome do organismo que executa o instrumento financeiro	IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A.
11.1.2. Endereço oficial/local de atividades (nome do país e da cidade) do organismo de execução do instrumento financeiro	Portugal / Porto
12. Procedimento para seleção de um organismo para execução do instrumento financeiro; outro procedimento	Cooperação interadministrativa
12.1. Descrição dos outros procedimentos de seleção do organismo de execução do instrumento financeiro	
13. Data de celebração do acordo de financiamento com o organismo de execução do instrumento financeiro	1/Mar/2016
IV. Montante total das contribuições do programa, por prioridade ou medida, pagas ao instrumento financeiro e custos de gestão incorridos ou taxas de gestão pagas [artigo 46.º, n.º 2, alíneas d) e e), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
14. Montante total das contribuições do programa autorizado no âmbito do acordo de financiamento (em EUR)	88.159.978,61
14.1. De entre o qual, contribuições para os FEEI (em EUR)	50.000.000,00
14.1.1. De entre o qual, FEDER (em EUR) (facultativo)	50.000.000,00
14.1.2. De entre o qual, Fundo de Coesão (em EUR) (facultativo)	
14.1.3. De entre o qual, FSE (em EUR) (facultativo)	
14.1.4. De entre o qual, FEADER (em EUR) (facultativo)	
14.1.5. De entre o qual, FEAMP (em EUR) (facultativo)	
15. Montante total das contribuições do programa pagas ao instrumento financeiro (em EUR)	12.500.000,00
15.1. De entre o qual, o montante das contribuições dos FEEI (em EUR)	12.500.000,00

15.1.1. De entre o qual, FEDER (em EUR)	12.500.000,00
15.1.2. De entre o qual, Fundo de Coesão (em EUR)	
15.1.3. De entre o qual, FSE (em EUR)	
15.1.4. De entre o qual, FEADER (em EUR)	
15.1.5. De entre o qual, FEAMP (em EUR)	
15.2. De entre o qual, montante total de cofinanciamento nacional (em EUR)	
15.2.1. De entre o qual, montante total dos financiamentos públicos nacionais (em EUR)	
15.2.2. De entre o qual, montante total dos financiamentos privados nacionais (em EUR)	
16. Montante total das contribuições pagas ao instrumento financeiro ao abrigo da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ) (em EUR)	
17. Montante total dos custos e taxas de gestão pagos com contribuições do programa (em EUR)	
17.1. De entre o qual, a remuneração de base (em EUR)	
17.2. De entre o qual, a remuneração baseada no desempenho (em EUR)	
18. Custos ou taxas de gestão capitalizados, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (relevantes apenas para o relatório final) (em EUR)	
19. Bonificações de juros ou contribuições para prémios de garantias capitalizados, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (relevante apenas para o relatório final) (em EUR)	
20. Montante total das contribuições do programa para prosseguir os investimentos nos destinatários finais, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (relevante apenas para o relatório final) (em EUR)	
21. Contribuições relativas a terrenos e/ou imóveis no instrumento financeiro, em conformidade com o	

artigo 37.º, n.º 10, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013	
VI. O desempenho do instrumento financeiro, incluindo o progresso no seu estabelecimento e na seleção de organismos que o executem (incluindo o organismo que executa um fundo de fundos) [artigo 46.º, n.º 2, alínea f), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013];	
32. Informações sobre a operacionalidade, ou não, do instrumento financeiro no final do ano de referência	Sim
32.1. Caso o instrumento financeiro já não estivesse operacional no final do ano de referência, data da sua liquidação	
VII. Juros e outras receitas geradas pelo apoio dos FEEI ao instrumento financeiro, recursos do programa reembolsados ao instrumento financeiro a partir de investimentos, conforme referido nos artigos 43.º e 44.º, e o valor dos investimentos em capitais próprios relativamente aos anos anteriores [artigo 46.º, n.º 2, alínea g), subalínea i), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
35. Juros e outras receitas gerados pelos pagamentos dos FEEI ao instrumento financeiro (em EUR)	7.258,11
37. Montantes dos recursos reutilizados que constituíam recursos reembolsados ao instrumento financeiro e são atribuíveis aos FEEI	
37.1. De entre o qual, montantes pagos para remuneração preferencial de investidores privados que operam de acordo com o princípio da economia de mercado, que prestam a contrapartida ao apoio dos FEEI ao instrumento financeiro ou coinvestem ao nível dos beneficiários finais (em EUR)	
37.2. De entre o qual, montantes pagos para o reembolso dos custos de gestão incorridos e pagamento das taxas de gestão do instrumento financeiro (em EUR)	
VIII. Progressos no sentido de alcançar o efeito de alavancagem previsto dos investimentos realizados pelo instrumento financeiro e valor dos investimentos e participações [artigo 46.º, n.º 2, alínea h), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
38. Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEI geradas pelo instrumento financeiro (em EUR)	
38.1 Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEI, autorizado no acordo de financiamento assinado com o organismo de execução do instrumento financeiro (em EUR)	38.159.978,61

38.2. Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEL, pagas ao instrumento financeiro (em EUR)	
38.2.1. De entre o qual, contribuições públicas (EUR)	
38.2.2. De entre o qual, contribuições privadas (EUR)	

II. Descrição do instrumento financeiro e disposições de execução [artigo 46.º, n.º 2, alínea b), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
5. Designação do instrumento financeiro	Line of Financing to Special Purpose Vehicles owned by Business Angels
6. Endereço oficial/local de atividade do instrumento financeiro (nome do país e cidade)	Portugal / NUTS II: Norte, Centro e Alentejo
8. Tipo de instrumento financeiro	Fundo específico de fundos de fundos
8.2. Fundo ou Fundos Relacionados	Fundo de Capital e Quase-Capital_3.1
8.1. Instrumentos financeiros ou personalizados conformes aos termos e condições normalizados, ou seja, instrumentos imediatamente disponíveis	Personalizado
9. Tipo de produtos fornecidos pelos instrumentos financeiros: créditos, microcréditos, garantias, investimentos em capital próprio ou quase-capital, outros produtos financeiros ou outras formas de apoio combinadas com o instrumento financeiro, em conformidade com o artigo 37.º, n.º 7, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013.	
9.0.1. Empréstimos (\geq EUR 25,000)	Não
9.0.2. Microempréstimos ($<$ EUR 25 000 e concedidos às microempresas) em conformidade com SEC/2011/1134 final	Não
9.0.3. Garantias	Não
9.0.4. Capital próprio	Sim
9.0.5. Quase-capital	Sim
9.0.6. Outros produtos financeiros	Não

9.0.7. Outros apoios combinados com o instrumento financeiro	Não
9.1 Descrição dos outros produtos financeiros	
9.2. Outros apoios combinados com o instrumento financeiro: subvenções, bonificações de juros, contribuições para prémios de garantias, em conformidade com o artigo 38.º, n.º 7, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013	
10. Estatuto jurídico do instrumento financeiro, em conformidade com o artigo 38.º, n.º 6, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 [apenas para os instrumentos financeiros referidos no artigo 38.º, n.º 4, alínea b)]: conta fiduciária aberta em nome do organismo de execução e em benefício da autoridade de gestão ou financiamento separado no seio de uma instituição financeira.	Bloco financeiro separado
III. Identificação do organismo de execução do instrumento financeiro, conforme referido no artigo 38.º, n.º 1, alínea a), n.º 4, alíneas a), b) e c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, e dos intermediários financeiros a que se refere o artigo 38.º, n.º 5, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 [artigo 46.º, n.º 2, alínea c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
11. Organismo de execução do instrumento financeiro	
11.1. Tipo de organismo de execução nos termos do artigo 38.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 a) entidades legais existentes ou recentemente criadas dedicadas à execução dos instrumentos financeiros; b) um organismo encarregado da ação de execução, ou c) autoridade de gestão a realizar diretamente as ações de execução (apenas empréstimos ou garantias)	Organismo de direito público ou privado
11.1.1. Nome do organismo que executa o instrumento financeiro	11 Entidades Veículo
11.1.2. Endereço oficial/local de atividades (nome do país e da cidade) do organismo de execução do instrumento financeiro	Portugal / Porto (2); Coimbra (2); Lisboa (6); Oeiras (1)
12. Procedimento para seleção de um organismo para execução do instrumento financeiro; outro procedimento	Seleção em conformidade com as disposições da diretiva contratos públicos
12.1. Descrição dos outros procedimentos de seleção do organismo de execução do instrumento financeiro	

13. Data de celebração do acordo de financiamento com o organismo de execução do instrumento financeiro	20/Dez/2016
IV. Montante total das contribuições do programa, por prioridade ou medida, pagas ao instrumento financeiro e custos de gestão incorridos ou taxas de gestão pagas [artigo 46.º, n.º 2, alíneas d) e e), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
14. Montante total das contribuições do programa autorizado no âmbito do acordo de financiamento (em EUR)	12.106.032,32
14.1. De entre o qual, contribuições para os FEEI (em EUR)	7.187.125,00
14.1.1. De entre o qual, FEDER (em EUR) (facultativo)	7.187.125,00
14.1.2. De entre o qual, Fundo de Coesão (em EUR) (facultativo)	
14.1.3. De entre o qual, FSE (em EUR) (facultativo)	
14.1.4. De entre o qual, FEADER (em EUR) (facultativo)	
14.1.5. De entre o qual, FEAMP (em EUR) (facultativo)	
15. Montante total das contribuições do programa pagas ao instrumento financeiro (em EUR)	0,00
15.1. De entre o qual, o montante das contribuições dos FEEI (em EUR)	0,00
15.1.1. De entre o qual, FEDER (em EUR)	
15.1.2. De entre o qual, Fundo de Coesão (em EUR)	
15.1.3. De entre o qual, FSE (em EUR)	
15.1.4. De entre o qual, FEADER (em EUR)	
15.1.5. De entre o qual, FEAMP (em EUR)	
15.2. De entre o qual, montante total de cofinanciamento nacional (em EUR)	
15.2.1. De entre o qual, montante total dos financiamentos públicos nacionais (em EUR)	
15.2.2. De entre o qual, montante total dos financiamentos privados nacionais (em EUR)	

16. Montante total das contribuições pagas ao instrumento financeiro ao abrigo da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ) (em EUR)	
17. Montante total dos custos e taxas de gestão pagos com contribuições do programa (em EUR)	
17.1. De entre o qual, a remuneração de base (em EUR)	
17.2. De entre o qual, a remuneração baseada no desempenho (em EUR)	
18. Custos ou taxas de gestão capitalizados, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (relevantes apenas para o relatório final) (em EUR)	
19. Bonificações de juros ou contribuições para prémios de garantias capitalizados, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (relevante apenas para o relatório final) (em EUR)	
20. Montante total das contribuições do programa para prosseguir os investimentos nos destinatários finais, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (relevante apenas para o relatório final) (em EUR)	
21. Contribuições relativas a terrenos e/ou imóveis no instrumento financeiro, em conformidade com o artigo 37.º, n.º 10, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013	
V. Montante total do apoio pago aos beneficiários finais ou a bem dos beneficiários finais, ou autorizado no âmbito de contratos de garantia pelo instrumento financeiro para investimentos em beneficiários finais, por programa e prioridade ou medida dos FEEI [artigo 46.º, n.º 2, alínea e), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
VI. O desempenho do instrumento financeiro, incluindo o progresso no seu estabelecimento e na seleção de organismos que o executem (incluindo o organismo que executa um fundo de fundos) [artigo 46.º, n.º 2, alínea f), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013];	
32. Informações sobre a operacionalidade, ou não, do instrumento financeiro no final do ano de referência	Sim
32.1. Caso o instrumento financeiro já não estivesse operacional no final do ano de referência, data da sua	

liquidação	
33. Número total de empréstimos desembolsados em falta, ou número total de garantias concedidas e revogadas por incumprimento	
34. Montante total dos empréstimos desembolsados em situação de incumprimento (em EUR) ou montante total autorizado para garantias prestadas e revogadas devido a incumprimento (em EUR)	
VII. Juros e outras receitas geradas pelo apoio dos FEEI ao instrumento financeiro, recursos do programa reembolsados ao instrumento financeiro a partir de investimentos, conforme referido nos artigos 43.º e 44.º, e o valor dos investimentos em capitais próprios relativamente aos anos anteriores [artigo 46.º, n.º 2, alínea g), subalínea i), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
35. Juros e outras receitas gerados pelos pagamentos dos FEEI ao instrumento financeiro (em EUR)	
36. Montantes reembolsados ao instrumento financeiro atribuíveis ao apoio dos FEEI no final do ano de referência (em EUR)	
36.1. De entre os quais, reembolsos de capital (em EUR)	
36.2. De entre os quais, receitas e outros ganhos e lucros (em EUR)	
37. Montantes dos recursos reutilizados que constituíam recursos reembolsados ao instrumento financeiro e são atribuíveis aos FEEI	
37.1. De entre o qual, montantes pagos para remuneração preferencial de investidores privados que operam de acordo com o princípio da economia de mercado, que prestam a contrapartida ao apoio dos FEEI ao instrumento financeiro ou coinvestem ao nível dos beneficiários finais (em EUR)	
37.2. De entre o qual, montantes pagos para o reembolso dos custos de gestão incorridos e pagamento das taxas de gestão do instrumento financeiro (em EUR)	
40. Valor dos investimentos e participações em capital próprio (em EUR)	
VIII. Progressos no sentido de alcançar o efeito de alavancagem previsto dos investimentos realizados pelo instrumento financeiro e valor dos investimentos e participações [artigo 46.º, n.º 2, alínea h), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	

38. Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEI geradas pelo instrumento financeiro (em EUR)	
38.1 Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEI, autorizado no acordo de financiamento assinado com o organismo de execução do instrumento financeiro (em EUR)	4.918.907,32
38.2. Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEI, pagas ao instrumento financeiro (em EUR)	
38.2.1. De entre o qual, contribuições públicas (EUR)	
38.2.2. De entre o qual, contribuições privadas (EUR)	
38.3. Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEI, mobilizadas ao nível dos beneficiários finais (em EUR)	
38.3.1. De entre o qual, contribuições públicas (EUR)	
38.3.2. De entre o qual, contribuições privadas (EUR)	
39. Efeito de alavancagem previsto e alcançado tendo como referência o acordo de financiamento	
39.1. Efeito de alavancagem previsto para empréstimo/garantia/investimento em capital próprio ou quase-capital/outros produtos financeiros tendo como referência o acordo de financiamento, por produto	2,50
39.2. Efeito de alavancagem alcançado até final do ano de referência para empréstimo/garantia/investimento em capital próprio ou quase-capital/outros produtos financeiros, por produto	
39.3. Investimento mobilizado através de instrumentos financeiros FEEI para empréstimo/garantia//investimento em capital próprio ou quase-capital, por produto (facultativo)	
IX. Contribuição do instrumento financeiro para o cumprimento dos indicadores da prioridade ou medida em causa [artigo 46.º, n.º 2, alínea j), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
<i>41. Indicador de resultados (número de código e designação) para o qual contribui o instrumento financeiro</i>	<i>CO01 - Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem</i>

	<i>apoio</i>
41.1. Valor-alvo do indicador de resultados	275,00
41.2. Valor alcançado pelo instrumento financeiro em relação ao valor-alvo do indicador de resultados	0,00
<i>41. Indicador de resultados (número de código e designação) para o qual contribui o instrumento financeiro</i>	<i>CO08 - Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas</i>
41.1. Valor-alvo do indicador de resultados	575,00
41.2. Valor alcançado pelo instrumento financeiro em relação ao valor-alvo do indicador de resultados	0,00

9. FACULTATIVO PARA O RELATÓRIO A APRESENTAR EM 2016, NÃO APLICÁVEL AOS RESTANTES RELATÓRIOS SIMPLIFICADOS: AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE

Quadro 14: Ações realizadas para cumprir as condicionalidades gerais ex ante aplicáveis

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações

Quadro 15: Ações realizadas para cumprir as condicionalidades temáticas ex ante aplicáveis

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
T01.1 - Investigação e inovação: Existência de uma estratégia de especialização inteligente nacional ou regional, em conformidade com o programa nacional de reforma, de modo a impulsionar as despesas privadas de investigação e inovação, o que está em conformidade com as características de bons sistemas nacionais e regionais de investigação e inovação.	4 - inclui um mecanismo de monitorização.	<p>Em desenvolvimento por pelo GT Conjunto, o qual inclui representantes da ENEI (MEC/ME) e das 7 RIS3 (MADR e governos regionais Açores e Madeira):</p> <ul style="list-style-type: none"> • <p>O modelo de governação global, que assegure a articulação entre os planos nacional e regional na implementação da estratégia</p> <ul style="list-style-type: none"> • <p>A construção da matriz</p>	31/Dez/2014	<p>MEC</p> <p>ME</p> <p>MADR</p> <p>Governos Regionais das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira</p>	Não	Sim		Cumprimento aceite pela CE em 2015 (Ref. Ares(2015)2628820 de 23.06.2015)

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		<p>de indicadores de acompanhamento e monitorização da estratégia global (ENEI+7 RIS3), incluindo a respetiva metodologia de cálculo e a articulação com a programação do Portugal 2020 em matéria de indicadores (domínio Competitividade e Internacionalização).</p> <ul style="list-style-type: none"> • primeira identificação indicativa dos recursos financeiros disponíveis para a implementação da estratégia de 						

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		especialização inteligente (incluindo fundos do Portugal 2020, Orçamento do Estado e benefícios fiscais à I&D - SIFIDE).						
T01.1 - Investigação e inovação: Existência de uma estratégia de especialização inteligente nacional ou regional, em conformidade com o programa nacional de reforma, de modo a impulsionar as despesas privadas de investigação e inovação, o que está em conformidade com as características de bons sistemas nacionais e regionais de investigação e inovação.	5 - Foi adotado um quadro indicativo dos recursos orçamentais disponíveis para a investigação e a inovação.	Em desenvolvimento por pelo GT Conjunto, o qual inclui representantes da ENEI (MEC/ME) e das 7 RIS3 (MADR e governos regionais Açores e Madeira): • O modelo de governação global, que assegure a	31/Dez/2014	MEC ME MADR Governos Regionais das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira	Não	Sim		Cumprimento aceite pela CE em 2015 (Ref. Ares(2015)2628820 de 23.06.2015)

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		<p>articulação entre os planos nacional e regional na implementação da estratégia</p> <ul style="list-style-type: none"> • <p>A construção da matriz de indicadores de acompanhamento e monitorização da estratégia global (ENEI+7 RIS3), incluindo a respetiva metodologia de cálculo e a articulação com a programação do Portugal 2020 em matéria de indicadores (domínio Competitividade e Internacionalização).</p> <ul style="list-style-type: none"> • 						

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		primeira identificação indicativa dos recursos financeiros disponíveis para a implementação da estratégia de especialização inteligente (incluindo fundos do Portugal 2020, Orçamento do Estado e benefícios fiscais à I&D - SIFIDE).						
T02.1 - Crescimento digital: Um quadro político estratégico para o crescimento digital com vista a estimular serviços públicos e privados, assentes nas TIC, de boa qualidade, a preços acessíveis e interoperáveis, e a aumentar a aceitação pelos cidadãos, incluindo os grupos de pessoas vulneráveis, as empresas e as administrações públicas, incluindo as iniciativas transfronteiras.	1 - Existência de um quadro político estratégico dedicado ao crescimento digital, por exemplo, no contexto da estratégia de especialização inteligente nacional ou regional que comporte:	Revisão da Agenda Portugal Digital (definida pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 12/2012 (31.12.201	30/Jun/2015	ME/SEIIC	Não	Sim		O cumprimento foi aceite pela CE em 2017 (Ref. Ares(2017)2028150 de 20.04.2017)

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		2), alinhando o período de vigência em todas os seus objetivos e áreas de intervenção até 2020, em linha com o período de vigência da Agenda Digital Europeia, e apresentando um planeamento orçamental para as suas acções						
T02.1 - Crescimento digital: Um quadro político estratégico para o crescimento digital com vista a estimular serviços públicos e privados, assentes nas TIC, de boa qualidade, a preços acessíveis e interoperáveis, e a aumentar a aceitação pelos cidadãos, incluindo os grupos de pessoas vulneráveis, as empresas e as administrações públicas, incluindo as iniciativas transfronteiras.	2 - a orçamentação e a definição de prioridades em matéria de ações, através de uma análise SWOT ou semelhante, coerente com a tabela de avaliação da Agenda Digital para a Europa;	Revisão da Agenda Portugal Digital (definida pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 12/2012 (31.12.2012), alinhando o período	30/Jun/2015	ME/SEIIC	Não	Sim		O cumprimento foi aceite pela CE em 2017 (Ref. Ares(2017)2028150 de 20.04.2017)

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		de vigência em todos os seus objetivos e áreas de intervenção até 2020, em linha com o período de vigência da Agenda Digital Europeia, e apresentando um planeamento orçamental para as suas ações						
T03.1 - Realizaram-se ações específicas para apoiar a promoção do espírito empresarial, tendo em conta o Small Business Act (SBA).	3 - São as seguintes as ações específicas: a existência de um mecanismo para acompanhar a aplicação das medidas do SBA que foram implementadas e avaliar o impacto nas PME.	Aguardando-se resposta da COM à avaliação do cumprimento, recorda-se aqui os seguintes elementos. Implementada uma metodologia de avaliação de efeitos, baseado	30/Jun/2014	ME	Não	Sim		Cumprimento aceite pela CE em 2015 (Ref. Ares(2015)5980524 de 21.12.2015)

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		<p>num standard cost model para custos administrativos que recaem sobre PME na aplicação de medidas legislativas específicas de simplificação.</p> <p>Aprovada em RCM 14/2014 a atribuição da competência de monitorização da implementação do SBA, incluindo o SME Test, à estrutura interministerial encarregue da definição das linhas de política económica do investimento (RCAEI). Adicionalmente, criada (DL</p>						

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		<p>154/2013) a Comissão Permanente de Apoio ao Investidor, que acompanhará os efeitos de contexto em empresas e particularmente em PME. Desenvolvido modelo comum de avaliação, a aplicar pelas diferentes áreas de Governo, que permite estimar o impacto da iniciativa legislativa relevante nas PME. Estrutura de monitorização, coordenada politicamente (RCAEI), assegurando monitoriza</p>						

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		ção a dois níveis: técnica e política.						
T07.1 - Transportes: Existência de um ou mais planos ou quadros globais para o investimento nos transportes em conformidade com o quadro institucional do Estado-Membro (incluindo os transportes públicos regionais e locais) que apoiem o desenvolvimento de infraestruturas e melhorem as ligações com as redes RTE-T global e nuclear.	1 - Existência de um ou mais planos ou quadros globais para o investimento nos transportes que preencha(m) os requisitos legais para a avaliação ambiental estratégica e defina(m):	Tal como consta no PETI3+, sem prejuízo dos procedimentos de avaliação de impacto ambiental que incidirão, nos termos do Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro, sobre os projetos que vierem a ser alvo de concretização, o PETI3+ está naturalmente condicionado ao resultado de um processo de	31/Dez/2014	ME/SEITC	Não	Sim		Cumprimento aceite pela CE em 2016 (Ref. Ares(2016)3979536 de 28/07/2016)

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		<p>Avaliação Ambiental Estratégica , nos termos do Decreto-Lei 232/2007 de 15 de junho.</p> <p>Nestes termos, está em curso o processo de Avaliação Ambiental Estratégica conduzido pelo LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil.</p>						
T07.1 - Transportes: Existência de um ou mais planos ou quadros globais para o investimento nos transportes em conformidade com o quadro institucional do Estado-Membro (incluindo os transportes públicos regionais e locais) que apoiem o desenvolvimento de infraestruturas e melhorem as ligações com as redes RTE-T global e nuclear.	5 - uma planificação realista e viável de projetos a apoiar pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão;	Para a lista de projetos a financiar no âmbito do Acordo de Parceria, serão aplicados os princípios previstos no capítulo	31/Dez/2015	ME/SEITC	Não	Sim		Cumprimento aceite pela CE em 2016 (Ref. Ares(2016)3979536 de 28/07/2016)

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		<p>17.8 do PETI3+, demonstrando o seu nível de maturidade, assegurando a existência de estudos de viabilidade, análise socioeconómica custo-benefício, avaliação de impacto ambiental, identificação de possibilidades de ajudas de Estado e calendário detalhado de implementação (em linha com o guia das condicionalidades ex ante).</p> <p>Tal como consta no PETI3+, sem prejuízo dos procedimentos</p>						

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		<p>ntos de avaliação de impacto ambiental que incidirão, nos termos do Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro, sobre os projetos que vierem a ser alvo de concretização, o PETI3+ está naturalmente condicionado ao resultado de um processo de Avaliação Ambiental Estratégica, nos termos do Decreto-Lei 232/2007 de 15 de junho.</p> <p>Nestes termos, está em</p>						

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		curso o processo de Avaliação Ambiental Estratégica conduzido pelo LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil.						
T07.2 - Caminho de ferro: Existência, no âmbito de um ou mais planos ou quadros globais de transportes, de uma secção explícita sobre o desenvolvimento do caminho de ferro, em conformidade com o quadro institucional do Estado-Membro (incluindo os transportes públicos regionais e locais) que apoiem o desenvolvimento de infraestruturas e melhorem as ligações com as redes RTE-T global e principal. Os investimentos cobrem os ativos móveis, a interoperabilidade e o reforço de capacidades.	1 - A existência de uma secção dedicada ao desenvolvimento dos caminhos-de-ferro no âmbito do(s) plano(s) ou quadro(s) de transportes, tal como atrás previsto, que preencha os requisitos legais para a avaliação ambiental estratégica e defina um sistema de planificação de projetos realista e racional (que inclua um calendário e um quadro orçamental);	Tal como consta no PETI3+, sem prejuízo dos procedimentos de avaliação de impacto ambiental que incidirão, nos termos do Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro, sobre os projetos que vierem a ser alvo de concretização.	31/Dez/2014	ME/SEITC	Não	Sim		Cumprimento aceite pela CE em 2016 (Ref. Ares(2016)3979536 de 28.07.2016)

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		<p>PETI3+ está naturalmente condicionado ao resultado de um processo de Avaliação Ambiental Estratégica, nos termos do Decreto-Lei 232/2007 de 15 de junho.</p> <p>Nestes termos, está em curso o processo de Avaliação Ambiental Estratégica conduzido pelo LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil.</p>						

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
T07.3 - Outros modos de transporte, incluindo vias navegáveis e transportes marítimos, portos, ligações multimodais e infraestruturas aeroportuárias: existência, no âmbito do(s) plano(s) ou quadro(s) global(ais) de transportes, de uma secção explícita sobre vias navegáveis e transportes marítimos, portos, ligações multimodais e infraestruturas aeroportuárias que contribuem para a melhoria das ligações à rede global e à rede principal da RTE-T e para a promoção de uma mobilidade regional e local sustentável.	2 - preencha os requisitos legais para a avaliação ambiental estratégica;	Tal como consta no PETI3+, sem prejuízo dos procedimentos de avaliação de impacto ambiental que incidirão, nos termos do Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro, sobre os projetos que vierem a ser alvo de concretização, o PETI3+ está naturalmente condicionado ao resultado de um processo de Avaliação Ambiental Estratégica, nos termos do	31/Dez/2014	ME/SEITC	Não	Sim		Cumprimento aceite pela CE em 2015 (Ref. Ares(2015)5466455 de 30.11.2015)

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		Decreto-Lei 232/2007 de 15 de junho. Nestes termos, está em curso o processo de Avaliação Ambiental Estratégica conduzido pelo LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil.						
T07.3 - Outros modos de transporte, incluindo vias navegáveis e transportes marítimos, portos, ligações multimodais e infraestruturas aeroportuárias: existência, no âmbito do(s) plano(s) ou quadro(s) global(ais) de transportes, de uma secção explícita sobre vias navegáveis e transportes marítimos, portos, ligações multimodais e infraestruturas aeroportuárias que contribuem para a melhoria das ligações à rede global e à rede principal da RTE-T e para a promoção de uma mobilidade regional e local sustentável.	3 - estabeleça um sistema de planificação de projetos realistas e viáveis (incluindo calendário e quadro orçamental);	Para a lista de projetos a financiar no âmbito do Acordo de Parceria, serão aplicados os princípios previstos no capítulo 17.8 do PETI3+, demonstrando o seu nível de	31/Dez/2015	ME/SEITC	Não	Sim		Cumprimento aceite pela CE em 2016 (Ref. Ares(2016)3979536 28.07.2016)

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		<p>maturidade , assegurando a existência de estudos de viabilidade , análise socioeconómica custo-benefício, avaliação de impacto ambiental, identificação de possibilidades de de ajudas de Estado e calendário detalhado de implementação (em linha com o guia das condicionais ex ante).</p>						
T11.1 - Existência de um quadro político estratégico para reforçar a eficácia administrativa dos Estados-Membros, incluindo a reforma da administração pública	5 - o desenvolvimento de competências a todos os níveis da hierarquia profissional nas administrações públicas;	<p>a) Avaliação da aplicação da RCM n.º 89/2010, de 17 de Novembro</p> <p>b)</p>	31/Dez/2016	<p>INA/ Serviços da AP</p> <p>INA</p> <p>INA (proposta)</p> <p>INA (proposta)</p>	Não	Sim		O cumprimento foi aceite pela CE em 2017 (Ref. Ares(2017)1134736 de 03.03.2017)

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		<p>Conclusão do estudo para criação de perfis e referenciais de competências para as carreiras gerais da AP</p> <p>c)</p> <p>Alteração do Decreto-Lei n.º 50/98, de 11 de Março</p> <p>d)</p> <p>Aprovação das orientações estratégicas para a formação profissional na AP</p> <p>e)</p> <p>Revisão do sistema de avaliação de desempenho</p>		<p>DGAEP (proposta)</p> <p>INA/</p> <p>Serviços da AP</p> <p>INA/</p> <p>Serviços da AP</p>				

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		<p>f) Conclusão do estudo para definição de metodologia de avaliação de impacto da formação</p> <p>g) Avaliação e capacitação dos serviços da Administração Pública para a respetiva implementação</p> <p>h) Adequação do Relatório de Atividades de Formação</p> <p>Mais detalhe no Acordo de Parceria.</p>						

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
T11.1 - Existência de um quadro político estratégico para reforçar a eficácia administrativa dos Estados-Membros, incluindo a reforma da administração pública	6 - o desenvolvimento de procedimentos e de ferramentas de monitorização e avaliação;	<p>a) Avaliação da aplicação da RCM n.º 89/2010, de 17 de Novembro</p> <p>b) Conclusão do estudo para criação de perfis e referenciais de competências para as carreiras gerais da AP</p> <p>c) Alteração do Decreto-Lei n.º 50/98, de 11 de Março</p> <p>d) Aprovação das orientações</p>	31/Dez/2016	<p>INA/ Serviços da AP</p> <p>INA</p> <p>INA (proposta)</p> <p>INA (proposta)</p> <p>DGAEP (proposta)</p> <p>INA/ Serviços da AP</p> <p>INA/ Serviços da AP</p>	Não	Sim		O cumprimento foi aceite pela CE em 2017 (Ref. Ares(2017)1134736 de 03.03.2017)

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		<p>s estratégicas para a formação profissional na AP</p> <p>e) Revisão do sistema de avaliação de desempenho</p> <p>f) Conclusão do estudo para definição de metodologia de avaliação de impacto da formação</p> <p>g) Avaliação e capacitação dos serviços da Administração Pública para a respetiva implementação</p>						

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		h) Adequação do Relatório de Atividades de Formação Mais detalhe no Acordo de Parceria.						
T11.1 - Existência de um quadro político estratégico para reforçar a eficácia administrativa dos Estados-Membros, incluindo a reforma da administração pública	7 - o desenvolvimento de procedimentos e de ferramentas de monitorização e avaliação.	a) Avaliação da aplicação da RCM n.º 89/2010, de 17 de Novembro b) Conclusão do estudo para criação de perfis e referenciais de competências para as carreiras gerais da	31/Dez/2016	INA/ Serviços da AP INA INA (proposta) INA (proposta) DGAEP (proposta) INA/ Serviços da AP INA/ Serviços da AP	Não	Sim		O cumprimento foi aceite pela CE em 2017 (Ref. Ares(2017)1134736 de 03.03.2017)

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		<p>AP</p> <p>c)</p> <p>Alteração do Decreto-Lei n.º 50/98, de 11 de Março</p> <p>d)</p> <p>Aprovação das orientações estratégicas para a formação profissional na AP</p> <p>e)</p> <p>Revisão do sistema de avaliação de desempenho</p> <p>f)</p> <p>Conclusão do estudo para definição de metodologia de avaliação de impacto</p>						

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		<p>da formação</p> <p>g)</p> <p>Avaliação e capacitação dos serviços da Administração Pública para a respetiva implementação</p> <p>h)</p> <p>Adequação do Relatório de Atividades de Formação</p> <p>Mais detalhe no Acordo de Parceria.</p>						

10. PROGRESSOS NA PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DOS GRANDES PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS (ARTIGO 101.º, ALÍNEA H), E 111.º, N.º 3, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

10.1. Grandes projetos

Quadro 12: Grandes projetos

Projeto	CCI	Estado do GP	Total dos investimentos	Total dos custos elegíveis	Data prevista de notificação/apresentação do pedido	Data do acordo tácito/aprovação pela Comissão	Data prevista para o início da realização (ano, trimestre)	Data prevista para conclusão da realização	Eixos prioritários/prioridades de investimento	Estado atual de execução — Progressos financeiros (% das despesas certificadas à Comissão, em comparação com o custo total elegível)	Estado atual de execução — progressos físicos Fase principal de execução do projeto	Principais realizações	Data de assinatura do primeiro contrato de obras	Observações
Embraer Portugal Estruturas Metálicas, S.A.	2016PT16RFMP001	Data prevista de notificação/apresentação à CE	63.625.000,00	63.605.000,00	2016, Q4		2015, Q2	2018, Q4	I - 1b	0,00	Construção	Os trabalhos de adaptação da Infraestrutura para Storage, Infraestrutura de Shot Peening e Prédio para Série que acolhe a linha de montagem dos painéis de asa para os Embraer E-Jets E2 estão concluídos. Os trabalhos para a Infraestrutura para a nova fresadora Makino de 20 metros e Fundação D-Frame estão em curso. Em 2017, verifica-se o início da instalação da nova tecnologia de cravação, estando a linha de produção dos painéis de asa já implementada. O Storage (Arm. Vertical) está também operacional, bem como a tecnologia de shot peening. Relativamente aos 3 centros de maquinaria	5/Out/2015	Este projeto veio a ser aprovado pela CE a 20/06/2017.

												de última geração, a empresa dará prioridade à instalação da fresadora com mesa de 20 metros.		
Linha Ferroviária da Beira Baixa		Data prevista de notificação/apresentação à CE	85.000.000,00	80.000.000,00	2015, Q4		2015, Q4	2020, Q2		0,00	Projeto	Até ao final de 2016 foram realizados os Estudos de Viabilidade do projeto. No decorrer de 2015 foram iniciados e prevê-se que até ao início de 2017 sejam concluídos os procedimentos de contratação das empreitadas de construção. Em 2016 foram iniciadas as empreitadas de construção, decorrendo estas até ao final de 2018, momento em que se prevê o início de exploração desta Linha, com os melhoramentos em apreço. No final de 2016 o ponto de situação do projeto é o seguinte: a) No que diz respeito ao troço Covilhã-Guarda foi adjudicada a adaptação do Projeto de Execução; b) Relativamente à Concordância entre a Linha da Beira Baixa e a Linha da Beira Alta o Projeto de Execução encontra-se em fase final de contratação; c) As especialidades de Sinalização e Telecomunicações encontram-se em fase de Estudos Preliminares.		Previsto no texto do PO (Linha da Beira Baixa). Déficit de financiamento previsto de 80%.
Linha Ferroviária do Minho		Data prevista de notificação/apresentação à CE	86.408.383,00	79.833.727,00	2015, Q4		2015, Q4	2018, Q2		0,00	Construção	Os trabalhos encontram-se no seguinte estado: a) Supressão de passagens de nível - entre 2014 e 2016; b) Elaboração dos estudos e projetos de eletrificação e reabilitação - concluídos em 2016; c) Conceção/Construção da Subestação de Tração de Vila Fria – início em		Previsto no texto do PO CI (Corredor Porto-Vigo). Déficit de financiamento previsto de 93%.

											<p>2016;</p> <p>d) Eletrificação do troço Nine-Viana do Castelo (inclusive) - de 2017 a 2018;</p> <p>e) Eletrificação do troço Viana do Castelo-Valença (Fronteira) - 2017;</p> <p>f) Alimentação de energia de tração (REN) - início em 2017;</p> <p>g) Conceção/Construção da Sinalização Eletrónica - início em 2016;</p> <p>h) GSM-R - 2017;</p> <p>i) Telecomando de energia - 2017;</p> <p>j) Telecomunicações - 2017 ;</p> <p>k) ETCS - 2017;</p> <p>l) Centro Comando Operacional Porto e interfaces de tecnologia - 2017.</p>		
Linha Ferroviária do Norte		Data prevista de notificação/apresentação à CE	159.000.000,00	134.100.000,00	2015, Q2		2015, Q2	2019, Q4		0,00	Projeto	<p>Em 2015 e 2016 foram realizados os Estudos de Viabilidade do projeto. No decorrer de 2017 prevê-se a contratação dos projetos de Reabilitação Integral de Via e de algumas obras de arte e de sinalização e telecomunicações. Seguir-se-ão os trabalhos de construção, prevendo-se o início de exploração desta Linha, com os melhoramentos em apreço, até ao final de 2019.</p> <p>***</p> <p>A conclusão da reabilitação visa dotar esta linha de condições homogéneas de exploração, eliminando constrangimentos.</p>	Previsto no texto do PO (Corredor Lisboa-Porto). Défice de financiamento previsto de 84%.

												aumentando os níveis de segurança e fiabilidade da infraestrutura. Impedirá a degradação da infraestrutura e permitirá repor o patamar de velocidades na média dos 140 km/h. As intervenções deverão permitir o cruzamento e circulação de comboios de mercadorias com comprimento de 750 m.		
Linha Ferroviária do Oeste		Data prevista de notificação/apresentação à CE	106.800.000,00	85.000.000,00	2015, Q4		2015, Q4	2020, Q2		0,00	Projeto	Até ao final de 2016 foram realizados os Estudos e Projetos para os trabalhos gerais (Terraplenagens e Drenagens, Via-férrea, Catenária, Construção Civil, etc.) e o desenvolvimento dos Programas Preliminares para a Contratação da Sinalização. Prevê-se que até ao fim de 2017 sejam concluídos os procedimentos de contratação das empreitadas de construção, as quais se estima que decorram até ao final do 1.º semestre de 2020, prevendo-se o início de exploração desta Linha, com os melhoramentos em apreço, no 2.º semestre de 2020. *** O presente projeto permitirá reforçar as condições de segurança da circulação ferroviária, diminuir os custos com pessoal diretamente imputados à exploração, melhorar e harmonizar as condições de exploração, através de um horário cadenciado e consistente e da redução dos tempos de percurso.		Previsto no Texto do PO. Défice de financiamento previsto de 80%.
Porto de Aveiro					2015, Q2		2015, Q2	2021, T4						

Problemas significativos encontrados na execução de grandes projetos e medidas tomadas para a sua resolução.

No que respeita ao Eixo IV e relativamente a 2016, não se encontrava prevista a apresentação de candidaturas de Grandes Projetos, de acordo com a calendarização enviada à (e aprovada pela) COM, no decurso dos trabalhos para cumprimento das condicionalidades *ex-ante*. As primeiras candidaturas deverão ocorrer em 2017, perspetivando-se algum desfasamento (do 1.º para o 2.º semestre) face ao planeamento inicial, que se prendem com uma melhor clarificação das candidaturas, em função das exigências regulamentares do atual período de programação, em particular no que concerne à elaboração de Análises Custo-Benefício.

Relativamente aos restantes Eixos, dispondo o PO de apenas um projeto em fase avançada de notificação, os principais constrangimentos prendem-se com a complexidade do processo respetivas consequências em termos de morosidade na efetivação das decisões.

Alterações eventuais à lista indicativa de grandes projetos do programa operacional.

No texto do PO, apenas no Eixo IV foi possível, à data da programação, indicar uma lista dos Grandes Projetos a apoiar. Ainda assim, fruto de maior reflexão e do trabalho de preparação e planificação decorrente do mapeamento realizado para o cumprimento das condicionalidades ex-ante, existem algumas diferenças entre a lista inicial de Grandes Projetos a apoiar pelo PO CI, vertida no texto do PO, e a lista atualizada, aprovada pela COM no contexto do cumprimento das referidas condicionalidades *ex-ante* (7.1, 7.2 e 7.3 respeitantes às Prioridades de Investimento 7.1, 7.3 e 7.4). As diferenças, que deverão ser refletidas numa próxima revisão do PO, são as seguintes:

- Corredor Lisboa-Porto (Linha do Norte): dividido em dois projetos (troço Ovar-Gaia e troço Alfarelos-Pampilhosa), o primeiro dos quais com mais de 75M€ de investimento elegível;

- Porto de Aveiro: estima-se que o custo elegível seja inferior ao limiar de notificação (investimento total de cerca de 24 M€), pelo que deverá deixar de fazer parte da lista de Grandes Projetos.

Nos restantes Eixos, foram já identificados, até ao final de 2016, 3 projetos com montante de investimento elegível superior a 50 M€:

- “DESIAM: Desenvolvimento e Implementação de Soluções Industriais Avançadas para a produção de componentes de grande dimensão e de estruturas Metálicas complexas para novos aviões de transporte comercial”, do beneficiário EMBRAER PORTUGAL ESTRUTURAS METÁLICAS, S.A. – cuja inclusão na lista de Grandes Projetos do PO foi aprovada pelo Comité de Acompanhamento, por consulta escrita em julho de 2016, e que se encontra em processo de notificação à CE;

- “Projeto Smooth”, do beneficiário NAVIGATOR TISSUE CACIA, S.A.: recentemente, já em 2017, o beneficiário solicitou ajustamento ao projeto e a apreciação ainda se encontra a decorrer. Logo que a apreciação e eventual nova decisão ocorra, será efetuada a preparação para inclusão na lista de Grandes Projetos;

- “Tejo Project 2018”, do beneficiário CELTEJO - EMPRESA DE CELULOSE DO TEJO S.A.: recentemente, já em 2017, o beneficiário revelou a intenção de solicitar um eventual ajustamento ao projeto, não tendo no entanto ainda sido concretizada essa intenção. Logo que esta situação fique definida, será efetuada a preparação para inclusão na lista de Grandes Projetos.

Salienta-se também a atualização da calendarização dos seguintes GP ao nível da data prevista de notificação, da data prevista de início de execução e da data prevista de

conclusão:

Linha Norte (Ovar-Gaia): 2017 Q4; 2017 Q2; 2019 Q4.

Linha Beira Baixa (Castelo Branco/Covilhã/Guarda): 2017 Q4; 2017 Q2; 2018 Q4.

Linha Oeste (Meleças / Caldas da Rainha): 2017 Q4; 2017 Q2; 2020 Q4.

Linha Ferroviária do Minho - Modernização do troço Nine-Valença Fronteira (2.ª fase):
2017 Q4; 2015 Q4; 2018 Q2.

10.2. Planos de ação conjuntos

Progressos alcançados na execução das diferentes fases dos planos de ação conjuntos

--

Quadro 13: Planos de ação conjunta (PAC)

Designação do PAC	CCI	Fase de execução do PAC	Total dos custos elegíveis	Total de apoios públicos	Contribuição do PO para o PAC	Eixo prioritário	Tipo de PAC	Data de apresentação [prevista] à Comissão	Data [prevista] de início da execução	Data [prevista] de conclusão	Principais realizações e resultados	Total das despesas elegíveis certificadas à Comissão	Observações

Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para a sua resolução

--

PARTE B RELATÓRIOS A APRESENTAR EM 2017 E 2019 E RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINAL [Artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.os 3 e 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]

11. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL (ARTIGOS 50.º, N.º 4, E 111.º, N.º 4, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

11.1. Informações da parte A e realização dos objetivos do programa (artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Eixo prioritário	I - Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação (OT1)
------------------	---

O Eixo I, financiado pelo FEDER, contempla duas Prioridades de Investimento (PI) e cinco objetivos específicos (OE).

PI 1.a - FEDER

- Candidaturas: 492 (2016: 89)
- Projetos aprovados: 402 (2016: 341)
- Investimento Elegível: 173 M€ (2016: 74 M€)
- Incentivo: 146,7 M€ (2016: 63 M€)
- Despesa elegível validada:0
- Fundo Validado: 0
- Pagamentos (fundo): 18,2M€ (2016: 100%)

- Peso da despesa elegível aprovada na PI 1.a na despesa elegível total aprovada no OT 1: 11%
- Peso do Fundo FEDER aprovado na PI 1.a no Fundo FEDER total aprovado no OT 1: 20%

A PI 1.a é operacionalizada pelo SAICT - Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica que visa aumentar a produção científica e tecnológica de qualidade, reconhecida internacionalmente, em domínios estratégicos alinhados com a estratégia de I&I para uma especialização inteligente (RIS3) e estimular uma economia baseada no conhecimento e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização.

Até ao final de 2016, foram lançados 7 AAC/Convites (2 em 2016), com uma dotação associada de 185,4 M€, tendo sido aprovados 402 projetos nas tipologias de Programas Integrados de IC&DT (61 projetos), Programas de atividades conjuntas (14 projetos), Projetos de IC&DT (304 projetos) e proteção de direitos de propriedade intelectual (23 projetos).

Todos estes projetos se encontram alinhados com domínios prioritários da Estratégia Nacional de Especialização Inteligente, sendo de destacar, em termos de fundo aprovado e considerando o domínio principal:

- Saúde (146 projetos e 40% do incentivo);
- Tecnologias de Informação e Comunicação (32 projetos e 12% do incentivo);
- Água e Ambiente (36 projetos e 7% do incentivo).

Até ao final de 2016, esta PI não apresenta execução, por constrangimentos relacionados com a interoperabilidade entre o SI da AG e o SI do OI FCT, o que impediu que fosse registada a despesa validada nos instrumentos da PI 1.a. Esta situação será totalmente regularizada em 2017.

O montante de pagamentos registado, no valor de 18,2 M€, corresponde, assim, a adiantamentos.

Não sendo ainda possível quantificar resultados, espera-se que os projetos aprovados contribuam favoravelmente para o Objetivo Específico 1 “Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente” e para o aumento do número de

patentes EPO.

Note-se que os projetos aprovados envolvem 96 entidades não empresariais (com destaque para as instituições de ensino politécnico e superior) e 17 empresas.

Entre maio e junho de 2016 decorreu um AAC para apoio a infraestruturas científicas, tendo sido rececionadas 12 candidaturas, em análise no final do ano.

Não obstante as dotações indicativas desta PI já considerarem o limite de 1/3 aplicável, no final de 2016 o Programa cumpre o referido limite: as verbas FEDER afetadas a esta PI correspondem a 20% do OT1 (menos de 1/3).

PI 1.b - FEDER

- Candidaturas: 1.024 (2016: 579)
- Projetos aprovados: 445 (2016: 342)
- Investimento Elegível: 1.446 M€ (2016: 1.226 M€)
- Incentivo: 595 M€ (2016: 494 M€)
- Despesa elegível validada: 119 M€ (2016: 108 M€)
- Fundo Validado: 56 M€ (2016: 52 M€)
- Pagamentos (fundo): 72 M€ (2016: 68 M€)

Na PI 1.b estão enquadrados os restantes 4 OE do Eixo I.

O OE 2 (Transferência de conhecimento) é operacionalizado através do Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC). Dado o carácter de novidade dos apoios previstos, houve necessidade de reflexão adicional, tendo o primeiro AAC sido lançado no final de 2016 e encerrado já em 2017. Até ao final do ano foram rececionadas 4 candidaturas,

com um investimento de 1,6M€. Para reforçar este objetivo e estimular a procura poderão ser determinantes os resultados da Avaliação sobre o tema, em curso no início de 2017.

O OE 3 (Investimento empresarial em I&D) é implementado através do SI na tipologia “Investigação e Desenvolvimento Tecnológico”. O SI I&DT visa aumentar o investimento empresarial em I&I, alinhado com os domínios prioritários da estratégia de investigação e inovação para uma especialização inteligente (RIS3), reforçando a ligação entre as empresas e as restantes entidades de I&I e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseada na inovação.

Até final de 2016, foram lançados 20 AAC (7 em 2016), rececionadas 865 candidaturas e aprovados 347 projetos: 170 de I&D em co-promoção (incluindo 3 projetos do RCI - Regime Contratual de Investimento); 23 projetos demonstradores; 50 projetos individuais de I&D, 1 núcleo em co-promoção; 5 projetos de proteção da Propriedade Industrial e 98 Vales I&DT.

Os domínios da ENEI com mais representatividade nos projetos aprovados são:

- Automóvel, Aeronáutica e Espaço (30 projetos e 26% do incentivo);
- Energia (28 projetos e 16% do incentivo);
- Materiais e matérias-primas (46 projetos e 11% do incentivo);
- Agroalimentar (45 projetos e 9% do incentivo).

É de realçar que mais de metade dos projetos aprovados implicam a cooperação entre empresas e/ou entre estas e entidades não empresariais, atendendo à própria natureza dos instrumentos, potenciando assim a transferência e valorização do conhecimento nas cadeias de valor.

Os projetos aprovados envolvem 358 empresas e 70 entidades não empresariais.

Neste OE realçam-se como constrangimentos:

- Dificuldades associadas aos processos de contratação de peritos para apreciação da componente de mérito científico-tecnológico dos projetos, relacionadas com questões de natureza operacional e orçamental, que provocaram alguns atrasos na decisão;
- Complexidade na gestão de projetos apoiados por mais que um PO, tendo sido

feitas adaptações ao Si para facilitar o acesso à candidatura pelas diferentes AG financiadoras do projeto.

O OE3 apresenta uma execução (Fundo validado) de 8 M€ e um montante de pagamentos de 15 M€ (respetivamente 5% e 9% do compromisso).

No OE 4 (Redes e outras formas de parceria e cooperação), optou-se por adiar a abertura dos AAC, pela importância da política de clusterização para o cumprimento deste objetivo, até que fosse concluído o novo ciclo de reconhecimento de *clusters*, o que veio a acontecer em 23/02/2017, data em que foi lançado o primeiro AAC deste OE.

O OE5 (Inovação Produtiva de Não PME), operacionalizado através do SI – tipologia Inovação Produtiva, é o que apresenta melhores índices de execução neste Eixo, tendo sido também um dos primeiros a iniciar. Desde o início do PO foram lançados 6 AAC, tendo sido rececionadas 155 candidaturas, com um investimento total associado superior a 2,2 mil M€.

Com vista a acelerar o investimento na economia, um dos AAC lançados visou especificamente o apoio a projetos de execução rápida, ou seja, a projetos executáveis num período de 12 meses prorrogável por mais 6 meses.

Com o mesmo objetivo, foi introduzida, para os projetos aprovados ou em vias de aprovação nos AAC anteriores, uma majoração ao incentivo de 10 p.p., designada “execução do Investimento”, atribuída a projetos que cumpram ou antecipem o plano de execução dos investimentos já aprovado. Esta majoração tem como universo de aplicação perto de 80 projetos nesta PI.

No final de 2016 encontravam-se aprovados 98 projetos, representando um investimento elegível de 1,2 mil M€. Associada a estes projetos de investimento está também uma componente de formação profissional, financiada pelo FSE, no âmbito do Eixo III do PO.

Trata-se de projetos inovadores, a nível nacional ou internacional, que visam a inovação de produto (74%) e/ou de processo (73%), sendo a inovação de âmbito internacional em 66% dos casos. Em termos de resultados previstos, os projetos aprovados perspetivam um aumento de volume de negócios de 2,4 mil M€ entre o pré-projeto e o ano cruzeiro, contribuindo favoravelmente para o indicador de resultado do PO.

Os domínios da ENEI com mais representatividade nos projetos aprovados são:

- Automóvel, Aeronáutica e Espaço (30 projetos e 35% do incentivo);
- Materiais e matérias-primas (9 projetos e 16% do incentivo);

- Tecnologias de Produção e Indústrias de Produto (17 projetos e 13% do incentivo).

O OE5 apresenta uma execução (Fundo validado) de 48 M€ e um montante de pagamentos de 57 M€ (respetivamente 11% e 13% do compromisso).

Eixo prioritário	II - Reforço da competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto (OT 3 e OT2)
------------------	---

O Eixo II concentra a maior parcela de recursos do PO (37% da dotação). Financiado pelo FEDER, contempla dois OT, quatro PI e quatro OE.

OT 2 – PI 2.c - FEDER

- Candidaturas: 325 (2016: 161)
- Projetos aprovados: 156 (2016: 105)
- Investimento Elegível: 163 M€ (2016: 155 M€)
- Incentivo: 109 M€ (2016: 103 M€)
- Despesa elegível validada: 6 M€ (2016: 100%)
- Fundo Validado: 4 M€ (2016: 100%)
- Pagamentos (fundo): 6 M€ (2016: 100%)
- Peso do incentivo fora das regiões menos desenvolvidas na dotação do Eixo II:

3,81%

No OT2, o PO mobilizou a PI 2.3, visando apoiar a modernização da Administração Pública (AP) com recurso às TIC, diminuindo os custos de contexto para as empresas e para os cidadãos. Esta PI é consubstanciada no OE4 (TIC na Administração Pública).

Foram lançados 4 AAC (3 em 2016), com uma dotação de 90,5M€, contemplando operações temáticas e operações globais. Foram aprovados 156 projetos, dos quais 48 têm associada uma componente de formação, financiada no Eixo V (PI 11.1).

Nestes projetos estão envolvidas 102 entidades da AP. Obtêm a maior parcela de incentivo:

- Saúde (27%)
- Finanças (17%)
- Educação e Ciência (17%)

Do incentivo aprovado, apenas 3,81% da dotação do Eixo II corresponde a despesas financiadas fora das regiões menos desenvolvidas, cumprindo o previsto no artigo 70.º do Regulamento (CE) n.º 1303/2013.

Mais de metade dos projetos contratados visa a disponibilização *on-line* de serviços públicos (80% da meta de contratação do indicador de resultado do PO).

OT 3 – PI 3.a - FEDER

- Candidaturas: 42 (2016: 5)
- Projetos aprovados: 14 (2016: 13)

- Investimento Elegível: 99 M€ (2016: 11 M€)
- Incentivo: 59 M€ (2016: 9 M€)
- Despesa elegível validada: 13 M€ (2016: 100%)
- Fundo Validado: 13 M€ (2016: 100%)
- Pagamentos (fundo): 13 M€ (2016: 100%)

No âmbito da PI 3.a, pretende-se atingir o OE 1 (Empreendedorismo), através quer de Instrumentos Financeiros (IF), quer através de ações coletivas (SIAC) visando a promoção do espírito empresarial (os apoios diretos ao empreendedorismo são veiculados pelos PO Regionais).

Na operacionalização dos IF há que considerar as seguintes etapas:

- Realização da avaliação *ex-ante* (Lote 1 - Avaliação Ex Ante dos IF de Apoio Direto às Empresas), concluída em abril de 2015 e enviada à CE a 7/05/2015. Esta avaliação propôs uma dotação de 100 M€ para o COMPETE2020, para apoio, através de instrumentos de capitalização, designadamente fundos de capital de risco e *business angels*, a projetos e empresas nas fases iniciais de desenvolvimento;
- Preparação do documento “Estratégia das AG para implementação de IF” que, após articulação com a CE (DGREGIO), foi apresentado ao Comité de Acompanhamento (CA) na reunião conjunta de 29/07/2015 e aprovado posteriormente por consulta escrita. Este documento inclui os critérios de admissibilidade e de seleção.
- Lançamento, a 31/08/2015, de um convite à Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A. (IFD) para constituição de um Fundo de fundos para IF de Capital e Quase Capital, com uma dotação de 50 M€ FEDER para o COMPETE 2020.
- Aprovação, a 8/10/2015, da candidatura apresentada pela IFD, com um investimento elegível de 88 M€ e um incentivo FEDER de 50 M€ (a única aprovação deste OE em 2015). Inclui uma Linha de Financiamento a Entidades Veículo de *Business Angels* e uma Linha de Financiamento a Fundos de Capital de Risco (com dotações iniciais de, pelo menos, 28,6 M€ e 60 M€, respetivamente).
- Criação do Fundo de Capital e Quase Capital (FC&QC) (Decreto-Lei n.º

225/2015, de 9 de outubro) para implementação desta tipologia de IF.

- Assinatura a 01/03/2016 do acordo de financiamento entre a AG e a IFD para implementação do Fundo.
- Lançamento, em 2016, de concursos públicos internacionais para a seleção dos intermediários financeiros, tendo sido selecionadas, no concurso dos *Business Angels*, 22 entidades veículo com um apoio total previsto de cerca de 13,6M€ e um investimento total previsto nas PME de 26,5€.

Os fundos deverão começar a chegar aos beneficiários finais em 2017, dado que o concurso para seleção dos intermediários financeiros dos *business angels* e a celebração dos respetivos acordos de financiamento foram apenas concluídos no mês de dezembro.

Como constrangimentos à implementação, destaca-se:

- A complexidade na montagem dos Concursos Públicos Internacionais, que justificou a demora no arranque. Prevê-se que, nos próximos concursos, face à experiência adquirida, já seja possível a montagem, lançamento e seleção em tempos bastante mais curtos;
- A inexistência no Si de uma componente específica para os IF (em desenvolvimento em 2017), devido a questões administrativas na contratação do serviço, o que embora tenha causado algum distúrbio no tratamento da informação é recuperável face ao ainda exíguo número de operações apoiadas nos beneficiários finais.

Relativamente ao SIAC, até ao final de 2016 abriram 3 AAC (2 em 2016, o último dos quais a encerrar em 2017), tendo sido rececionadas 41 candidaturas. Foram aprovados 13 projetos, envolvendo 29 entidades (associações empresariais, agências públicas, etc.) e um volume de incentivo de 9 M€, do qual se encontravam executados 128 mil € e pagos 678 mil €.

Em 2016, foi lançado um convite ao IAPMEI para o desenvolvimento do projeto “*Startup Voucher*”.

OT 3 – PI 3.b - FEDER

- Candidaturas: 1.021 (2016: 407)

- Projetos aprovados: 511 (2016: 323)
- Investimento Elegível: 357 M€ (2016: 208 M€)
- Incentivo: 195 M€ (2016: 120 M€)
- Despesa elegível validada: 74 M€ (2016: 72 M€)
- Fundo Validado: 40 M€ (2016: 39 M€)
- Pagamentos (fundo): 56 M€ (2016: 50 M€)

No OE 2 (Internacionalização) foram operacionalizados dois instrumentos: SI na tipologia Qualificação e Internacionalização de PME (SI QI PME) e SIAC.

No SI QI PME foram lançados, desde o início do PO, 8 AAC (3 em 2016), tendo sido rececionadas 892 candidaturas visando a internacionalização de empresas. Foram aprovados 471 projetos, envolvendo um investimento elegível de 305 M€ e um incentivo de 150 M€: 403 projetos individuais, 52 projetos conjuntos e 16 projetos simplificados. Registraram-se pagamentos de 45 M€ e uma execução de 23% do fundo aprovado. Note-se que o SI QI PME foi o primeiro instrumento a lançar AAC no COMPETE2020.

No total, estão envolvidas mais de 1.660 empresas (1.331 nos projetos conjuntos, considerando apenas as com contrato de adesão), mais de metade das quais micro e pequenas empresas.

Estima-se que, com estes apoios, as empresas aumentem o volume de negócios internacional até ao ano cruzeiro em 2,5 mil M€, contribuindo para o indicador de resultado da PI.

Relativamente ao SIAC, foram abertos 4 AAC (3 em 2016, o último dos quais a encerrar em 2017), tendo sido rececionadas 129 candidaturas até ao final de 2016. Foram aprovados 40 projetos, envolvendo 65 entidades (associações empresariais, agências públicas, instituições de ensino superior, IPSFL,...) e um volume de incentivo de 44 M€, do qual se encontravam executados 5 M€ e pagos 11 M€.

Em 2016 foram endereçados dois convites: à AICEP, para o desenvolvimento do projeto “SIAC2020 - Plano de Promoção Externa - 2015-2017” e ao Turismo de Portugal, para o desenvolvimento do projeto “Promoção Internacional Integrada do Destino Portugal”.

OT 3 – PI 3.c - FEDER

- Candidaturas: 1.482 (2016: 566)
- Projetos aprovados: 635 (2016: 299)
- Investimento Elegível: 1.477 M€ (2016: 1.053 M€)
- Incentivo: 892 M€ (2016: 639 M€)
- Despesa elegível validada: 224 M€ (2016: 100%)
- Fundo Validado: 138 M€ (2016: 100%)
- Pagamentos (fundo): 173 M€ (2016: 172M€)

Para a concretização do OE 3 (Qualificação) concorrem três instrumentos: SI na tipologia Inovação; SI na tipologia QI PME e SIAC.

No SI Inovação foram abertos 6 AAC, com uma dotação associada de 670 M€ (3 AAC em 2016). Foram rececionadas 520 candidaturas, aprovados 232 projetos, com um incentivo de 836 M€ alavancando um investimento elegível de 1,4 mil M€.

Para acelerar o investimento na economia, foi lançado, em 2016, um AAC dirigido a projetos de execução rápida, ou seja, executáveis num período de 12 meses prorrogável por mais 6 meses.

Com o mesmo objetivo, foi introduzida, para os projetos aprovados ou em vias de aprovação nos AAC anteriores, uma majoração ao incentivo de 10 p.p., designada “execução do Investimento”, atribuída a projetos que cumpram ou antecipem o plano de execução dos investimentos já aprovado. Esta majoração tem como universo de

aplicação mais de 200 projetos nesta PI.

Dos projetos aprovados, 72% incluem inovação de produto, 73% inovação de processo, 63% inovação organizacional e 55% inovação de *marketing*. Quanto ao grau de novidade e difusão, dado que os beneficiários são PME, a quase totalidade dos projetos contempla inovação para a empresa (91%), mais de metade, inovação para o mercado nacional (52%) e apenas 15% inovação para o mercado internacional.

Nos projetos aprovados estão envolvidas 228 empresas que estimam, até ao ano cruzeiro, obter os seguintes resultados:

- Aumento de 1,5 mil M€ de volume de negócios (VN)
- Aumento de 1,2 mil M€ de VN internacional
- Mais de 5 mil novos postos de trabalho

O SI QI PME contou com 8 AAC (3 AAC em 2016), com uma dotação associada de 101 M€. Foram rececionadas 886 candidaturas, aprovados 369 projetos, com um investimento elegível de 77 M€ e um incentivo de 39 M€: 35 projetos conjuntos; 161 projetos individuais e 173 projetos simplificados. Os pagamentos somam 9 M€, estando executado 17% do fundo aprovado.

Estes projetos envolvem mais de 1.150 empresas (642 nos projetos conjuntos, considerando apenas as com contrato de adesão), com investimentos em domínios como a inovação organizacional e gestão, economia digital e TIC ou qualidade.

No SIAC, tiveram lugar 2 AAC, ambos em 2015, tendo sido rececionadas 76 candidaturas. Foram aprovados 34 projetos, com um incentivo de 17 M€, tendo sido executados 0,5 M€ e pagos 2 M€. Estes projetos envolvem 50 entidades (associações empresariais, agências públicas, instituições de ensino superior, IPSFL,...) e investimentos visando a promoção da consolidação empresarial, ações de informação sobre a oferta portuguesa de bens e serviços, ações de identificação e sensibilização para fatores críticos de competitividade, em domínios como o turismo, agroalimentar ou as TIC.

Em 2015, foi lançado um convite à AEP para o desenvolvimento, em parceria com outras entidades, do projeto “Portugal Sou Eu II”.

Eixo prioritário

III - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego (OT 8)

O Eixo III, financiado pelo FSE, concentra os apoios à formação empresarial, dispondo apenas de um OE na PI 8.v. Para além de projetos autónomos de formação, apoia a formação associada a projetos de investimento FEDER, integrados noutros Eixos do PO.

OT 8 – PI 8.v - FSE

- Candidaturas: 1010 (2016: 843)
- Projetos aprovados: 333 (2016:100%)
- Investimento Elegível: 61 M€ (2016:100%)
- Incentivo: 37 M€ (2016:100%)
- Despesa elegível validada: 0
- Fundo Validado: 0
- Pagamentos (fundo): 0

No que respeita à formação-ação, foram lançados 7 AAC (4 em 2016), envolvendo uma dotação de 71 M€. Foram rececionadas 457 candidaturas, tendo sido aprovadas 122, todas em 2016, envolvendo um investimento elegível de 45M€ e um incentivo de 28 M€.

Estes projetos envolvem mais de 2.600 empresas, considerando apenas as que assinaram contrato de adesão, 88% das quais micro e pequenas empresas. O Comércio e a Indústria são os setores mais representados.

Nestes projetos deverão estar envolvidos mais de 7 mil formandos, em áreas como a Organização e Gestão, a Economia Digital ou a implementação de sistemas de gestão.

As ações de formação previstas iniciaram-se em 2017, não tendo ainda sido validada despesa, uma vez que a produção de formulários de pedidos de reembolso adaptados às especificidades do FSE só foi concluída em maio deste ano.

As dificuldades de operacionalização deste instrumento no SIFSE, que não dispunha de condições para dar resposta às necessidades da AG, constituíram um dos principais motivos para a reduzida execução deste instrumento. A este nível há que realçar o trabalho desenvolvido pela AG, em articulação com a AD&C, no desenho das especificidades necessárias no SIFSE ao nível quer de formulários, que assumem elevada complexidade, quer de circuitos de análise, bem como as baterias de testes e re-testes efetuadas, sendo que nestas foram também envolvidos todos os OI da Formação-Ação PME.

O imperativo de conjugar as especificidades desta tipologia com as diretivas comunitárias que exigem um elevado nível de transversalidade no instrumento de recolha e tratamento de dados (SIFSE), para que os reportes dos diversos PO sejam integráveis em conclusões de nível macro, envolveu um significativo esforço técnico.

Por outro lado, no caso dos projetos enquadrados nos setores da agricultura e das pescas, o tempo necessário para proceder à devida articulação entre as entidades nacionais que gerem os registos centrais *de minimis*, nomeadamente a AD&C enquanto agregador genérico, e o IFAP especificamente para os referidos setores, tem causado constrangimentos ao nível da operacionalização, sobretudo devido à inexistência de um sistema de informação que agregue as PME a envolver nos projetos conjuntos. O trabalho de recolha de dados e registo de apoios *de minimis* vem sendo articulado entre os vários intervenientes: os OI recolhem e validam a informação enviada pelas entidades beneficiárias; a AG processa os registos para comunicação dos apoios, articula a integração dessa informação com a AD&C e com o IFAP (quando o setor em causa requer o envolvimento deste organismo) e, posteriormente, reencaminha os relatórios de conformidade para os OI; os OI, por sua vez, articulam então com as entidades promotoras, que agregam a informação das múltiplas PME beneficiárias dos respetivos projetos e a participam a cada uma das PME.

A formação associada a tipologias de investimento FEDER esteve presente em 11 AAC (7 em 2016), para os quais foi disponibilizada uma dotação FSE de 71,5 M€. Foram rececionadas 553 candidaturas, tendo sido aprovados, até ao final de 2016, 211 projetos, envolvendo um investimento elegível de 16 M€ e um incentivo de 8,5 M€.

A formação aprovada nestes projetos é operacionalizada através dos seguintes instrumentos:

- Inovação Produtiva: 90 projetos aprovados
- QI PME (Internacionalização): 79 projetos aprovados
- QI PME (Qualificação): 42 projetos aprovados

Não houve lugar a execução nem pagamentos até ao final de 2016, uma vez que a produção de formulários de pedidos de reembolso adaptados às especificidades do FSE e definição de *websites* só foi concluída já em 2017.

Os números apresentados evidenciam a reduzida procura verificada neste instrumento, por parte das empresas, o que é patente nas diferenças entre a dotação disponível e o compromisso (sempre muito inferior à primeira), nos vários AAC lançados. Para dar resposta a este constrangimento, prevê-se, em 2017, a publicação de Avisos autónomos de formação, mas sempre relacionados com os investimentos apoiados por FEDER, para estimular o investimento nos recursos humanos das empresas.

Eixo prioritário	IV - Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas (OT7)
------------------	---

O Eixo IV contempla três PI, cada uma com um OE. É o único Eixo do PO financiado por mais que um Fundo, neste caso Fundo de Coesão e FEDER, permitindo uma maior coordenação dos apoios, nas suas diferentes componentes.

A sua operacionalização dependeu do cumprimento de um conjunto de condicionalidades *ex-ante*, que só veio a ser aceite pela CE em 2016, primeiro para a RA Açores e depois para o Continente:

- 7.1 e 7.3 para a Região Autónoma dos Açores (RA Açores): cumpridas em 15/02/2016;
- 7.1, 7.2 e 7.3 para Portugal Continental: cumpridas em 28/07/2016.

O cumprimento das condicionalidades *ex-ante* em apreço exigiu a preparação de Fichas de Projeto com o intuito de demonstrar uma planificação realista e viável das operações a apoiar neste contexto. A preparação destas Fichas envolveu um trabalho exaustivo de recolha de informação junto dos potenciais beneficiários do Eixo IV (i.e. Infraestruturas de Portugal, I.P. e Administrações Portuárias). As referidas Fichas foram remetidas para apreciação da CE, juntamente com uma planificação de apresentação das correspondentes candidaturas ao COMPETE 2020, tendo este envio de informação resultado no levantamento, pela CE, das condicionalidades em questão, o que levou à preparação dos primeiros Avisos para Apresentação de Candidaturas (AAC), na modalidade de convite, dirigidos às entidades gestoras das infraestruturas a apoiar.

A lista de operações a apoiar pelo COMPETE 2020 no âmbito do Eixo IV, aprovada pela CE no contexto do cumprimento das condicionalidades *ex-ante*, apresenta um nível de detalhe e desagregação superior à apresentada no texto do PO, devido a uma maior extensão da descrição das operações a apoiar, e respetivas características, no contexto das Fichas de Projeto anteriormente citadas.

Os primeiros anos do PO foram, assim, dedicados à consolidação da lista de operações a apoiar, à preparação do Regime de Apoio (designado de Regime de Apoio a Infraestruturas de Transportes – RAIT) e ao cumprimento das condicionalidades *ex-ante*, não havendo lugar ao lançamento de AAC.

Após o cumprimento das condicionalidades *ex-ante*, em 2016, foram lançados os primeiros 5 AAC, divididos pelo Continente e pelos Açores e, adicionalmente, quando aplicável, por PI e natureza da infraestrutura a apoiar (ferroviária ou marítimo-portuária). Estes AAC incluem os elementos regulamentarmente exigidos à regulamentação específica, uma vez que os mesmos não constam do RECI, bem como os Critérios de Seleção aprovados para esta tipologia de operações.

Como constrangimentos à execução do Eixo, refira-se a dificuldade de entendimento sobre a elaboração de Análises Custo-Benefício, de acordo com o quadro regulamentar aplicável ao presente período de programação. Tal entendimento necessitou de ser veiculado aos beneficiários, em particular à Infraestruturas de Portugal, entidade beneficiária das infraestruturas ferroviárias a apoiar, entre as quais se incluem, nomeadamente, Grandes Projetos na aceção comunitária (custo elegível superior a 75 milhões de Euros), assim como projetos faseados, com fases anteriores apoiadas no anterior período de programação. A resolução deste problema, ou seja, a adequada interpretação da regulamentação aplicável neste domínio, foi alcançada através de colaboração entre a AG, a AD&C e a CE, resultando em esclarecimentos objetivos que permitiram, em particular à Infraestruturas de Portugal, avançar com os processos de preparação de candidatura das operações a submeter ao POCI, os quais serão submetidos a partir de 2017. A abordagem colaborativa, entre a AG e a AD&C, seguida na temática das Análises Custo-Benefício, foi também adotada pela AG no contexto do enquadramento dos projetos e dos beneficiários em matéria de Auxílios de Estado.

Dada a fase inicial de execução dos projetos aprovados, não é expectável que, no final de 2016, os mesmos tenham aportado efeitos sobre os indicadores de resultado do PO.

PI 7.i – Fundo de Coesão

Foram lançados 3 AAC, direcionados para infraestruturas de transportes inseridas na RTE-T, 2 para apoio de infraestruturas marítimo-portuárias (Açores e Continente) e 1

para apoio de infraestruturas ferroviárias (apenas para o Continente).

Até ao final de 2016 não tinham ainda sido apresentadas candidaturas ao abrigo destes AAC.

Os projetos a financiar nesta PI, de acordo com o mapeamento de apresentação de candidaturas aprovado no contexto do cumprimento das condicionalidades *ex-ante* aplicáveis, são os seguintes:

- Continente – portos:
 - Porto de Setúbal - melhoria dos acessos marítimos
 - Porto de Aveiro - implementação da operacionalidade do terminal de granéis líquidos
 - Porto de Aveiro - infraestruturização da Zona de Atividades Logísticas e Industriais (ZALI)
 - Porto de Leixões - prolongamento do quebramar, no âmbito do novo terminal de contentores
 - Porto de Sines - ampliação do molhe Leste (3.ª fase)
 - Porto de Portimão - melhoria das acessibilidades e infraestruturas marítimas
 - Janela Única Portuária III/JUL - Janela Única Logística

- Açores – portos:
 - Ponta Delgada – reforço do manto de proteção do molhe e reperfilamento do cais 10
 - Praia da Vitória – requalificação dos sistemas de segurança e de acessibilidade
 - Horta – construção de dois molhes cais de abrigo com reforço do intradorso do molhe-cais comercial e alargamento da plataforma, bem

como a requalificação dos sistemas portuários de segurança e de abastecimento de combustível as embarcações

- Continente – ferrovias:
 - Linha do Norte - Modernização do troço Ovar-Gaia (2.ª fase)
 - Linha do Norte - Modernização do troço Alfarelos-Pampilhosa (2.ª fase)
 - Linha do Norte - Modernização do troço Santana-Cartaxo-Entroncamento (2.ª fase)
 - Linha do Norte - Troço Braço de Prata - Alverca (Terminal da Bobadela)
 - Linha da Beira Baixa - Modernização do Troço Castelo Branco/Covilhã/Guarda (2.ª fase)
 - Linha do Minho - Modernização do troço Nine-Valença Fronteira (2.ª fase)
 - Linha do Algarve - Eletrificação
 - Linha de Sines e Linha do Sul - Modernização do troço Sines-Ermida-Grândola

Com exceção da “Linha de Sines e Linha do Sul”, todas as operações supra listadas serão candidatas ao COMPETE 2020 no decorrer de 2017.

Existem algumas diferenças deste mapeamento face à lista de grandes projetos presente no texto do PO, evidenciadas no ponto específico deste Relatório.

PI 7.ii – Fundo de Coesão

- Candidaturas: 3 (2016: 100%)

- Projetos aprovados: 2 (2016: 100%)
- Investimento Elegível: 23 M€ (2016: 100%)
- Incentivo: 20 M€ (2016: 100%)
- Despesa elegível validada: 6 M€ (2016: 100%)
- Fundo Validado: 5 M€ (2016: 100%)
- Pagamentos (fundo): 5 M€ (2016: 100%)

Foi lançado 1 AAC para apoio de infraestruturas marítimo-portuárias na RA Açores, tendo sido apresentadas 3 candidaturas. Destas, 2 foram aprovadas e contratadas ainda em 2016, 1 das quais originou vários Pedidos de Pagamento com despesa certificada em 2016. São elas:

- Prolongamento do Porto das Velas, na Ilha de S. Jorge
- Construção de Rampa RO-RO e dragagem do Porto da Calheta, na Ilha de S. Jorge

Adicionalmente, no âmbito do presente AAC, encontra-se previsto o apoio à requalificação de infraestruturas marítimo-portuárias dos Açores, nos portos de Pipas, na ilha Terceira (adaptação à operação de ferries), de São Roque do Pico (construção de uma infraestrutura com melhores condições de operacionalidade e de eficácia no embarque e desembarque de passageiros e veículos, cumprindo também os requisitos de segurança na operação na área portuária) e de Santa Cruz das Flores e do Corvo (requalificação das infraestruturas no grupo ocidental de ilhas, através de intervenções estruturantes nas condições, permitindo a movimentação de carga e passageiros). Prevê-se que a candidaturas das operações em apreço ocorra em 2017.

Ainda no contexto da presente PI, será lançado 1 AAC para apoio da seguinte operação marítimo-portuária do Continente, a qual se prevê que seja candidatada no 1.º semestre de 2018:

- Porto da Figueira da Foz - melhoria das acessibilidades marítimas e das infraestruturas portuárias

PI 7.d - FEDER

- Candidaturas: 0

Nesta PI foi lançado 1 AAC em 2016, orientado para o apoio de infraestruturas ferroviárias do Continente, não inseridas na RTE-T.

Os projetos a financiar nesta PI, de acordo com o mapeamento de apresentação de candidaturas aprovado no contexto do cumprimento das condicionalidades *ex-ante* aplicáveis, são os seguintes:

- Linha do Douro - Modernização do Troço Caíde - Marco Canaveses
- Linha do Douro - Modernização do Troço Marco de Canaveses - Régua
- Linha do Oeste - Modernização do troço Meleças/Caldas da Rainha

Prevê-se que a candidaturas das operações em apreço ocorra em 2017.

Eixo prioritário	V - Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública (OT11)
------------------	--

O Eixo V contempla dois OE, ambos integrados na PI 11.i e visa a capacitação e a formação da Administração Pública.

Até ao momento, foi operacionalizado apenas o OE1, dado que o modelo do Sistema de Requalificação, objeto do OE2, se encontra atualmente em ponderação.

PI 11.i - FEDER

- Candidaturas: 183 (2016: 106)
- Projetos aprovados: 60 (2016: 51)
- Investimento Elegível: 16 M€ (2016: 16M€)
- Incentivo: 13,4 M€ (2016: 13,3 M€)
- Despesa elegível validada:0
- Fundo Validado: 0
- Pagamentos (fundo): 1,4 M€ (2016: 100%)

No âmbito do OE1, até ao final de 2016, foram lançados 7 AAC, com uma dotação associada de 39 M€, quatro dos quais correspondem à componente de formação dos projetos de modernização administrativa apoiados na PI 2.3.

Em termos acumulados até ao final de 2016, no que respeita à componente de formação integrada de projetos financiados na PI 2.3, foram aprovados 48 projetos, envolvendo um investimento de 1,2M€ e um incentivo de cerca de 1M€. Não houve lugar a execução nem pagamentos, uma vez que a produção de formulários de pedidos de reembolso adaptados às especificidades do FSE apenas foi concluída no início de 2017.

Em 2016, destaca-se o lançamento de um Aviso-Convite à AMA, no âmbito das competências desta entidade, relacionadas com o desenvolvimento da Plataforma de Interoperabilidade, da Identificação Eletrónica; da Governação das TIC; do Portal, Balcão Único da AP e ligação aos sistemas das Entidades; e do Alargamento dos Serviços no âmbito dos Espaços do Cidadão. Foram aprovadas 3 candidaturas, envolvendo um investimento total em formação de 502 mil €, e um apoio do FSE de 396 mil €.

No que se refere à componente de capacitação da AP, foram aprovados 12 projetos, com um investimento elegível associado de 15 M€ e um incentivo de 12 M€. Registaram-se 1,4 M€ de pagamentos, todos a título de adiantamentos legalmente previstos, uma vez que o sistema informático onde tramitam estes processos (SI FSE) não permitiu, por

dificuldades técnicas e apesar dos esforços envidados, apresentar e analisar reembolsos de despesa, bem como outras funcionalidades relativas à gestão de operações.

A este nível é de referir a realização, a pedido da AG, pela AD&C de sessões de trabalho com os OI sobre os formulários e o Sistema de Informação em 2016 e 2017, nas quais foram apresentadas as ferramentas e identificadas várias oportunidades de melhoria/correção.

No âmbito da capacitação é de realçar, em 2016, o lançamento de um Aviso-Convite para o desenvolvimento de um Laboratório de Inovação, Co-criação e Experimentação para a Administração Pública, de forma a satisfazer uma tipologia de operação prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 83.º do RECI, para o qual não existia, até aquela data qualquer intenção de investimento. O Aviso-Convite foi dirigido à AMA – Agência para a Modernização Administrativa, IP, tendo como resposta uma candidatura no valor de 1 M€ (rececionada e aprovada já em 2017).

Este OE inclui ainda os projetos de formação (autónomos) da Administração Pública, tipologia que só pôde ser operacionalizada após o cumprimento das condicionalidades *ex-ante* aplicáveis, o que veio a acontecer em março de 2017.

Eixo prioritário	VI - Assistência Técnica
------------------	--------------------------

O último Eixo do PO é dedicado à Assistência Técnica (AT), visando o financiamento das operações relacionadas com a gestão, operacionalização e divulgação do PO. Contempla dois OE.

- Gerir e implementar o PO de forma eficaz e eficiente;
- Divulgar o PO e disseminar os seus resultados.

Os projetos aprovados incluem ações que contribuem para ambos os objetivos.

Assistência Técnica – FEDER

- Candidaturas: 14 (2016: 4)

- Projetos aprovados: 13 (2016: 5)
- Investimento Elegível: 35M€ (2016: 8 M€)
- Incentivo: 30 M€ (2016: 6,5 M€)
- Despesa elegível validada: 1M€ (2016: 100%)
- Fundo Validado: 0,9M€ (2016: 100%)
- Pagamentos (fundo): 1,7M€ (2016: 100%)

Tal como decorre do Modelo de Governação do PT2020, o exercício das competências de gestão da AG pode ser delegado num OI que assegure condições para melhorar os níveis de eficácia e de eficiência ou para superar insuficiências qualitativas ou quantitativas de recursos técnicos, humanos ou materiais das AG. Assim, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 137/2014, a AG do POCI celebrou, em 2015, com o IAPMEI, AICEP, TP, ANI, FCT, AMA, DRPFE, CAP, CCP e CTP acordos escritos, na modalidade de contrato de delegação de competências. Em 2016, foram celebrados, adicionalmente, contratos com os OI AIP, AEP e CEC.

Para financiamento dos OI e da AG do POCI, foram lançados, no final de 2015, 10 AAC-Convite, tendo sido aprovadas 8 candidaturas, respeitantes à AG do POCI (tendo como beneficiário o IAPMEI) e aos OI IAPMEI, AICEP, ANI, TP, CTP, CAP e CCP. No decorrer de 2016, foram produzidos mais 5 AAC-Convite, 4 deles correspondentes aos OI AIP, AEP, CEC e DRPFE e 1 deles respeitante à Secretaria-Geral do Ministério da Economia (lançado já em 2017), que substituiu o IAPMEI nas funções de apoio logístico e administrativo à AG do POCI. Em 2016 foram aprovadas 5 candidaturas, correspondentes aos OI FCT, AMA, AIP, AEP e CEC. No final do ano, apenas a candidatura da DRPFE se encontrava em análise.

Estes projetos deverão contemplar as necessidades de assistência técnica do PO até final de 2017, devendo, subsequentemente, ser lançados novos AAC que abranjam o triénio de 2018, 2019 e 2020. Incluem como principais despesas:

- Custos com o pessoal afeto à gestão, análise e acompanhamento do PO (em 2016, contabilizam-se 281 trabalhadores (em ETI) que, na Autoridade de Gestão, ou nos Organismos Intermédios têm salários cofinanciados pela AT);
- Despesas relacionadas com o Sistema de Informação e outras destinadas a reduzir os encargos administrativos com os beneficiários;

- Despesas com auditorias, ações de controlo e verificação dos projetos;
- Despesas com estudos de avaliação e análise do PO;
- Despesas com a formação e capacitação dos recursos humanos;
- Despesas com a informação, divulgação e publicitação do PO.

Ao nível das atividades de informação, divulgação e publicitação, para além do cumprimento das obrigações em matéria de informação e publicidade, que passam, por exemplo pela publicação da lista de projetos aprovados, é de realçar o trabalho de apoio aos beneficiários (atuais e potenciais), na resposta a questões e prestação de informações sobre o PO.

De acordo com o Plano de Comunicação (analisado em ponto específico), em 2016, reforçou-se a aposta nas redes sociais e nas *newsletters* temáticas. Foi igualmente realizado o encontro anual. Em matéria de transparência e prestação de contas, é de assinalar a publicação mensal dos pontos de situação do PO.

Refira-se que, em 2014 e, parcialmente, em 2015, o financiamento da AG do POCI e dos OI foi efetuado com recurso a fundos do COMPETE/QREN, no âmbito da transição entre os PO financiadores.

Como principais dificuldades associadas à AT, salientam-se:

- Os constrangimentos que se colocam à AG e aos OI de natureza pública, tais como o cumprimento das regras de contratação pública, constrangimentos legais decorrentes da Lei do Orçamento de Estado, obtenção da contrapartida pública nacional e o défice de recursos e de quadros qualificados, que impedem dar uma resposta mais eficaz às exigências de gestão e operacionalização do PO;
- A complexidade e morosidade na análise destes projetos e do processo de validação da despesa.

11.2. Ações específicas realizadas para promover a igualdade entre homens e mulheres e para prevenir a discriminação, em particular a acessibilidade das pessoas com deficiência, e medidas implementadas para assegurar a integração da perspetiva do género nos programas operacionais e nas operações (artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea e), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

A igualdade e a não discriminação constituem valores fundamentais para o

desenvolvimento e crescimento sustentável da Europa e para a concretização dos objetivos que se propõe atingir em 2020. Estes princípios e, em particular, a política de género, têm vindo a ser reforçados ao longo dos anos, com a progressiva introdução de medidas quer ao nível legislativo, quer numa ótica de “*mainstream*” (tornando esta preocupação transversal aos vários domínios de atuação e iniciativas), estando presentes nos atuais regulamentos, comunitários e nacionais, dos FEEL.

Muito embora o contributo do COMPETE2020 não se faça mediante uma intervenção direta (com apoios específicos para a igualdade), cabe à AG criar condições para que este princípio, com efeitos sobre o emprego e sobre o seu potencial, seja respeitado e valorizado, designadamente junto dos seus beneficiários. Assim, o PO tem vindo a atuar no sentido de:

- Garantir que são respeitados os princípios da igualdade de oportunidades e não discriminação nos projetos apoiados, atuando nas seguintes fases do ciclo de vida dos projetos:

Verificações no local: complementando as verificações administrativas, são realizadas verificações no local, onde é utilizada a mesma *checklist* (que consta já dos formulários de relatórios de verificação no local).

Encerramento: no âmbito das verificações administrativas, é verificada a conformidade das despesas com as mesmas regras, através de uma *checklist* (que integra, quando aplicável, a documentação e registos do processo de verificação). Esta *checklist*, produzida pela AD&C para o Portugal 2020, considera as dimensões de igualdade no acesso ao emprego, no trabalho, no ensino e na formação profissional; promoção da integração de pessoa com deficiência; promoção da conciliação da vida profissional e familiar; e prevenção de práticas discriminatórias.

- Minimizar as barreiras de informação, técnicas ou económicas de acesso aos vários instrumentos disponíveis, investindo nos Sistemas de Informação, na disponibilização de novos serviços e produção de guias de preenchimento dos formulários e na informação prestada aos beneficiários, desempenhando o *site* do PO e o Balcão 2020 um papel central neste âmbito;

- Sensibilizar os beneficiários para a temática em questão e incentivá-los a adotar práticas mais responsáveis durante a apresentação e execução dos seus projetos.

Em linha com estes princípios, em particular no que respeita à igualdade de género, a maioria dos AAC lançados prevê, de acordo com o RECI, quando aplicável, a possibilidade de ser ponderada, para efeitos de desempate entre candidaturas, a maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção, de administração e de gestão da entidade candidata. Para tal, são recolhidos, no formulário de candidatura, dados por género.

De referir os projetos apoiados no âmbito da modernização da Administração Pública, que preveem a disponibilização *on-line* de vários serviços públicos, com efeitos positivos ao nível da acessibilidade.

Por fim, é de salientar a presença da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), como membro efetivo, com direito a voto, no Comité de Acompanhamento.

11.3. Desenvolvimento sustentável (artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea f), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Tal como disposto no texto do PO, o COMPETE 2020 atua ativamente na promoção do crescimento sustentável, incentivando uma utilização eficiente dos recursos e contribuindo para a transição para uma economia hipocarbónica. Uma das formas consiste na valorização (através dos critérios de seleção) dos projetos com maiores contributos para aqueles que são os atuais desafios societais. Entre os projetos aprovados até ao final de 2016 (considerando um universo de 1.098 projetos aprovados), são de realçar, no domínio da sustentabilidade, os contributos para os seguintes desafios societais:

- Ação Climática, Ambiente, Eficiência de Recursos e Matérias-Primas (579 projetos), com destaque para as áreas de atuação “ Viabilizar a transição para uma sociedade e economia ecológicas através da eco-inovação (tecnologias, processos, serviços e produtos eco-inovadores, modelos económicos sustentáveis, promover a eficiência de recursos através de sistemas digitais)” e “Proteção do ambiente, gestão sustentável dos recursos naturais, água, biodiversidade e ecossistemas”

- Energia Segura, Não Poluente e Eficiente (450 projetos), sendo de destacar a atuação nas áreas de “Redução do consumo de energia e da pegada de carbono mediante uma utilização inteligente e sustentável” e “Novos conhecimentos e tecnologias (tecnologias energéticas limpas, seguras e sustentáveis)”;

- Segurança alimentar, agricultura e silvicultura sustentáveis, investigação marinha e marítima e nas águas interiores, e bioeconomia (171 projetos);

- Transportes Inteligentes, Ecológicos e Integrados (151 projetos).

No quadro da Estratégia Nacional para uma Especialização Inteligente (RIS3), e considerando um universo de 1.742 projetos aprovados que dispõem de informação/contributo para os diferentes domínios prioritários, é de realçar:

- 185 projetos com enquadramento no domínio prioritário “Água e Ambiente”;
- 73 projetos no domínio prioritário “Economia do Mar”;
- 296 projetos no domínio da “Energia”;
- 98 projetos no domínio da “Floresta”;
- 87 projetos no domínio “Transportes, Mobilidade e Logística”.

Ao nível do investimento produtivo, foi criada uma majoração “sustentabilidade”, de 10 p.p. na taxa de incentivo a atribuir a projetos que demonstrem atuação ou impactos em matéria de uso eficiente de recursos, eficiência energética, mobilidade sustentável e/ou redução de emissões de gases com efeitos de estufa. Até ao final de 2016, obtiveram esta majoração 226 projetos de inovação produtiva (cerca de metade dos projetos aprovados).

São igualmente valorizados (em termos de mérito) os projetos com contributos transversais para outros domínios do Portugal2020, entre os quais, para o domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

11.4. Informações sobre o apoio utilizado para os objetivos relativos às alterações climáticas (artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Eixo prioritário	Montante do apoio que se destina ao cumprimento dos objetivos em matéria de alterações climáticas (EUR)	Parcela da dotação total para o programa operacional (%)
I	72.660.514,92	5,19%
II	78.891.689,86	4,83%
III	1.090.545,38	0,28%
IV	7.934.109,94	1,12%
Total	160.576.860,11	3,64%

De acordo com a regulamentação europeia aplicável, calcula-se em cerca de 160,6M€ o contributo do COMPETE 2020 para os objetivos relativos às alterações climáticas, o

que corresponde a cerca de 8% do fundo total aprovado no Programa ou, por Eixo:

- 10% dos apoios do Eixo I (72,7M€);
- 6% dos apoios do Eixo II (78,9M€);
- 3% dos apoios do Eixo III (1,1M€);
- 40% dos apoios do Eixo IV (7,9M€).

Salientam-se apoios a projetos de investigação visando o desenvolvimento, quer por parte de entidades não empresariais, quer por empresas, de soluções de redução de impacto de emissões e deteção precoce de poluentes, sistemas de gestão inteligente de energia, produção de biocombustíveis, produtos ambientalmente sustentáveis, edifícios inteligentes, valorização de resíduos e economia circular, entre outros.

Ao nível do investimento produtivo este domínio está presente, por exemplo, em projetos que visam o aumento da eficiência dos processos produtivos, a valorização de resíduos ou a produção de tecnologias inovadoras para utilização de fontes alternativas de energia. Neste âmbito, contribuem para reforçar estes valores os projetos que beneficiaram da majoração “sustentabilidade”.

O contributo do Programa para este objetivo deverá aumentar significativamente nos próximos anos, à medida que forem sendo aprovados os projetos de infraestruturas de transportes, que incidem, na sua maioria, sobre a ferrovia e cujo aumento da eficiência e qualidade se pode traduzir em impactos significativos sobre o ambiente.

11.5. Contributo dos parceiros para a execução do programa

O princípio da parceria está presente no COMPETE2020 e decorre do modelo de governação do PT 2020.

Este princípio consubstancia-se, designadamente, na aposta em **redes de articulação funcional**, constituídas pelos diferentes parceiros com intervenção no PO (AD&C, PO, OI, consoante a Rede), através das quais são propostas estratégias de atuação comuns. Em 2016, salienta-se a participação do PO nas Redes:

- Comunicação: foram desenvolvidas atividades de promoção do PT2020 em diferentes canais, com destaque para a televisão e redes sociais;

- Monitorização e Avaliação: a AG contribuiu para a definição do modelo de monitorização, bem como do PGA 2020, tendo participado ativamente nos primeiros exercícios de avaliação a lançar (transferência de conhecimento e implementação dos SI);

- Dinâmicas regionais: a AG esteve presente nas reuniões, onde foram analisados indicadores de contexto e se focaram assuntos como a correção de assimetrias regionais ou a monitorização e a territorialização dos instrumentos; preparou também informação para monitorização da RIS3;

- Sistema de Incentivos: esta rede, coordenada pelo COMPETE 2020, assumiu, a partir da segunda metade de 2016, uma periodicidade mensal e constitui um importante fórum de discussão sobre os instrumentos. Para além da monitorização regular dos SI, foram discutidos procedimentos, calendários, critérios de seleção, entre outros, sendo de salientar a reflexão sobre os projetos simplificados, traduzida numa nova abordagem, com maior focalização do instrumento e exigência no processo de acreditação.

- Sistema de apoios à I&D&I, na vertente ciência, e à estratégia de especialização inteligente: a AG participou nas reuniões mensais, onde se articularam e monitorizaram as intervenções SAICT e se concertaram Avisos, dotações, planeamento, instrumentos e critérios de análise técnica.

De referir a participação do PO, no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, na Comissão de implementação da ITI Mar (Investimento Territorial Integrado).

Em 2016, manteve-se a articulação com o **Órgão de Coordenação Política** - a Comissão Interministerial de Coordenação do PT2020 e, mais recentemente com a Comissão Especializada Competitividade e Internacionalização (CECI), coordenada pelo Ministro da Economia, na qual tem sido analisada a situação dos apoios à competitividade e desenhadas linhas estratégicas de atuação.

O Comité de Acompanhamento (CA), órgão a quem compete monitorizar, analisar, avaliar a execução e os resultados e progressos registados, constitui uma das sedes privilegiadas para garantir a participação institucional, económica e social. Em 2016, o CA reuniu:

- a 06/05/2016, tendo apreciado o Relatório de Execução de 2015 e abordado a situação do PO, das condicionalidades *ex-ante*, da implementação da estratégia de Comunicação e do Plano de Avaliação;

- a 14/12/2016, focando a operacionalização e execução do PT 2020 e do COMPETE2020 e a situação dos IF, das condicionalidades *ex-ante*, do Plano de Avaliação e da RIS3. Foi igualmente objeto da reunião o encerramento do COMPETE (QREN), tendo sido apresentados alguns resultados do anterior ciclo de programação.

O CA foi ainda convidado a pronunciar-se em consulta escrita por duas ocasiões: a alteração dos critérios de seleção do FSE e a alteração da lista dos Grandes Projetos.

Não menos importante tem sido a cooperação e articulação constantes com a CE, que contribuíram para ultrapassar vários constrangimentos e tornar mais eficiente a execução do PO.

12. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E AVALIAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 111.º, N.º 4, ALÍNEAS A) E B), PRIMEIRO PARÁGRAFO, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

12.1. Progressos realizados na execução do plano de avaliação e seguimento dado aos resultados das avaliações

O Plano de Avaliação do COMPETE 2020 foi construído a partir do Plano Global de Avaliação do Portugal 2020, que tem vindo a ser implementado no seio da rede de Monitorização e Avaliação, da qual o Programa faz parte. Para além das avaliações *ex-ante* que serviram para facilitar o exercício de programação e criar instrumentos mais eficientes e ajustados aos objetivos a atingir, com destaque para a avaliação sobre os instrumentos financeiros realizada em 2015, até ao final de 2016 não houve lugar a outras avaliações.

No âmbito do Domínio da Competitividade e Internacionalização, tinham realização ou início previstos para 2016, as seguintes avaliações:

- **Avaliação do impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas (avaliação 18)**, um exercício com recurso à metodologia contrafactual que visará aferir o impacto dos Sistemas de Incentivos do QREN sobre a competitividade das empresas e transpor conclusões para o presente ciclo de programação.

Tipo de avaliação: impacto QREN (contrafactual); *Responsável:* AD&C; *Elaboração do Caderno de Encargos:* 2016; *Início do procedimento de contratação (concurso):* 1.º semestre de 2017.

- **Avaliação da implementação dos Sistemas de Incentivos (avaliação 19)** que permitirá aferir a forma como estão a ser implementados estes instrumentos, contribuindo para introduzir melhorias ou correções que potenciem a seleção dos projetos mais adequados aos objetivos a atingir, ou a intervenção sobre os procedimentos, que se traduzam na diminuição dos custos para os beneficiários e para a eficiência do ciclo de projeto.

Tipo de avaliação: processo; *Responsável:* AD&C; *Elaboração do caderno de encargos:* 2016; *Concurso:* 1º semestre de 2017.

- **Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização de conhecimento (avaliação 21)**, que permitirá perceber melhor como se processam as dinâmicas de transferência e valorização de conhecimento em Portugal, um domínio pouco estudado e que constitui um dos objetivos específicos do Programa;

Tipo de avaliação: Impacto (QREN)/Processo (PT2020); *Responsável:* AD&C; *Elaboração do caderno de encargos e realização do Concurso:* 2016; *Realização:* 2017.

- **Avaliação do contributo dos FEEI para a capacitação da Administração Pública**

(avaliação 22)

Tipo de avaliação: impacto (QREN) / processo (PT2020); *Responsável:* AD&C;
Realização: adiada para 2018 devido à estratégia de operacionalização ainda não se encontrar estabilizada.

À exceção da última e tal como indicado, todas as avaliações mencionadas estarão no terreno em 2017.

12.2. Resultados das medidas de divulgação e publicidade dos fundos, adotadas no âmbito da estratégia de comunicação

As atividades desenvolvidas pela AG durante o ano de 2016 enquadram-se no Plano de ações previstas no Plano de Comunicação e estão devidamente alicerçadas numa opção de *marketing* de conteúdos.

Uma proximidade com os diferentes *stakeholders* permitiu acompanhar projetos e contar as histórias das empresas que os executam. Foram emitidas 65 Newsletters todas com conteúdos editoriais em torno de projetos, enviadas a 11.272. subscritores ativos. Estes conteúdos alimentam o *site* e permitem mostrar a todos os cidadãos onde são aplicados os apoios do COMPETE 2020.

Este trabalho refletiu-se num aumento exponencial do número de seguidores no Facebook e no LinkedIn, mas sobretudo no incremento da interação, indicador fundamental para medir o reconhecimento do PO. Em 2016, as 1.200 publicações no Facebook alcançaram 2,6 milhões de pessoas, obtendo-se um número semelhante quando verificamos quem interagiu com os *posts*. No LinkedIn o número de conexões diretas duplicou permitindo que as publicações nesta rede alcançassem 360.000 pessoas. No final do ano foi aberto o canal do twitter, que embora só ganhe expressão em 2017, permitiu envolver na comunicação do COMPETE 2020 *stakeholders* institucionais.

Sublinha-se que estes números foram alcançados sem qualquer investimento financeiro nas redes, o que só é possível com a produção de conteúdos adequados ao público e com constância nas publicações.

Durante o ano de 2016, o *clipping* feito pela CISION permitiu assinalar 1194 notícias nos media tradicionais onde foi identificado o COMPETE2020. Destaca-se a tendência para os conteúdos estarem focados nos projetos e cada vez menos na execução global. A avaliação da CISION determinou um índice de favorabilidade do COMPETE 2020 de 4 (escala 1 a 5).

Foram organizados 3 eventos orientados para divulgação de resultados, incluindo o

evento anual que deu o palco aos beneficiários para partilha de experiências e que se realizou no dia 7 de junho em Lisboa. Neste evento, designado por “Conferência COMPETE 2020 ao lado de quem cria Valor”, estiveram presentes mais de 500 pessoas, tendo a avaliação final feita pelo público sido muito positiva (4, numa escala de 1 a 5).

Este evento, para além de apresentar publicamente os resultados do PO foi o culminar de uma iniciativa lançada em outubro de 2015, que procurou aproximar o COMPETE 2020 dos beneficiários e partilhar a sua história através de visitas do Presidente da CD e de apresentações dos empresários aos colaboradores da AG. De dezembro de 2015 a maio de 2016 foram envolvidas nesta iniciativa 57 entidades, maioritariamente empresas de vários setores.

Esta iniciativa envolveu a produção de 5 publicações sobre as empresas e os setores e um trabalho de dinamização específica nas redes sociais, onde foi monitorizada singularmente.

A aposta num marketing de conteúdos tem necessariamente de contemplar conteúdos videográficos. O COMPETE 2020 realizou um vídeo com testemunhos de empresas e capitalizou todos os vídeos dos projetos apoiados pelo programa. Este é um caminho fundamental no contexto das redes sociais e um desafio para 2017.

As atividades de divulgação e informação envolveram obviamente o cumprimento integral das obrigações fixadas no Regulamento n.º 1303/2013, nomeadamente a publicação com periodicidade mensal da lista de operações aprovadas no site nos formatos exigidos, a publicação dos Avisos e de todas as peças que facilitem a apresentação de candidaturas, a apresentação de projetos e dos seus resultados, a publicação do Manual do beneficiário com todas as peças gráficas em diferentes formatos. A Autoridade de Gestão faculta a todos os seus beneficiários o apoio necessário para o cumprimento total das obrigações a que estão acometidos por força do Regulamento acima mencionado. O site do COMPETE 2020 registou um total de visitas de 425.381, correspondendo a 1.194.764 visualizações de páginas.

De salientar, ainda, a publicação dos pontos de situação mensais do PO e dos Sistemas de Incentivos, com informação diversa sobre a execução dos vários instrumentos e distribuições por região, setor, tipo de atividade, entre outras, numa prática que visa fomentar a transparência dos apoios e a sua prestação de contas aos cidadãos.

Acresce que nas atividades regulares da equipa de comunicação da AG está a gestão do suporte que apoia todos os beneficiários e potenciais beneficiários no contexto do Portugal 2020. Um trabalho de rede que garante que ninguém fica sem uma resposta e que o apoio dos FEEI pode estar ao alcance de todos.

As atividades desenvolvidas em 2016 no âmbito da Rede de Comunicação continuaram a concentrar-se na promoção do Portugal 2020 em diferentes canais. Em 2015, a televisão foi o meio privilegiado de divulgação; em 2016, foram os sítios *web* e as redes sociais. Destaca-se, neste trabalho colaborativo, a realização de uma campanha patrocinada do *Facebook* que teve como objetivo promover os projetos apoiados por

fundos da União Europeia e mobilizar entidades para a apresentação de candidaturas a financiamento. A campanha decorreu por ocasião da comemoração do Dia da Europa e focou-se na gestão mediática de uma seleção de projetos emblemáticos nas áreas estratégicas do atual período de programação.

Salienta-se também a realização do seminário Regras de Informação e Comunicação para Beneficiários dos FEEI 2014-2020, destinado às entidades gestoras e aos Organismos Intermédios, bem como a publicação da 2ª edição do Guia de informação e comunicação para beneficiários dos FEEI, com ferramentas que facilitam o cumprimento destas regras por parte dos beneficiários.

**13. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE (ARTIGO 50.º, N.º 4, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)
(PODEM SER INCLUÍDAS NO RELATÓRIO A APRESENTAR EM 2016 - VER PONTO 9 SUPRA - OBRIGATÓRIAS NO RELATÓRIO A APRESENTAR EM 2017)
OPÇÃO: RELATÓRIO INTERCALAR**

14. INFORMAÇÕES QUE PODEM SER ADICIONADAS, EM FUNÇÃO DO CONTEÚDO E DOS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS (ARTIGO 111.º, N.º 4, ALÍNEAS A), B), C), D), G) E H), SEGUNDO PARÁGRAFO, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

14.1. Progressos realizados na implementação da abordagem integrada de desenvolvimento territorial, incluindo o desenvolvimento das regiões afetadas por desafios demográficos e limitações naturais ou permanentes, o desenvolvimento urbano sustentável e o desenvolvimento promovido pelas comunidades locais, ao abrigo do programa operacional

--

14.2. Progressos realizados na execução das ações destinadas a reforçar a capacidade das autoridades do Estado-Membro e dos beneficiários para gerir e utilizar os fundos.

Os desafios colocados atualmente às AG passam pela gestão e análise de um conjunto alargado de informação, pela prossecução de um número elevado de trâmites e procedimentos, pelo controlo de vários limites e regras, cuja eficácia e eficiência dependem da existência de um Sistema de Informação adequado e adaptado às exigências.

Assim, em 2016, destaca-se o investimento nos Sistemas de Informação como fator determinante da capacidade da AG e dos OI, com os respetivos efeitos sobre os beneficiários, designadamente na redução de tempos e outros encargos administrativos. A este nível, contam-se como principais concretizações:

- Desenvolvimento e adaptação de formulários e das respetivas ferramentas de análise (incluindo ao nível dos pedidos de pagamento e do encerramento);
- Adaptações do Si para tratamento de projetos financiados por mais que um PO/Fundo (possibilitando a produção de um TA e permitindo ao beneficiário aceder à informação de forma integrada para a totalidade do investimento);
- Disponibilização do módulo de Certificação, permitindo o processamento dos Pedidos de Certificação de Despesa, com todos os anexos que necessários;
- Disponibilização de um módulo “Pedidos” no Balcão, através do qual os beneficiários passaram a poder iniciar diretamente, em interface próprio, algumas operações (e.g. desistências, anulações, reprogramações, alterações de NIB/IBAN, prorrogações, alterações de entidade acreditada,...), tornando o processo mais simples e eficiente;
- Implementação de listas com informação sobre os projetos (lista de monitorização, indicadores económico-financeiros, listas de controlo do processo de decisão e de execução, listas de informação específica: Indicadores SI, enquadramento na RIS3;

atividades de Inovação; atividade económica por mercado; entre outras);

- Desenvolvimento de *WebServices* para troca de informação com os OI.

Ao nível da capacitação da AG e dos seus recursos humanos, há a realçar em 2015 (de junho a novembro), o desenvolvimento, sob a coordenação do anterior presidente da CD, Rui Vinhas da Silva, de um programa alargado de formação, nas áreas da Economia e Gestão, abrangendo todos os trabalhadores da AG, com módulos dedicados à Comunicação e Marketing, Marcas, Desenvolvimento de Novos Produtos e Inovação, Drivers de Competitividade Nacional, Análise Estratégica de Negócios, Inovação e Empreendedorismo de Base Tecnológica e Economia Industrial, entre outros.

Em 2016, foram efetuadas algumas ações de formação isoladas, nos domínios da Gestão Pública, do Marketing e da Contratação Pública.

De referir ainda a participação em *workshops* e sessões em temas relevantes na execução do PO, como indicadores, avaliação, auxílios de Estado, entre outros.

14.3. Progressos realizados na execução de eventuais ações inter-regionais e transnacionais.

14.4. Se apropriado, a contribuição para as estratégias macrorregionais e para as estratégias relativas às bacias marítimas;

Em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 1303/2013, artigo 27.º, n.º 3, «Conteúdo dos programas», artigo 96.º, n.º 3, alínea e), «Conteúdo, adoção e alteração dos programas operacionais do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego», artigo 111.º, n.º 3, artigo 111.º, n.º 4, alínea d), «Relatórios de execução do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego», e o anexo I, secção 7.3, «Contribuição dos programas principais para estratégias macrorregionais e para as estratégias relativas às bacias marítimas», o presente programa contribui para estratégias macrorregionais e/ou para as estratégias relativas às bacias marítimas:

- Estratégia da UE para a Região do Mar Báltico (EUSBSR)
- Estratégia da UE para a Região do Danúbio (EUSDR)
- Estratégia da UE para a Região Adriática e Jónica (EUSAIR)
- Estratégia da UE para a Região dos Alpes (EUSALP)

Estratégia Marítima na Região Atlântica (ATLSBS)

14.5. Progressos realizados na execução de ações no domínio da inovação social, se for caso disso

--

14.6. Progressos realizados na implementação de medidas para fazer face às necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza ou grupos-alvo em risco mais elevado de pobreza, de discriminação ou de exclusão social, em especial as comunidades marginalizadas e as pessoas com deficiência, os desempregados de longa duração e os jovens desempregados, e, se for caso disso, os recursos financeiros utilizados.

--

PART C REPORTING SUBMITTED IN YEAR 2019 AND FINAL IMPLEMENTATION REPORT (Article 50(5) of Regulation (EU) No 1303/2013)

15. INFORMAÇÃO FINANCEIRA A NÍVEL DO EIXO PRIORITÁRIO E DO PROGRAMA (ARTIGOS 21.º, N.º 2, E 22.º, N.º 7, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

16. CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO (OPÇÃO: RELATÓRIO INTERCALAR)

Informações sobre o contributo do programa para a realização da estratégia da União a favor de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, e respetiva avaliação.

--

17. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS — QUADRO DE DESEMPENHO (ARTIGO 50.º, N.º 2, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

Se a avaliação dos progressos realizados no que diz respeito aos objetivos intermédios e às metas estabelecidos no quadro de desempenho demonstrar que alguns desses objetivos e metas não foram atingidos, os Estados-Membros devem referir as razões desse insucesso no relatório de 2019 (para os objetivos intermédios) e no relatório de execução final (para as metas).

--

Documentos

Título do documento	Tipo do documento	Data do Documento	Referência local	Referência da Comissão	Ficheiros	Data de envio	Enviado por
Resposta da AG às observações da carta de aceitação da COM Ref. Ares(2017)3958884 - 08/08/2017	Resumo para o cidadão	7/Nov/2017		Ares(2017)5445136	Resposta da AG às observações da carta de aceitação da COM Ref. Ares(2017)3958884 - 08/08/2017	8/Nov/2017	nlealca
POCI - Resumo para o Cidadão	Resumo para o cidadão	28/Jun/2017		Ares(2017)5445136	POCI - Resumo para o Cidadão	8/Nov/2017	nlealca

Resultados da validação mais recente

Severidade	Código	Mensagem
Informação		Versão do relatório de aplicação foi validada.
Atenção	2.10	Eixo prioritário IV deve ser monofinanciado.